

Índice

<i>Dedicatória</i>	ii
<i>Agradecimentos</i>	iii
<i>Resumo</i>	iv
<i>Abstract</i>	v
<i>Resumé</i>	vi
Índice geral	1
Índice de figuras e gráficos	3
Lista de siglas	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	16
1. Para a definição de um conceito de segurança	17
2. A segurança nas escolas (aceção mais comum)	21
2.1. <i>Bullying</i> e <i>cyberbullying</i>	21
3. O Plano de Segurança e as suas áreas de intervenção.....	23
3.1. O Plano de Segurança nos documentos orientadores de escola	25
3.2. O Plano de Segurança nos edifícios escolares e suas imediações.....	26
3.3. O Plano de Segurança nos equipamentos e instalações elétricas	28
3.4. O Plano de Segurança e as condições de higiene e segurança	28
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	30
4. Metodologia	31
4.1. Abordagem qualitativa	31
4.2. Metodologia do Trabalho de Projeto	32
4.3. Percorso metodológico	37
CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	44
5. Apresentação e análise de resultados	45
5.1. Referencial de segurança e sua pertinência em meio escolar	45
5.2. Segurança nos documentos orientadores de Escola e nas suas práticas	50
5.3. Edifícios escolares e suas imediações	61
5.4. Equipamentos e instalações elétricas	69
5.5. Condições de higiene, segurança e saúde	84
CAPÍTULO IV – O PLANO DE SEGURANÇA: proposta para a Escola X	96
6. O caso	97

6.1. Propostas de intervenção	100
7. Avaliação	120
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
8. Considerações finais	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
9. Bibliografia consultada	124
ANEXOS	131
Anexo a – Grelha de registos diversos (fase de diagnóstico)	132
Anexo b – Protocolo de colaboração	135
Anexo c – Guião de entrevista	136
Anexo d – Grelha de análise de conteúdo da entrevista	141
Anexo e – Questionário	146
Anexo f – Grelhas de análise do questionário	150
Anexo g – Apresentação/resumo do Plano de Segurança da Escola X	156
Anexo h – Documento orientador no âmbito da segurança escolar	161
Anexo i – Regras de acesso e utilização da Sala de isolamento	162

Índice de figuras e gráficos

Figura 1 – Quadro informativo sobre o Universo e a Amostra do estudo	43
Figura 2 – Quadro síntese: Referencial de segurança	46
Figura 3 - Quadro síntese: Segurança nos documentos orientadores de escola e nas suas práticas	51
Figura 4 - Quadro informativo contendo definições de “Exercício de evacuação” e “Simulacro”	57
Figura 5 - Quadro síntese: Edifícios escolares e suas imediações	61
Figura 6 - Quadro síntese: Equipamentos e instalações técnicas	69
Figura 7 - Quadro síntese: Condições de higiene e segurança	84
Figura 8 - Figura representativa da Escola X (edifícios e recintos escolares) e respetiva legenda	98
Figura 9 - Quadro informativo: Comunidade escolar	100
Figura 10 – Grelha resumo – Referencial de segurança e sua pertinência em meio escolar	102
Figura 11 – Grelha resumo – Segurança nos documentos orientadores de escola e nas suas práticas	105
Figura 12 – Grelha resumo – Edifícios escolares e suas imediações	110
Figura 13 – Grelha resumo – Equipamentos e instalações elétricas	114
Figura 14 – Grelha resumo – Condições de higiene e segurança	117
Gráfico 1 - <i>Considera importante a sensibilização de todos para o desenvolvimento de comportamentos coletivos de segurança?</i>	47
Gráfico 2 - <i>Considera que a promoção de uma cultura de segurança escolar contribui para o aumento efetivo desta última?</i>	47
Gráfico 3 - <i>Conhece os procedimentos a adotar numa situação de emergência (inundação, sismo, incêndio...)?</i>	48
Gráfico 4 - <i>Em caso de necessidade, considera que está em condições de utilizar corretamente extintores e bocas de incêndio?</i>	49
Gráfico 5 - <i>Sabe quem é o Delegado de Segurança da sua Escola?</i>	50
Gráfico 6 - <i>A temática da segurança está contemplada no Projeto Educativo ou no Plano Anual de Atividades?</i>	52

Gráfico 7 - <i>Tem conhecimento do Manual de Utilização, Manutenção e Segurança das Escolas?</i>	53
Gráfico 8 - <i>Conhece o Plano de Prevenção da sua Escola?</i>	54
Gráfico 9 - <i>Conhece o Plano de Emergência da sua Escola?</i>	54
Gráfico 10 - <i>Sabe onde se encontra o Caderno de Registo da Segurança da Escola?</i>	55
Gráfico 11- <i>Os Exercícios de evacuação e Simulacros são práticas correntes, no historial da Escola?</i>	56
Gráfico 12 - <i>Quantos exercícios de evacuação foram efetuados no último ano letivo?</i>	57
Gráfico 13 - <i>Quantos exercícios de evacuação foram efetuados nos três últimos anos letivos?</i>	58
Gráfico 14- <i>Quantos simulacros foram efetuados no último ano letivo?</i>	59
Gráfico 15 - <i>Quantos simulacros foram efetuados nos últimos 3 anos letivos?</i>	59
Gráfico 16 - <i>Indique uma atividade relacionada com o tema “Segurança escolar” organizada pela Escola e que seja do seu conhecimento.</i>	60
Gráfico 17 - <i>Considera que os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares estão devidamente conservados e em condições de limpeza e segurança?</i>	63
Gráfico 18 - <i>Os edifícios estão dotados de meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio (nomeadamente extintores e bocas de incêndio)?</i>	64
Gráfico 19 - <i>Existem percursos de evacuação, devidamente sinalizados?</i>	64
Gráfico 20 - <i>Existem saídas de emergência devidamente sinalizadas?</i>	65
Gráfico 21 - <i>A circulação e o estacionamento de veículos nas imediações da Escola são feitos em segurança?</i>	66
Gráfico 22 - <i>A circulação e o estacionamento de veículos no interior da Escola são feitos em segurança?</i>	67
Gráfico 23 - <i>A circulação de peões no interior da Escola é feita em segurança?</i> ..	67
Gráfico 24 - <i>As vias de acesso e circulação nas imediações e no interior do recinto escolar, estão desimpedidas, para permitir, a qualquer momento, o acesso a viaturas de socorro?</i>	68

Gráfico 25 - <i>As instalações elétricas e de gás são regularmente verificadas e mantidas, de forma a evitar acidentes decorrentes do uso normal?</i>	71
Gráfico 26 - <i>Os meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio (nomeadamente extintores e bocas de incêndio) encontram-se em bom estado?</i>	72
Gráfico 27 - <i>Os percursos de evacuação encontram-se desimpedidos de obstáculos?</i>	73
Gráfico 28 - <i>As saídas de emergência encontram-se desimpedidas de obstáculos?</i>	74
Gráfico 29 - <i>Parece-lhe que os sistemas de deteção e alarme de incêndio, a sinalização de segurança, os extintores e bocas de incêndio são verificados e mantidos?</i>	75
Gráfico 30 - <i>Considera que a utilização, manuseamento e armazenamento de substâncias potencialmente perigosas, necessárias às actividades lectivas em laboratório, são feitos em segurança?</i>	76
Gráfico 31- <i>Considera que os equipamentos desportivos existentes na Escola salvaguardam a integridade física dos seus utilizadores?</i>	77
Gráfico 32 - <i>É efetuada uma manutenção periódica e regular dos equipamentos desportivos?</i>	77
Gráfico 33 - <i>Na sua opinião, a implantação de máquinas, mesas de trabalho e a disposição dos espaços de circulação nas salas de Educação Visual e Tecnológica estão organizados tendo em conta imperativos de segurança?</i>	78
Gráfico 34 - <i>Os equipamentos informáticos e audiovisuais, bem como os respetivos cabos e fichas estão em plenas condições de funcionamento e segurança?</i>	79
Gráfico 35 - <i>Os revestimentos do piso, das paredes e dos tetos encontram-se em bom estado, oferecendo condições de segurança para os seus utilizadores?</i>	81
Gráfico 36 - <i>Na escola existem sistemas especiais de segurança contra a intrusão e o vandalismo (portas e janelas reforçadas, chaves especiais, estores metálicos, dispositivos de detecção e alarme)?</i>	82
Gráfico 37 - <i>A vedação do recinto escolar está bem conservada, possui altura suficiente e é de difícil transposição?</i>	83

Gráfico 38 - <i>Considera que os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares estão devidamente conservados e em condições de limpeza e segurança?</i>	85
Gráfico 39 - <i>Considera que o ar ambiente da Escola possui a qualidade adequada à conservação da saúde das pessoas que nela trabalham?</i>	86
Gráfico 40 - <i>Os edifícios escolares estão dotados de água potável?</i>	87
Gráfico 41 - <i>A evacuação das águas residuais ou pluviais é efetuada eficazmente?</i>	88
Gráfico 42 - <i>Os espaços interiores possuem ventilação, quer natural (através de janelas), quer forçada (através de grelhas de arejamento, por exemplo)?</i>	89
Gráfico 43 - <i>De um modo geral, as instalações e equipamentos estão devidamente limpos e arrumados?</i>	89
Gráfico 44 - <i>O armazenamento e a remoção de lixos são efetuados em condições de salubridade?</i>	90
Gráfico 45 - <i>A escola possui dispositivos de desinfeção acessíveis a alunos, pessoal docente e não docente?</i>	91
Gráfico 46 - <i>Nas instalações sanitárias, são asseguradas boas condições de utilização, limpeza e desinfeção?</i>	92
Gráfico 47 - <i>A lavagem e arrumação de louças são efetuadas em condições de higiene?</i>	92
Gráfico 48 - <i>Considera existirem condições de higiene, segurança e qualidade alimentar no que é comercializado no bufete?</i>	93
Gráfico 49 - <i>Junto do refeitório e do bar existem lavatórios que possibilitem a lavagem das mãos antes das refeições?</i>	94
Gráfico 50 - <i>As mesas, cadeiras e tabuleiros do refeitório e do bufete encontram-se limpos e desinfetados quando os utiliza?</i>	95
Gráfico 51 - <i>Existe, por parte do Órgão de Gestão da Escola, o incentivo ao pessoal docente e não docente para que consultem regularmente o seu médico de família?</i>	96

Lista de Siglas

CRE – Centro de Recursos Educativos

FIL – Feira Internacional de Lisboa

GNR – Guarda Nacional Republicana

H1N1 – Vírus influenza A (subtipo do vírus da gripe)

PAA – Plano Anual de Atividades

PE – Projeto Educativo

PROCIV – Boletim informativo da Autoridade Nacional de Proteção Civil

PROCIV III - Exercício de postos de comando, no âmbito do Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes

PROCIV IV - Exercício de evento sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes

PSP – Polícia de Segurança Pública

RIA – Rede de Incêndio Armada

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Projeto insere-se no domínio da Administração Educacional, tendo sido desenvolvido no âmbito do Mestrado desta área de especialização.

Pretendeu-se, através dele, apresentar um Estudo de Caso relativo ao Plano de Segurança de uma Escola de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. E, por Plano de Segurança entenda-se um conjunto de medidas de autoproteção contempladas num Plano de Prevenção e num Plano de Emergência, que o constituem.

Optou-se pelo título “O Plano de Segurança nas Escolas de 2º e 3º Ciclos: um estudo de caso”, pretendendo-se através deste projeto, promover uma cultura de segurança escolar e o aumento efetivo desta última, numa determinada escola.

A temática da segurança encontra-se consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos como um direito de cada cidadão. Conforme o contemplado no artigo terceiro deste documento, *“Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”* Assim sendo, as organizações têm o dever de garantir as necessidades de segurança do seu público-alvo; caso contrário, colocarão em risco a sua própria continuidade.

A decisão de realizar um Trabalho de Projeto sobre o Plano de Segurança (composto por um Plano de Prevenção e por um Plano de Emergência que apostando na prevenção e treino, visam contribuir para uma melhor capacidade de resposta em caso de sinistro) decorreu de motivações de ordem pessoal e profissional.

A nível pessoal, contribuiu o interesse pelo tema da segurança, abrangendo as áreas da prevenção, identificação de fatores de risco e primeiros socorros. Pesou ainda o gosto pela actividade de voluntariado, no âmbito da proteção e socorro de pessoas e bens, tendo-se esta desenvolvido durante escassos mas significativos meses, através da incorporação na Cruz Vermelha Portuguesa, em Angra do Heroísmo.

A nível profissional, a motivação para a investigação deste tema, prendeu-se com a possibilidade de contribuir para o aumento da segurança de uma determinada escola, para benefício de todos quantos a frequentam. Pesou ainda o facto de existir, em qualquer escola, uma população maioritariamente jovem e a possibilidade de se contribuir para a formação de uma sociedade responsável e participativa, já que

educar para a segurança é também educar para a prevenção e, por conseguinte para a responsabilização.

Sendo a escola um espaço dinâmico de transmissão de saberes e, constituindo ela mesma, um fator de integração na sociedade e um vetor de formação de cidadãos, torna-se um meio privilegiado para permitir a aquisição de competências no âmbito da prevenção e autoproteção, fundamentais para a construção de uma cultura de segurança. Saliente-se ainda que, o universo escolar constitui um território preferencial de intervenção, quer pelo impacto das comunidades educativas na população em geral, quer pelos efeitos multiplicadores em gerações futuras. A Escola, entendida como um sistema social dinâmico, torna-se um meio privilegiado onde se refletem os problemas sociais, onde a dimensão destes se evidencia mas, também, onde a implementação de medidas que visem a sua resolução se pode tornar mais eficaz e abrangente.

De um modo geral, a falta de segurança é um problema transversal a várias escolas, nas quais nem sempre se considera a segurança escolar como uma prioridade pedagógica. Contudo, a escola enquanto organização, é vista como um núcleo de interação social e de intervenção comunitária, no qual a segurança desempenha um papel fulcral. Como tal, considera-se urgente redefinir prioridades, atribuindo muito mais ênfase às questões relacionadas com a segurança.

A um nível macro, a segurança é condição de progresso social e económico de cada sociedade. Sendo uma responsabilidade social, revela-se importante sensibilizar todos os cidadãos para a importância da adoção de procedimentos que se reflitam no aumento desta e, consequentemente no bem-estar de cada um.

A globalização das temáticas relacionadas com a Segurança e Proteção Civil levou a que o número de organizações que se ocupam deste tema se tenha tornado cada vez maior.

Atualmente, Portugal relaciona-se neste âmbito, com as seguintes organizações internacionais: União Europeia, Organização do Tratado Atlântico Norte, Estratégia Internacional de Redução de Catástrofes, Acordo Parcial sobre Riscos Maiores do Conselho da Europa, Associação Ibero-Americana de Organismos Governamentais de Defesa e Proteção Civil e Organização Internacional de Proteção Civil.

Com a participação nos trabalhos desenvolvidos no seio destas organizações, além de cumprir os compromissos externos, assumidos a nível político e que se refletem necessariamente nas suas linhas de políticas públicas, os diferentes países partilham ações conjuntas e complementam os esforços desenvolvidos nacionalmente.

O Dia Internacional da Proteção Civil, por exemplo, comemorado todos os anos no primeiro dia de março, dia em que entrou em vigor a Constituição da Organização Internacional de Proteção Civil, é uma iniciativa desta organização, assumida e comemorada por todos os países membros.

Em maio de 2010, debateram-se a nível internacional, temas dedicados à Liberdade e Segurança no Espaço Europeu, aos Novos Desafios da Segurança, à Segurança e Cooperação Internacional e à Segurança e Estado de Direito. Para o efeito, em Portugal, o Ministério da Administração Interna realizou uma Conferência sobre “Liberdade e Segurança”. A iniciativa contou com a presença dos Ministros do Interior da Alemanha e de Espanha, aumentando assim a sua visibilidade e projeção exterior.

Ainda em Portugal, nos últimos cinco anos, têm-se verificado algumas iniciativas de formação e intervenção no âmbito da temática da segurança, cujos exemplos seguidamente se apresentam.

A Autoridade Nacional para a Proteção Civil editou uma coleção de manuais e guias sobre temas relacionados com a Proteção Civil e o Planeamento de Emergência.

A nível distrital, foram criadas as Equipas de Intervenção Permanente, para fazer face a situações de proteção, socorro e emergência às populações, na área geográfica dos municípios, podendo em situações excecionais atuar fora dessa área, mediante solicitação do comando distrital e autorização da pessoa que exerce o cargo de presidente de câmara.

Na capital, vários têm sido os encontros dinamizados no âmbito da temática em estudo. Exemplos do que acabou de ser referido são a Ação de Sensibilização “Sismos em debate no Pavilhão do Conhecimento”, no âmbito do programa Leonardo da Vinci, cofinanciado pela Comissão Europeia ou ainda o Seminário Internacional de Proteção Civil intitulado “A importância dos Exercícios”, organizado pelo Instituto Superior de Educação e Ciências.

Refira-se ainda a existência do Plano Especial de Emergência de Risco Sísmico para a Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, no âmbito do qual se realizou já um exercício de postos de comando, denominado PROCIV III envolvendo entidades tão diversas como a Autoridade Nacional para a Proteção Civil, diversos corpos de Bombeiros, Serviços Municipais de Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Forças Armadas, Instituto Nacional de Emergência Médica, Companhia Logística de Combustíveis, Aduanas de Portugal e diversas Associações de Radioamadores, entre outras instituições; para validação do Plano.

Ainda a este propósito, saliente-se o denominado PROCIV IV, exercício de evento sísmico na área Metropolitana de Lisboa e concelhos limítrofes, realizado em novembro de 2008, com um total de 4548 elementos empenhados. Segundo o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, em declarações a um programa televisivo nacional, em abril de 2010, através do referido exercício verificaram-se muitas falhas, sobretudo a nível do Sistema de Comunicação e dos Planos de Evacuação (apenas dois dos hospitais englobados no exercício possuíam o respetivo Plano).

A nível regional, assiste-se cada vez mais à participação e organização de eventos públicos de sensibilização para as áreas da Prevenção e Cultura de Segurança, em certames de mérito reconhecido. Saliente-se a organização do Salão internacional de proteção e segurança, Segurex, na FIL (Feira Internacional de Lisboa) ou a participação do Comando Distrital de Operações de Socorro de Leiria na mais recente edição da Feira Agrícola de Alcobaça e no primeiro Fórum de Inovação, Tecnologia e Emprego, na Exposalão, Batalha, com uma exposição dedicada à Segurança e Saúde Pública, ou ainda a presença de um stand alusivo à temática da prevenção, na Exponor.

Do ponto de vista formativo também se tem vindo a assistir a mudanças neste campo de intervenção. Como efeito, várias são também as licenciaturas, pós-graduações e mestrados que fazem parte da oferta educativa nacional, relacionados com a Segurança e/ou Proteção Civil. O Instituto Superior de Educação e Ciências é disto exemplo, com as iniciativas apresentadas no último triénio, das quais se destaca o primeiro mestrado em Riscos e Proteção Civil, a nível nacional, nesta área de especialização.

No que concerne mais especificamente à segurança escolar, assistiu-se à aprovação, pelo governo português, do Programa Escola Segura¹ e à criação das Equipas de Missão para a Segurança Escolar². De salientar que para a prossecução dos seus objetivos, compete às Equipas de Missão para a Segurança Escolar produzir um plano de emergência tipo (parte integrante do Plano de Segurança) a ser generalizado em todas as escolas, com as devidas adaptações.

A apresentação, na Assembleia da República, de um Relatório intitulado “A Segurança nas Escolas” em outubro de 2008, pela Comissão de Educação e Ciências, conferiu também a este tema alguma pertinência. Tem-se vindo a assistir também à publicação de normativos a nível político-legal que têm suportado a ação pública em educação, relativamente à promoção de uma cultura de segurança escolar, como é o caso da Circular n.º 18/DSIE/2007, de 11 de dezembro de 2007, que define a implementação do Módulo "Cidadania e Segurança" na área curricular não disciplinar de Formação Cívica, no quinto ano de escolaridade.

Os Clubes de Proteção Civil que brotaram em algumas escolas são um projeto pedagógico informal, dinamizado pelos Comandos Distritais de Operações de Socorro e que envolveram também, aquando da sua criação, as Direções Regionais de Educação, os Serviços Municipais de Proteção Civil e os Governos Cívicos. São efetivamente um reflexo de necessidades sociológicas atuais, no que concerne à interligação de instituições em torno de um projeto comum, enriquecido com os contributos de cada uma; efetivamente só a diversidade pode assegurar uma maior riqueza de contributos.

Com uma colaboração mais limitada e circunstancial, têm surgido Semanas ou Dias da Proteção Civil, organizados ou comemorados em diversas escolas do país, incluindo por exemplo simulacros de intervenção nas diversas áreas relacionadas com a segurança (acidente rodoviário, incêndios, sismos...).

¹ Programa resultante da colaboração entre os Ministérios da Educação e da Administração Interna, cujo projeto inicial data de 1992 e que consiste essencialmente no patrulhamento das áreas escolares por agentes especializados da GNR e da PSP.

² Resultantes da colaboração entre os Ministérios da Educação e da Administração Interna, as Equipas de Missão para a Segurança Escolar foram criadas em 2007, tendo como objetivo principal a conceção, desenvolvimento e concretização de um sistema de segurança nas escolas. A sua atuação centra-se essencialmente nos aspetos comportamentais e na prevenção de acidentes.

Perante esta realidade escolar, na qual a temática da segurança está cada vez mais presente, o Plano de Segurança - uma das vertentes da segurança escolar - deve assumir maior projeção dentro das instituições e pode perfeitamente contrariar a tradição de passividade dos atores educativos (em parte fruto da centralização administrativa a que foram habituados), proporcionando-lhes a aquisição de aprendizagens autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária. Considerando cada elemento da comunidade educativa um ator social, torna-se imprescindível prepará-lo para rececionar informação, mas também para pesquisar e tomar iniciativas, numa atitude proativa, definindo, deste modo, o seu papel, ou seja, o seu contributo para a vivência num ambiente seguro.

Pertencendo a Escola X à Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, encontra-se na zona de risco com uma probabilidade considerável, a nível nacional, de ocorrência de fenómenos sísmicos.

O problema detetado e a partir do qual se partiu para o presente estudo de caso, foi a falta de segurança, decorrente da inexistência de um Plano de Segurança, na Escola X.

A deteção do problema decorreu da prática profissional no contexto em estudo, possibilitando assim um maior conhecimento do quotidiano escolar, dos seus atores e da comunidade envolvente.

Possuindo a Escola X infraestruturas datadas de 1976, ainda em funcionamento, apenas com manutenção e adaptações mínimas, condicionadas não apenas pela real necessidade mas, essencialmente por constrangimentos orçamentais, existem fatores de risco que sobressaem. A especificidade da maior parte das infraestruturas da organização em estudo, bem como o acesso ao recinto escolar, a partir do exterior evidenciaram, desde os primeiros contactos com o local, a existência de fragilidades no âmbito da segurança escolar. A continuidade no local, por um período de três anos letivos permitiu aferir a existência de algumas lacunas, essencialmente a nível das práticas usuais na organização em estudo, quer a nível da gestão, quer no que se refere aos comportamentos dos restantes atores educativos.

Decorrentes do problema inicial, identificam-se os problemas parcelares que abaixo se indicam:

1- Em primeiro lugar, a falta de dedicação à área da segurança/reconhecimento da pertinência do tema, por parte do órgão de gestão da escola em estudo.

2- Depois, a falta de cumprimento e divulgação insuficiente da legislação sobre segurança nas escolas, nomeadamente no que se refere a criar e dar relevo à figura do Delegado de Segurança da escola, à afixação da sinalética definida nos termos da lei, à implementação do módulo “Cidadania e Segurança” na área curricular não disciplinar de Formação Cívica, à realização de Exercícios de Evacuação e Simulacros, à elaboração e atualização do Caderno de Registos da Segurança.

3- Salienta-se ainda a falta de formação que permita à comunidade escolar a adoção de critérios de atuação que promovam comportamentos de autoproteção mas também, no que diz respeito à aquisição de conhecimentos que possibilitem uma intervenção rápida e eficaz, em caso de sinistro.

4- Em termos de relação com o exterior, identificou-se uma insuficiente/inexistente colaboração entre a escola e as entidades com legitimidade para intervir na área da prevenção e segurança, quer a nível formal (toda a estrutura do Sistema Português de Proteção Civil; Agentes de Proteção Civil; entidades, associações, instituições, organismos ou serviços que, de acordo com o seu estatuto próprio desempenhem funções de Proteção Civil, como o são por exemplo a Autoridade Nacional para a Prevenção Rodoviária e Associação para a Promoção da Segurança Infantil); quer no âmbito do voluntariado (Corpo Nacional de Escutas, Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo e Associações de Radioamadores ...).

Através da Metodologia inerente ao Trabalho de Projeto, desenvolveu-se uma investigação centrada no método de resolução de problemas, visando o desenho de uma proposta de intervenção que solucionasse o problema inicialmente verificado: a falta de segurança na Escola X, bem como os restantes problemas parcelares detetados no contexto estudado.

Com vista à consecução da finalidade/meta definida para a presente investigação, a de fazer com que a Escola X atinja um grau de segurança eficaz, foram definidos os seguintes objetivos gerais, divididos pelas duas fases principais do plano de trabalho.

Numa primeira fase: recolher dados que permitissem perceber até que ponto a segurança está contemplada nos documentos e nas práticas da Escola X; diagnosticar o nível de consecução das atividades eventualmente previstas, no âmbito da segurança escolar.

Numa fase posterior: envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança; aumentar o grau de segurança na Escola X, através da elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança.

Concretizando um pouco mais cada um dos objetivos gerais, de modo a facilitar a definição do(s) foco(s) do estudo, bem como as áreas de intervenção e a posterior avaliação do projeto de investigação, definiram-se os objetivos específicos que seguidamente se apresentam: sensibilizar a Comunidade Educativa para a importância de contemplar a área da segurança nas prioridades/metastas do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades; informar a comunidade escolar sobre riscos coletivos; educar para a prevenção e minimização de riscos; divulgar os 3 P's para a Segurança (Prever, Prevenir e Proteger); proporcionar a tomada de consciência do alcance dos atos de cada um e das responsabilidades que lhe advêm do exercício dos seus direitos; divulgar as normas de segurança específicas de laboratórios, cozinha e salas de aula com implantação de máquinas; dar a conhecer as normas de segurança contra incêndios em estabelecimentos de ensino; informar sobre as práticas a adotar em caso de sismo; salientar o papel do Plano de Evacuação em situações de emergência; promover o treino de atitudes e comportamentos adequados em situações de emergência; difundir um Plano de Contingência com normas de segurança e intervenção a ser aplicado em caso de pandemia; reforçar a intervenção da Escola na formação para a proteção civil e para o desenvolvimento de uma cultura de segurança; adquirir hábitos de Segurança; promover uma cidadania ativa e participante; desenvolver relações de confiança e solidariedade, no seio da comunidade escolar.

Relativamente às benesses para a organização em estudo na presente investigação, salienta-se a mais-valia de a mesma poder beneficiar de um Plano de Segurança, delineado de acordo com as características que apresenta no seu todo (infra-estruturas, comunidade escolar e comunidade educativa) podendo assim dar resposta ao problema de falta de segurança, detetado na fase de diagnóstico.

O presente relatório de investigação encontra-se estruturado segundo cinco grandes capítulos que incluem informação sobre a revisão de literatura , o estudo empírico, a descrição e análise dos dados obtidos, o projeto de intervenção e as considerações finais. Devido ao carácter essencialmente prático que define um trabalho de projeto, destaca-se a proposta de intervenção apresentada no presente relatório, fundamentada na autonomia dos órgãos de gestão, no que diz respeito ao uso da mesma para reforçar a eficácia da execução das medidas de política educativa, na promoção da abertura das escolas ao exterior e da sua integração na comunidade local. Isto, por exemplo, através do envolvimento de representantes de instituições diversas, prevista no Decreto-Lei nº 75/2008 e nas características da comunidade educativa.

Acredita-se que a pertinência deste estudo poderá ser o próprio contributo que ele trará à Escola X (numa perspectiva micro) e o que acrescentará (numa perspectiva macro) à investigação neste domínio, devido a alguma dificuldade que se tem sentido em encontrar bibliografia relativa à temática do Plano de Segurança nas escolas.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

No presente capítulo apresenta-se uma breve revisão de literatura, incidindo na subjetividade que o conceito de segurança encerra e ainda na multiplicidade de definições possíveis para o mesmo conceito. Envereda-se pela vertente da segurança escolar como fio condutor da presente investigação, apresentando uma breve resenha do seu enquadramento político-legal em Portugal. Assume-se depois uma definição de segurança focada no Plano de Segurança de uma escola, clarificando o seu significado e expondo as diversas áreas de intervenção nas quais, simultaneamente este se suporta e se reflete.

1. Para a definição de um conceito de segurança

Apesar de na sua origem etimológica, a palavra segurança apresentar noções relacionadas com o afastamento de todo e qualquer perigo, ou ainda com a tranquilidade de espírito permitida pela ausência de perigo, é comum definir-se “segurança” começando por fazer referência a ideias que têm por base a falta desta. Recorre-se, com alguma frequência, a vocábulos como “violência” ou “guerra” para explicar o que é a falta de segurança, sem que se cometa qualquer incorreção. A subjetividade do conceito remete-nos para um vasto leque de significados.

A nível internacional, o conceito de segurança encontra-se organizado mediante dois grandes paradigmas: o de *security* e o de *safety*. O primeiro imediatamente associado à intervenção policial no cumprimento da lei e na manutenção da ordem e dos interesses públicos; o segundo associado ao fomento de uma cultura de segurança visando a prevenção e minimização dos riscos, através da adoção de medidas de auto-proteção.

Independentemente do paradigma com o qual cada cidadão se identifique mais, a necessidade de segurança é consensual em qualquer sociedade.

“A segurança de pessoas e bens foi desde sempre uma das prioridades da Humanidade e a sua origem dilui-se na poeira da História.” (Andrade, N., 2011:8)

Associado inicialmente às funções das Forças de Segurança, *security*, em Portugal o conceito de segurança foi-se alargando e projetando sobre diversas vertentes. Segurança na rua e nos espaços públicos, segurança em casa, segurança de pessoas e bens, higiene e segurança no trabalho, segurança escolar... são alguns deles.

É sobre a segurança escolar que incide a presente investigação. E esta vertente ramifica-se ainda em diversos aspetos essenciais ao bom desempenho das organizações escolares e das suas comunidades. Porém, basta consultar alguns estudos

publicados sobre a temática da segurança escolar para vê-la pender para a noção antónima, a de insegurança, onde conceitos de indisciplina ou violência por parte de alunos assumem a ênfase maior.

Atualmente, nos estabelecimentos de ensino, as atividades no âmbito da segurança escolar passam essencialmente pela gestão de conflitos. O *bullying*³ em contexto escolar assumiu, na última década, o lugar de topo no que às preocupações sobre segurança escolar diz respeito. Contudo, nem sempre foi assim...

Derivando da temática geral “Segurança”, a segurança escolar só na década de noventa começou a ser contemplada como um dos focos das políticas educativas em Portugal. Um regime político ditatorial, bem como o acesso à escolarização restrito a camadas da sociedade bem conceituadas, a nível económico-social e ainda a sólida imagem organizacional da instituição escola explicam a não existência de uma real necessidade de intervenção nesta área.

Posteriormente, a designada “escola de massas”, bem como a transformação da sociedade a nível ideológico e político desencadearam o aparecimento das fragilidades da instituição escola e a necessidade urgente de intervenção na área da segurança escolar. Esta, assumia-se então como antonímia de violência escolar.

A primeira medida de política educativa implementada no sentido de aumentar a segurança escolar foi o Projeto Escola Segura, iniciado de forma experimental em 1992, em apenas 17 estabelecimentos de ensino. Fruto da colaboração entre o Ministério da Educação e o da Administração Interna, este projeto consistia essencialmente no patrulhamento das áreas escolares por agentes especializados da PSP e da GNR.

Em 1994 assistiu-se à criação do Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, que definia a estrutura organizacional do Projeto Escola Segura, constituindo este assim, até meados dos anos noventa, a única medida política para tentar aumentar a segurança nas escolas.

³ O *Bullying* é definido como uma forma de agressão na qual há um desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima, sendo que o primeiro é sempre mais forte que a segunda; pode tomar várias formas, pode ser direto ou indireto e pode ainda ocorrer nos mais variados contextos, sendo que o mais comum é entre crianças e jovens em idade escolar.

Em 1996 começaram a ser fornecidos veículos automóveis, para aumentar a eficácia dos patrulhamentos dos espaços envolventes às escolas e dos percursos casa-escola efetuados pelos alunos. Esta simples medida possibilitou o alargamento das áreas patrulhadas, bem como a rentabilização do número de horas de patrulhamento.

Continuando a viagem sobre o percurso evolutivo do próprio conceito de segurança escolar, verifica-se que com a viragem do milénio, lhe surge associada uma nova ideia: a de consciencialização dos riscos coletivos, bem como de prevenção de acidentes, *safety*.

Em 1999 assistiu-se à publicação do “Plano de emergência para estabelecimentos de ensino”, edição do Serviço Nacional de Proteção Civil, no qual a Proteção Civil assumiu a aposta crescente no apoio à elaboração de Planos de Emergência em Escolas, salientando a importância do envolvimento da população escolar.

“Incentivando esta população a fazê-lo, sabemos que estamos a investir numa óptica de salvaguarda de pessoas e bens, pela incorporação de padrões interventivos e cada vez mais exigentes do ponto de vista social...” (Lencastre, A. e Pimentel, I., 1999:3)

Em 2003, proveniente da Editorial do Ministério da Educação, com o objetivo de informar os órgãos de gestão das escolas, para os quais é transferida a responsabilidade pela utilização, manutenção, higiene e segurança dos edifícios escolares, após a conclusão dos mesmos, surgiu o *Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas*.

Ainda em 2003, foi publicada a legislação que prevê a realização de exercícios de treino que conduzam a uma eficaz evacuação dos edifícios escolares e eventual socorro de vítimas, em caso de emergência, como é o caso da Portaria 1444/02 de 07 de Novembro e do Ofício Circular nº 58, de 29 de Outubro de 2003, do Gabinete de Direcção/Segurança do Ministério da Educação, definindo a realização de exercícios e simulacros.

Em 2005, através do Despacho Conjunto nº105-A/2005, revogado pelo Despacho Conjunto nº 25649/2006 o Projeto Escola Segura (criado em 1992) foi alvo de avaliação, tendo este último despacho, datado de 2006, aprovado o regulamento do

Programa Escola Segura, definindo-o como “... um instrumento de atuação preventiva, que visa reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e meio envolvente...”.

Através da Circular n.º 18/DSIE/2007, de 11 de Dezembro de 2007, definiu-se a implementação do Módulo "Cidadania e Segurança" na área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica, outrora integrante do currículo do 5º ano de escolaridade. Para a operacionalização deste Módulo previa-se a realização de atividades que promovessem a divulgação e implementação do Plano de Segurança de cada escola.

Também em 2007, surgiram as Equipas de Missão para a Segurança Escolar, regulamentadas pelo Despacho n.º 222/2007. Entendendo a segurança nas escolas como um pressuposto do direito e da liberdade de aprender, o mesmo despacho defende que um clima de segurança é condição essencial para alcançar o sucesso educativo. Como tal, a conceção, desenvolvimento e concretização de um sistema de segurança nas escolas assumiu-se como a principal finalidade destas equipas. De entre as suas diversas atribuições, destacam-se as seguintes: a avaliação, a nível nacional, da problemática da segurança escolar; a produção de um modelo de plano de emergência para aplicar nos estabelecimentos de educação, com as devidas adaptações; a organização de ações de formação sobre a temática; a promoção e realização de exercícios e simulacros que possibilitem o treino dos intervenientes e fomentem a consciencialização da importância da segurança escolar e a habituação aos planos de segurança.

Fornecendo um modelo de plano de emergência e instruções para a elaboração de um plano de segurança adequado às características de cada escola, os legisladores fomentam a participação das comunidades escolares no exercício de uma cidadania ativa.

Através do Decreto-lei n.º 117/2009 procedeu-se à criação do Gabinete Coordenador da Segurança Escolar, que veio conceber, coordenar e executar as medidas de segurança no interior das escolas e no seu perímetro interior da vedação, incluindo a formação de pessoal docente e não docente.

Ainda em 2009, com a Portaria n.º 1018/2009 e o Despacho n.º 23340/2009 regulou-se o procedimento concursal de recrutamento dos chefes de zona e dos vigilantes das escolas

e constituíram-se as zonas de vigilância, respetivamente; refletindo uma clara aposta na ação preventiva.

Através do que acima se apresenta, pode concluir-se que as últimas duas décadas foram cruciais no que respeita à consciencialização da importância da temática da segurança escolar, a nível nacional, bem como da necessidade de intervenção nesta área, em cada escola.

2. A segurança nas escolas (aceção mais comum)

Tal como do conceito de “Segurança” derivam várias vertentes (sendo a segurança escolar uma delas), também quando se pensa na segurança nas escolas são diversas as significâncias que lhe estão associadas. Após algumas conversas informais sobre segurança escolar, verificou-se que o conceito pende essencialmente para uma aceção: o *bullying*. Ligado a este surge também o *cyberbullying*, uma nova forma de *bullying* com recurso a novas tecnologias de informação e comunicação, cujo acesso generalizado por parte dos jovens facilita a continuidade da violência.

2.1. *Bullying e cyberbullying*

Associado ao referencial de segurança nas escolas, surge imediatamente um conceito antagónico, o de violência. Esta, não sendo novidade em meio escolar, reveste-se

atualmente com dois novos nomes: *bullying* e *cyberbullying*.⁴ Estes, decorrentes da rejeição social, manifestam-se através de perseguições psicológicas, agressões físicas, disseminação de boatos maldosos... que ocorrem com frequência dentro do próprio recinto escolar. A disseminação de boatos maldosos é bastante facilitada pelo acesso generalizado às novas tecnologias, por parte das crianças e jovens em idade escolar. Quer no *bullying*, quer no *cyberbullying* assiste-se a um fenómeno seletivo em que uns (os agressores) rejeitam outros (as vítimas) tendo por base critérios que, nem sempre são facilmente perceptíveis mas cuja aplicação se traduz em atos continuados de violência física ou psicológica sobre um indivíduo que, por causa de uma ou outra fragilidade é incapaz de se defender.

O fenómeno de *bullying* não é recente. Os relatos de crianças e jovens em idade escolar que foram de algum modo ridicularizados por colegas são do conhecimento geral e acontecem já há várias gerações. Porém, a dimensão e gravidade das suas consequências foi aumentando, o que levou a uma maior necessidade de estudá-lo e veicular informação sobre este fenómeno, visando a sua erradicação.

No que respeita ao *cyberbullying*, os conhecimentos sobre a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação bem como a facilidade de acesso a estas, permitem o uso das mesmas para prejudicar a(s) vítima(s). A comunicação social divulga, com alguma frequência, casos de adolescentes que recebem no seu telemóvel, de forma repetida, mensagens intimidatórias, contendo ameaças à sua integridade física e psicológica ou ainda difamações ao seu bom nome. Como consequência de alguns destes casos, famílias inteiras têm de mudar de cidade e matricular os seus filhos em escolas diferentes das que frequentavam quando começaram a ser vítimas de *bullying* e/ou *cyberbullying*.

Uma outra forma também muito utilizada pelos agressores, para difundir comentários hostis são as redes sociais, na internet. Com a criação de páginas pessoais *online*,

⁴ O *cyberbullying* é definido como uma prática que envolve o uso de tecnologias de informação e comunicação para dar apoio a comportamentos deliberados, repetidos e hostis, praticados por um indivíduo ou grupo com a intenção de prejudicar outrem.

multiplicam-se os convites à partilha de informação sobre cada utilizador. A má utilização das redes sociais, quando levada a limites incontroláveis, pode transformar uma criança ou jovem saudável num indivíduo com sérias dificuldades de sociabilização, culminando mesmo em suicídio, conforme o caso de uma estudante canadiana, divulgado pela comunicação social em outubro de 2012.

São inúmeros os estudos que se debruçam sobre esta aceção de segurança escolar associada à violência nas escolas, analisando algo passado (uma agressão que aconteceu, por exemplo) com vista à identificação das suas causas, tendo como objetivo último assegurar que o comportamento violento não se repetirá. Contudo, a segurança escolar é muito mais abrangente. O presente trabalho incide numa aceção mais virada para o futuro: o Plano de Segurança das escolas, cujo enquadramento legal data de 2007. Constituído por um plano de prevenção e um plano de emergência, tenta prever situações futuras que ponham em causa a segurança da comunidade escolar, tendo por base o desejo que estas não ocorram e, caso ocorram, que se minimizem os danos.

3. O Plano de Segurança e suas áreas de intervenção

No presente trabalho de investigação, estudou-se um contexto específico e apresenta-se um plano de ação constituído por um conjunto de medidas de auto-proteção a aplicar no contexto estudado, a fim de garantir a segurança de toda a comunidade educativa (plano de prevenção). Apresenta-se ainda um conjunto de medidas de emergência com vista à minimização das consequências negativas, em caso de sinistro (plano de emergência). Isto é, apresenta-se um Plano de Segurança elaborado tendo em conta as suas áreas de intervenção (definidas no Manual de Utilização,

Manutenção e Segurança das Escolas) e as características específicas da organização em estudo e dos seus utilizadores.

Com efeito, o Plano de Segurança de uma escola abarca algumas áreas que, embora estejam presentes no quotidiano da comunidade não assumem, numa primeira abordagem, o lugar de maior relevo. Sabe-se, por exemplo, que não são os domínios da avaliação de riscos, da prevenção de acidentes ou das normas de segurança contra incêndio que levam os encarregados de educação a optar por esta ou aquela escola para matricular os seus educandos. Fatores como a proximidade da área de residência, a qualidade (medida através das taxas de sucesso escolar) e o custo do ensino assumem os lugares de topo na seleção de um determinado estabelecimento de ensino, por parte dos encarregados de educação.

Não se pode ignorar a transversalidade das áreas de intervenção de um Plano de Segurança na vida da comunidade educativa. Estas áreas de intervenção abrangem os documentos orientadores de escola e as práticas da mesma (planificadas na organização e realização de exercícios de evacuação e simulacros, por exemplo). Outra das áreas de intervenção de um Plano de Segurança são os edifícios escolares e nas suas imediações (caraterísticas de construção, disposição e acessos). Também as instalações técnicas e os equipamentos são intervencionados no que respeita à verificação periódica das condições de utilização dos mesmos. Outra área fulcral de intervenção é a da verificação da existência e o fomento de hábitos de higiene, segurança e saúde. Sabe-se por exemplo que as cozinhas escolares, dependendo da dimensão do estabelecimento de ensino, confeccionam e/ou servem diariamente centenas ou mais de um milhar de refeições.

O Plano de Segurança tem ainda uma importância crucial na divulgação e cumprimento efetivo das normas e procedimentos de segurança nas atividades curriculares e extra-curriculares, como são o caso das áreas curriculares das ciências experimentais, a nível laboratorial, ou ainda as atividades extra-curriculares realizadas no exterior do estabelecimento de ensino. Na divulgação e no cumprimento efetivo das normas e procedimentos de segurança de uma escola, todos os responsáveis (diretos e indiretos) pelo seu Plano de Segurança devem assumir uma atitude empenhada, na medida em que todos os atores da comunidade escolar são responsáveis.

Os responsáveis diretos pelo Plano de Segurança têm também um papel fundamental e decisório na gestão de emergência, em caso de sinistro, fazendo ainda de intermediários entre a escola e as instituições exteriores que com ela devem colaborar na elaboração e gestão do Plano de Segurança.

3.1. O Plano de Segurança nos documentos orientadores de escola

Enquanto espaço público dotado de equipamentos para uso coletivo, a escola é um local privilegiado para o desenvolvimento de uma cultura de segurança. Sendo que além dos prejuízos materiais estão em jogo vidas humanas, considera-se que nenhuma escola pode menosprezar o valor da vida humana, nem descuidar a inclusão da temática da segurança escolar nos documentos orientadores e nas suas práticas.

Relativamente aos documentos orientadores de escola, não pode esquecer-se que estes são os fios condutores que definem toda uma linha de ação de um determinado estabelecimento de ensino, bem como procedem à divulgação dos seus valores e metas a alcançar. Em sentido figurado, pode dizer-se que são o rosto, a identidade de uma escola. A existência de riscos na sociedade é uma constatação que reforça a necessidade do estudo desses riscos e a definição de um plano de ação que contemple um conjunto de medidas de auto-proteção e de gestão de situações de emergência, a fim de evitar a ocorrência de acidentes e/ou minimizar as consequências destes. É nos documentos orientadores de escola (PAA, PE e RI) que esse plano aparece definido, sob a forma de planificação de atividades a desenvolver, prioridades da escola, objetivos ou metas.

3.2. O Plano de Segurança nos edifícios escolares e suas imediações

O Plano de Segurança de uma escola abrange não só o recinto escolar mas também o seu perímetro envolvente.

A necessidade de existência de um local comum onde decorram as atividades letivas e onde estejam localizados os serviços que asseguram o funcionamento de toda uma estrutura escolar, leva à elaboração de estudos e ao desenho de projetos que sirvam de base à construção dos edifícios escolares, acessos e imediações. A evolução da engenharia civil e da arquitetura não pode dissociar-se da evolução do próprio conceito de cidadania. Assim, além das condições de estabilidade e estética dos edifícios escolares, urge apetrechá-los de funcionalidade, criando por exemplo, percursos e saídas de emergência, bem como condições de acesso para cidadãos com mobilidade reduzida.

As imediações dos edifícios escolares devem igualmente ser alvo de atenção, planificando-as de acordo com a potencial utilização, de forma a criar zonas de circulação automóvel e pedonal que potenciem a segurança da comunidade educativa.

No que concerne ao perímetro envolvente, existem à partida dois aspetos relacionados com a segurança escolar que lideram as preocupações da comunidade educativa: a possibilidade de aproximação de traficantes de estupefacientes e a existência de condições de segurança para a entrada e saída da escola e o atravessamento da rua.

A possibilidade de aproximação de traficantes de estupefacientes, pode comprometer a vida dos jovens que frequentam a escola, bem como a vida das respetivas famílias, caso estes iniciem o consumo de substâncias ilegais. Neste aspeto, a segurança dos jovens alia-se à não adoção de comportamentos desviantes, por parte destes.

Além disso, a aproximação de traficantes poderá ainda comprometer o futuro da própria instituição, conotando-a como um local do qual os pais quererão afastar os seus filhos, para os manter em segurança. Portanto, é imprescindível assegurar que o recinto escolar se encontra bem vedado, não permitindo a intrusão. Por outro lado, torna-se necessário dissuadir a aproximação e permanência de indivíduos considerados suspeitos.

Relativamente à existência de condições de segurança para a entrada e saída da escola e para o atravessamento da rua, a cada vez maior consciencialização dos riscos faz com que cada cidadão associe ao espaço de entrada e saída das escolas, a necessidade de existência de barras metálicas de proteção de saída, de passadeira para peões ou ainda de semáforos; conforme as características do local e as necessidades reais dos seus utilizadores.

O que se passa no perímetro envolvente de uma escola, é nela que se reflete. Reflete-se ainda em toda a comunidade educativa, pelo que a relação bidirecional entre ambas deve ter por base, essencialmente, a cooperação na educação de cidadãos.

Em dezembro de 2012, verificou-se que a existência de uma passadeira para peões, em frente à escola de Canidelo, não foi suficiente para evitar o atropelamento mortal de uma criança, durante a travessia da passadeira, enquanto se encontrava acompanhada pela mãe.

Este infeliz acontecimento relançou, a nível nacional, a discussão sobre as reais condições de segurança em frente às escolas e sobre a formação cívica dos condutores.

3.3. O Plano de Segurança nos equipamentos e instalações elétricas

O planeamento e a instalação dos circuitos de água, gás e eletricidade assume uma importância fulcral na qualidade de exploração dos edifícios escolares, pelo que critérios como a segurança, o conforto, a sustentabilidade e eficiência energética devem ser tidos em conta aquando da análise da respetiva implementação e dos custos (iniciais e de manutenção) que representam. Em caso de emergência, aspetos como a existência de iluminação de segurança, sistemas de deteção de incêndio e/ou gás e a implementação de carretéis e bocas de incêndio nas instalações técnicas farão certamente a diferença.

Numa fase posterior, as verificações e inspeções técnicas das instalações e equipamentos, bem como o registo de conclusões no “Caderno de registos da segurança” e a adoção de medidas consideradas necessárias para solucionar qualquer problema eventualmente detetado, são fundamentais para incrementar as condições de segurança das escolas.

3.4. O Plano de Segurança e as condições de higiene e segurança

Fomentar hábitos de higiene, segurança e saúde na população escolar, mais do que um dever da escola é possibilitar a cada ator educativo a assunção dos seus direitos de

cidadão. É ainda consciencializá-lo da importância que cada um pode ter na prevenção de doenças e acidentes, mas também na promoção da saúde individual e coletiva. É indiscutível a importância das escolas na formação de cidadãos informados. Contudo, face à atual situação global da esperança média de vida (que tem vindo a aumentar) considera-se imperativo não só informar, mas também formar cidadãos aptos a viver mais e melhor, bem como a prestar auxílio para que outros possam igualmente viver mais e melhor, de forma mais autónoma. Nesse âmbito, considera-se urgente a inclusão de formação sobre conhecimentos básicos de primeiros socorros e manobras elementares de suporte básico de vida nos currículos escolares e na formação contínua do pessoal docente e não docente. Esta formação seria um complemento à informação sobre hábitos de higiene e prevenção de acidentes, veiculada desde o ensino pré-escolar.

No que diz respeito à divulgação e cumprimento efetivo das normas e procedimentos de segurança, salienta-se a segurança das atividades práticas, de âmbito educativo, através de dois exemplos: atividades laboratoriais e atividades extra-curriculares de visita de estudo...

Os laboratórios das áreas curriculares de ciências experimentais, nos quais se desenvolvem atividades que envolvem a utilização de equipamentos potencialmente perigosos e a manipulação de materiais reagentes, carecem de uma atenção especial, no que à segurança escolar diz respeito. A capacidade de avaliação dos riscos (através do conhecimento pormenorizado dos agentes químicos, físicos e biológicos, do funcionamento dos equipamentos e das normas de segurança necessárias à sua utilização), deverá ter-se em conta como critério de avaliação da disciplina, devido à relação direta que a segurança nos laboratórios tem com a melhoria da qualidade do ensino das áreas experimentais. Para tal, a existência de material informativo sobre procedimentos de segurança, o cumprimento estrito dos mesmos procedimentos e exemplificação de atuação em caso de emergência tornam-se imprescindíveis, pois só disponibilizando a informação se atingirá a verdadeira consciencialização de cada um.

Um outro exemplo de atividade prática que geralmente se encontra associada ao maior grau de satisfação dos alunos durante o ano letivo, é a atividade extra-curricular de visita de estudo. Desde logo, por se tratar de uma atividade dinamizada no exterior do estabelecimento de ensino, fora do contexto espacial que os alunos tão bem

conhecem, requer a adoção de medidas suplementares de segurança. É necessário avaliar em pormenor todos os detalhes da atividade (local, duração, condições para a sua realização, intervenientes...) assim como a sua propensão para o risco. Todos os docentes que participam na atividade são corresponsáveis pela mesma e pelas suas consequências. Não se pode ignorar o número de atividades extra-curriculares das quais, lamentavelmente, resultou a morte de algum dos seus participantes. A organização de uma visita de estudo implica também a necessidade de definição de um plano de ação a ser implementado em caso de ocorrência de qualquer acidente. Como tal, tudo tem de ser preparado meticulosamente, com o envolvimento de todos os intervenientes e com o reforço constante da necessidade do cumprimento de todas as normas de segurança, junto dos participantes.

Só com base no cumprimento da legislação e na educação de todos, ou seja, colocando em prática o Plano de Segurança, se pode trabalhar em prol da prevenção e, consequentemente, do aumento da segurança escolar.

CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO

No presente capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados para dar cumprimento aos objetivos propostos. Para clarificar a sua apresentação, estruturam-se os procedimentos metodológicos nos seguintes subcapítulos: Abordagem qualitativa; Metodologia do trabalho de projeto e Percurso metodológico. Ao longo da explanação do Percurso metodológico descreve-se o ciclo do projeto, incluindo as Técnicas e Instrumentos de recolha de dados, a Seleção da amostra, os Métodos de análise de dados e a Metodologia de triangulação de dados.

4. Metodologia

A metodologia que seguidamente se apresenta assenta essencialmente na metodologia do trabalho de projeto. Tal como em todos os estudos de caso, privilegiaram-se na presente investigação, a especificidade das características da organização em estudo e a sua análise pormenorizada a partir da recolha de informações no contexto real, visando a obtenção de um maior conhecimento do caso.

Com base nos conhecimentos obtidos, partiu-se para o desenho de uma proposta de intervenção que visasse solucionar o problema detetado no caso em estudo. Trata-se de uma proposta direcionada apenas para o contexto estudado, sem qualquer intenção de ser generalizada a contextos diferentes, construída unicamente para dar resposta ao carácter particular do problema detetado na organização visada. No âmbito da deontologia da investigação e, com o intuito de eticamente preservar o anonimato da organização em estudo, considerou-se pertinente doravante denominá-la por “Escola X”.

4.1. Abordagem qualitativa

Fez-se, ao longo de toda a investigação, uma abordagem qualitativa, comum na área da Administração Educacional. De referir que esta abordagem assenta num paradigma interpretativo, oferecendo a possibilidade de se constituir por diferentes formas de

recolha, registo e análise de material, consoante a adequabilidade ao estudo e os recursos existentes, com o intuito de perceber e interpretar a realidade social.

Sobre a investigação qualitativa, salienta-se ainda o seguinte:

“A grande maioria das investigações qualitativas são aquilo que se designa por investigação do “cavaleiro solitário”, isto é, o investigador enfrenta, isoladamente, o mundo empírico, partindo só, para voltar com os resultados.” (Bogdan, R. e Biklen, S., 1994:108)

Jean Poupart (citado por Lessard-Hébert, 2005, p. 50) situa a instauração das metodologias qualitativas nas décadas de 20 e 30, tendo os seus precursores na denominada Escola de Chicago. Contudo, o seu processo de implementação passou por diversas fases, assumindo uma importância mais generalizada a partir da década de 70. Dessa evolução resultaram diversas designações, entre as quais se salientam a abordagem naturalista ou fenomenológica.

Em oposição às metodologias quantitativas, que privilegiam a objetividade, as qualitativas colocam a ênfase no significado dos dados, na interpretação social dos mesmos.

Na presente investigação, evidencia-se o estudo de um fenómeno, no seu contexto natural, resultando daí a principal fonte de dados. Proceda-se posteriormente à análise e interpretação dos mesmos, através da subjetividade indissociável das ciências humanas e da educação.

4.2. Metodologia do Trabalho de Projeto

A metodologia a desenvolver assenta na metodologia do trabalho de projeto, centrada na resolução de problemas, sempre dotada de intencionalidade e fortemente relacionada com a investigação-ação, conjugando os desejos de saber e de intervir.

Etimologicamente, a palavra “projeto” encerra duas noções principais: a de futuro (*pro*), para a frente e a de ação, intervenção (*jectare*). Assim, a ideia convencional de projeto prende-se essencialmente com uma planificação de um caminho a seguir, ou seja, uma intenção, um plano de ação.

Ao longo da vida, o ser humano depara-se com diversos projetos! Desde logo, o seu projecto de vida que, poderá incluir por exemplo projetos de constituição familiar, projetos profissionais, projetos de viagem...

Tendo em conta a relação privilegiada entre a escola e a sociedade e o reflexo bidirecional de uma na outra, apresentam-se seguidamente alguns aspetos sobre o trabalho de projeto em contexto de ensino-aprendizagem, cuja base teórica é partilhada com a do trabalho de projeto no âmbito da sociologia de ação.

Recuando cronologicamente na realidade portuguesa, o termo “projeto” não era comum nos discursos relacionados com a educação, nos diplomas legais que a organizavam e muito menos na nomenclatura curricular. Prevalecia antes a ideia de uma Escola uniforme com um currículo definido superiormente, que os docentes veiculavam e os alunos assimilavam, sem ter em conta qualquer tipo de especificidade, caracterizando-se por um processo unidirecional, do topo para a base da sociedade.

A primeira vez que, em Portugal, se apresentou o conceito de “Trabalho de Projeto” com rigor metodológico, foi em 1978, através da “Oficina de Trabalho de Projeto”, no primeiro Seminário Experimental para Formação de Formadores, orientada por docentes do Instituto Pedagógico de Estocolmo, no âmbito do acordo Luso-sueco.

Desde então, a metodologia de projeto foi construindo alicerces e atualmente são vários os projetos em meio escolar: o Projeto Educativo de Escola ou Agrupamento, o Projeto Curricular de Escola ou Agrupamento, o Projeto Curricular de Turma, o Projeto Tecnológico... O que têm em comum é o facto de, em todos eles, se enfrentar uma situação ou um problema que, através do projeto, se manifesta a intenção de solucionar.

Na sociedade, em geral, recorre-se também cada vez mais à metodologia de trabalho de projeto para o desenvolvimento ações de intervenção local.

Foi no planeamento que a metodologia de projeto teve a sua origem. Contudo, o primeiro (mais centrado no desenvolvimento económico da ex-União Soviética da primeira metade do século XX) era desprovido da flexibilidade necessária à condução do processo de mudança social.

A metodologia participativa de projeto, veio difundir e implementar na sociedade a noção de ação coletiva, caracterizada pelo dinamismo que lhe está inerente.

“A metodologia participativa de projecto pretende ser um modo de planeamento adequado às ciências sociais, porque inclui as preocupações e os pressupostos de uma sociologia de acção.” (Guerra, I., 2002: 118)

Na metodologia do trabalho de projecto é reconhecida a importância da participação de diferentes atores, para os quais a construção de saberes parte de situações reais e, tendo como horizonte prático a resolução dos problemas do quotidiano, facilita a descoberta do sentido das aprendizagens, isto é, o conhecimento dos porquês suscita uma consciencialização que leva à necessidade de intervir nesta ou naquela área. Implica um envolvimento social e uma interdisciplinaridade de saberes, levando a uma formação com sentido. A este propósito, leia-se:

“A Metodologia de Trabalho de Projecto inscreve-se numa investigação de carácter holístico na medida em que abarca sinergicamente uma grande variedade de contributos possíveis. Assim, de forma geral, e no trabalho de projecto em particular, acredita-se que as problemáticas encontram respostas numa multiplicidade de fontes.”
(Many, E. e Guimarães, S., 2006:45)

A metodologia do trabalho de projeto é faseada, de modo a possibilitar a articulação entre as várias áreas de conhecimento que se entrecruzam na dinâmica do projeto.

Salienta-se ainda o facto de, nesta metodologia, estar implícita a vantagem de não existir qualquer desfasamento entre quem procede à deteção do problema em estudo e

quem, posteriormente executa o trabalho, ou seja, elabora uma proposta de intervenção que vise solucioná-lo.

Ao optar por seguir a metodologia de trabalho de projecto, tem-se como ponto de partida o estudo de um caso. Trata-se de um estudo de caso simples, de orientação teórica etnográfica, fortemente baseado em trabalho de campo.

Ao optar por um estudo de caso está, desde logo, a privilegiar-se um determinado contexto, o caso. Após a observação atenta desse contexto e a constatação da existência de um problema, objecto de estudo, avança-se para a escolha do foco da investigação. Este centra-se num aspeto particular de um determinado contexto.

“... o foco do estudo centra-se numa organização particular... ou nalgum aspecto particular dessa organização.” (Bogdan, R. e Biklen, S., 1994:90)

No caso escolhido para o desenvolvimento da presente investigação, esse aspeto é o Plano de Segurança da Escola X.

Saliente-se ainda que, como em qualquer estudo de caso, na presente investigação está excluída a generalização, precisamente porque as estratégias delineadas se adequam e aplicam unicamente àquele caso específico.

Na mesma linha de pensamento, vêm as metodologias de investigação-ação que, com a sua postura perante o conhecimento e a ação, definem a sua especificidade. Privilegiando a relação do investigador com o objeto de estudo, onde a investigação e a ação são efetuadas com implicação e entusiasmo, partem sempre de uma situação existente, tendo em vista a mudança para outra, socialmente mais desejável.

“A mudança social está na própria raiz da produção do saber sociológico, onde qualquer objecto se movimenta num quadro de compreensão das dinâmicas sociais, no hic et nunc da produção de uma sociedade por ela própria. O desejo de participar activamente nestes processos de mudança social transforma-se muitas vezes numa reflexão mais aprofundada sobre os conteúdos e as formas que pode adquirir uma sociologia de intervenção.” (Guerra, I., 2002: 9)

O seu ponto de partida é sempre uma situação concreta e observando-a, tenta-se interpretá-la à luz do que está para trás, com o intuito de conceber uma situação futura mais vantajosa. De salientar que este processo se desenvolve com base na crítica, análise, reflexão e criatividade, implicando uma aquisição e partilha de conhecimentos de diversas ordens.

Este conceito de investigação-ação ou ação-pesquisa surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, precisamente para dar resposta a uma necessidade de mudança. Nesse contexto, tratava-se da mudança dos hábitos alimentares, face à escassez de bens. Caracterizada pela profunda interação entre a ação, a investigação e a formação, entendendo o ato de agir e investigar como um processo formativo, foi usada também como método de preparação de ações militares, tendo sido posteriormente adotada na gestão de empresas.

No início da década de oitenta e, sobretudo, após a realização de um colóquio sobre investigação-ação que reuniu investigadores de todos os continentes, difundiu-se a vasta panóplia de domínios de aplicação da metodologia de investigação-ação, sempre em favor da intervenção sociológica, suportando-se no paradigma sistémico. Aliás, ela própria pode também entender-se como um grande sistema, no qual convergem e interagem as características da investigação e as da ação.

“... a investigação-acção confronta-se com a ciência tradicional, não somente com os seus métodos e critérios de cientificidade mas, sobretudo, com a forma como os utiliza e manipula. Utiliza a análise sistémica, defendendo a interdisciplinariedade, os métodos qualitativos e uma abordagem global.” (Guerra, I., 2002: 67)

Em sùmula, as metodologias inerentes à sociologia de ação, à medida que permitem conhecer melhor uma determinada realidade, respeitar a singularidade do caso em estudo e melhorar a realidade, mudando-a, promovem ainda a formação dos seus intervenientes e o recurso a uma multiplicidade de fontes. Quanto melhor se conhecerem as dinâmicas dos sistemas de ação, mais fácil se tornarão a interpretação

de dados e o planeamento dos processos de intervenção, com vista a uma mudança social.

As metodologias acima referidas foram seleccionados por se considerarem adequadas ao contexto e às especificidades do objecto de estudo.

4.3. Percurso metodológico

O presente relatório apresenta a descrição do ciclo do projeto, tendo-se optado pela sua estruturação em duas fases distintas.

Numa **primeira fase do estudo**, com tónica essencialmente empírica, realizou-se um diagnóstico da situação, com a colaboração de vários atores da comunidade educativa, recorrendo essencialmente ao trabalho de campo, possível devido ao facto de a prática profissional se localizar exatamente na Escola X.

Durante o ano letivo de 2008/09 foi-se conhecendo melhor o contexto em estudo, fez-se um primeiro levantamento de potencialidades e exequibilidade do mesmo e efetuaram-se os primeiros contactos exploratórios.

A título informal e, nada vinculativo, foram-se registando algumas notas de campo, sintetizadas posteriormente numa grelha de registos que muito contribuiriam para a organização do estudo.

Simultaneamente foi-se (re)definindo o foco do estudo e efetuaram-se ainda algumas leituras mais significativas, no que respeita à revisão de literatura sobre a temática em estudo.

Definiram-se as técnicas de recolha e análise de dados e perspetivaram-se os interlocutores-chave. Procedeu-se à seleção criteriosa de potenciais participantes. Por se tratar de uma amostragem de caso único, assumiu maior importância uma boa reflexão sobre a escolha da organização a observar, dos aspetos a aprofundar, bem como dos participantes no estudo, para que não se caísse nos erros de falta de pertinência do tema em estudo ou falta de representatividade da amostra.

Iniciou-se a recolha de dados, através de uma observação participante das questões técnicas relacionadas com as infra-estruturas dos edifícios escolares, mas também de hábitos e comportamentos da comunidade educativa, complementando-se a recolha com o registo de notas de campo. Esta observação permitiu um olhar sobre as situações em estudo, sem, no entanto, existir qualquer perturbação ou modificação das mesmas.

As notas de campo foram registadas sempre que se revelou pertinente, isto é, sempre que um ou outro aspeto relacionado com a falta de segurança na Escola X se tornou evidente. Além da vantagem que constituiu o seu registo, para fins de organização do esboço da investigação, as notas de campo tornaram-se fortes aliadas por possuírem a preciosa vantagem de evitar lapsos de memória, por esquecimento do que foi observado.

Foram também registadas algumas notas referentes à temática da prevenção, obtidas através da comunicação social, nomeadamente no que concerne à realização do denominado PROCIV IV, exercício de evento sísmico na área Metropolitana de Lisboa e concelhos limítrofes, realizado em novembro de 2008.

Todas as notas acima mencionadas foram oportunamente organizadas e transferidas para uma grelha resumo de registos efetuados na fase de diagnóstico da presente investigação (ver anexo a).

Continuou-se a recolha de dados, com a pesquisa dos documentos orientadores de escola (para posterior análise) nos quais o foco do estudo deveria estar contemplado. À partida procurou-se aferir a existência dos seguintes documentos: Projeto Educativo de Escola, Plano Anual de Atividades e Plano de Segurança. Os primeiros foram consultados através do *site* da Escola X. Quanto ao Plano de Segurança, constatou-se

que o mesmo não existia. Existia contudo, um Plano de Evacuação, também divulgado no mesmo *site*.

A posterior análise documental serviu essencialmente os propósitos de verificar até que ponto, na Escola X, as atividades no âmbito da promoção de uma cultura de segurança escolar se encontravam contempladas nos seus documentos orientadores e qual o grau de consecução das mesmas.

Efetuuou-se então a análise documental dos seguintes documentos orientadores de escola: Projeto Educativo 2005/2009 e Plano Anual de Atividades 2008/2009.

Estes documentos, conjuntamente com o Regulamento Interno, constituem instrumentos do exercício da autonomia, previstos no nº1 do artigo 9º do Decreto-lei nº 75/2008, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

O primeiro é um documento de planeamento, que define a orientação educativa da Escola ou Agrupamento de escolas, explicitando os princípios, valores, metas e estratégias, com as quais a organização se identifica e nos quais se baseia para levar a cabo a sua missão educativa.

O segundo é também um documento de planeamento que concebe formas de organização e programação de atividades que visam a operacionalização dos princípios, valores, metas e estratégias apresentadas no Projeto Educativo.

Não foi possível analisar o Plano de Segurança, conforme o que inicialmente se tinha perspetivado, pelo simples facto de o mesmo não existir. Apesar de, na entrevista realizada, o interlocutor-chave afirmar que o mesmo existia, posteriormente foi possível apurar que tinha havido um equívoco, baseado na confusão entre Plano de Segurança da Escola e Plano de Evacuação.

Após a sùmula de dados recolhidos, procedeu-se à necessária redução (de modo a seleccionar o que de mais pertinente existia), estreitando e redefinindo cada vez mais o material de trabalho, permitindo assim uma posterior análise de conteúdo detalhada, que conferisse valor aos resultados da investigação.

Realizou-se posteriormente uma entrevista à pessoa responsável pela Segurança da Escola, durante o período coincidente com a fase de observação. Foi celebrado um protocolo de colaboração com este interveniente (ver anexo b).

“Em investigação qualitativa, as entrevistas... podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. Em todas estas situações, a entrevista é utilizada para recolher dados...” (Bogdan, R. e Biklen, S., 1994:134)

Optou-se pela realização de apenas uma entrevista, escolhendo o Delegado de Segurança como interlocutor-chave, em detrimento do que inicialmente se tinha equacionado, já que aquando da abordagem inicial a outro interlocutor, o mesmo não manifestou disponibilidade para a realização da entrevista, alegando que entretanto o seu mandato de Presidente do Conselho Executivo da Escola X terminara e, essencialmente, porque após a realização da primeira entrevista, se considerou possível prescindir da realização da segunda, inicialmente prevista. Isto, porque do cruzamento dos dados obtidos a partir da entrevista realizada, com os dados decorrentes da observação direta efetuada, não surgiu a necessidade de obter uma perspetiva diferente, já que a veracidade dos factos foi corroborada por ambas as técnicas de recolha de dados.

A entrevista foi suportada por um guião, constituído por três blocos centrais de questões: introdutórias (relativas ao percurso pessoal e profissional do entrevistado e ainda ao cargo desempenhado pelo mesmo), de conhecimento (relacionadas com a inclusão do tema “Segurança” nos documentos orientadores da organização em estudo, atividades previstas nesse âmbito, grau de consecução das mesmas e protocolos de colaboração entre a organização e as entidades legitimadas para intervir na área da prevenção e da segurança) e de opinião (relativamente à pertinência da figura do Delegado de Segurança nas escolas, à consciencialização dos riscos coletivos pelos diversos atores educativos e atuação dos mesmos no sentido de os minimizar, à importância atribuída à colaboração entre a organização em estudo e entidades exteriores, ao balanço das atividades desenvolvidas e ao grau de segurança

da Escola). O guião (ver anexo c) contemplava todos os tópicos ou questões focadas, embora a ordem pela qual os mesmos foram abordados tenha sido flexível e dotada da maior naturalidade possível.

Assim, a entrevista realizada foi de tipo qualitativo, com abordagem semi-estruturada, caracterizada por um grau intermédio de diretividade. O contributo da entrevista situou-se essencialmente a nível do aprofundamento do assunto em estudo que, de um modo global se conhecia mas, que continha aspetos que não se conheciam em profundidade. As suas questões foram definidas com o intuito de responder aos objetivos investigativos. Afinal, não pode esquecer-se que:

“A entrevista é uma conversa com um objetivo.”

(Bingham e Moore, citado por Matalon, 1992:64)

Depois da sua transcrição, foi efetuada a análise de conteúdo da entrevista realizada ao Delegado de Segurança da organização em estudo (ver anexo d).

Esta análise de conteúdo, além de servir os propósitos já referidos em relação à análise documental, trouxe a vantagem de auscultar sobre os porquês, as dificuldades ou incentivos sentidos pela pessoa à qual esteve associado o cargo de gestão intermédia, na área da segurança; na organização em estudo.

Aliados à entrevista, que permitiu conservar a especificidade do entrevistado, foram ainda aplicados inquéritos por questionário (ver anexo e), de natureza mais rígida no que concerne à ordem e à forma como as questões são colocadas. Estes foram construídos por grupos de questões abertas e questões fechadas (estas últimas em maior quantidade).

Cronologicamente, primeiro foi efetuada a entrevista (de carácter mais aberto) e só depois se aplicaram os questionários (de âmbito mais restrito). A primeira forneceu pistas de pesquisa, que posteriormente foram contempladas nos questionários; essencialmente no que concerne às questões de opinião presentes no guião da entrevista.

A escala utilizada nos inquéritos por questionário para as questões de resposta fechada foi uma escala nominal, cujos valores não possuem uma ordem intrínseca. O atributo manifestou-se através das seguintes possibilidades: sim/sempr; frequentemente; às vezes/alguns; raramente; não/nunca.

Os inquéritos por questionário foram aplicados a diversos atores da comunidade educativa, com o intuito de obter perspetivas diferentes, relativamente ao tema em estudo, para que a generalização que visavam se tornasse o mais legítima possível. Por se tratar de estatística indutiva, selecionou-se uma amostra, a partir da qual se tiraram conclusões sobre a população ou universo.

A amostra foi constituída por todos os profissionais da Escola em estudo (órgãos de gestão, serviços administrativos, técnicos e educativos), que se encontravam ao serviço na Escola X, no dia em que foram aplicados os questionários e que se disponibilizaram para responder ao mesmo.

As razões de escolha desta amostra prenderam-se com três aspetos essenciais: a obtenção de perspetivas diferentes sobre a temática, o não comprometimento da fiabilidade dos resultados e a economia de tempo. Quanto ao primeiro aspeto, optou-se pela distribuição de questionários a toda a população adulta da Escola X (incluindo a participação de pessoal docente, mas também de pessoal não docente no estudo). Relativamente aos dois últimos aspetos, não se ignorou o facto de algum pessoal docente e não docente se deslocar frequentemente a outras escolas do agrupamento, originando assim a possibilidade de obtenção de uma diferença substancial entre o número de indivíduos que teoricamente pertencem àquele universo e o da amostra. Contudo, o motivo que levou à opção por esta amostra específica e pela aplicação dos questionários num único dia, foi o não comprometimento da fiabilidade dos resultados, não se pretendendo correr o risco de obter dois questionários respondidos pelo mesmo indivíduo, em dias distintos (por exemplo) e com respostas diferentes aos diversos itens.

Foram distribuídos questionários a 52 indivíduos, tendo sido devolvido um total de 50 questionários preenchidos.

Escola X	Universo	Nº de questionários distribuídos	Amostra
População adulta (pessoal docente e pessoal não docente)	124	52	50

Figura 1 – Quadro informativo sobre o Universo e a Amostra do contexto em estudo.

Após a elaboração, distribuição e recolha dos questionários que aliaram o apuramento rápido dos resultados à variedade de respostas (através das suas questões de resposta aberta e das de resposta fechada), procedeu-se ao levantamento dos dados primários obtidos através das respostas dos diferentes indivíduos.

Estes agruparam-se em grelhas, por categorias (ver anexo f) e efetuou-se uma abordagem estatística descritiva, numa perspetiva de frequência, que permitiu a obtenção de dados secundários.

“O conjunto do material compilado no campo não é, em si mesmo, um conjunto de dados, mas é, sim, uma fonte de dados... constitui material documental a partir do qual os dados serão construídos...”
(Lessard-Hébert, M., Goyette, G. e Boutin, G., 2005: 107)

Com o objetivo de conseguir o maior grau de legitimidade possível na investigação, foi tido em conta o facto de a presença de um observador, a realização de entrevistas ou a aplicação de questionários constituírem sempre uma interação social e gerarem alguma influência nos atos ou discursos de quem participa no estudo.

Foram ainda tidos em conta fatores associados à situação de inquérito, como o lugar ou o tempo real de que se dispõe e fatores relacionados com os colaboradores no estudo, tais como os aspetos evidentes da sua personalidade, cultura, capacidade cognitiva, de memória, de compreensão das questões, de expressão e a pertinência que atribuem ao tema em estudo.

Posteriormente, procedeu-se à triangulação dos dados, fazendo o cruzamento das diferentes informações, para validação interna e externa dos resultados obtidos através de fontes distintas.

Apesar das respetivas especificidades, a triangulação de dados obtidos através dos diferentes métodos e instrumentos teve uma única intenção: a preocupação em aferir e provar os factos apresentados.

Esses factos foram agrupados em duas categorias principais: reveladoras de segurança/pontos fortes e reveladoras de insegurança/pontos fracos.

Partindo dos factos apresentados, numa **segunda fase** do estudo, desenhou-se uma proposta de intervenção, que visasse solucionar o problema inicialmente detetado, especificando o papel de cada ator na promoção de uma cultura de segurança escolar, através da sensibilização, elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança adequado à Escola X (com as respetivas medidas preventivas e de emergência).

A proposta de intervenção encontra-se devidamente explanada no capítulo iv.

CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

No presente capítulo, apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos nos questionários; através da observação direta; da realização da entrevista e da análise documental.

A apresentação e análise dos mesmos efetua-se regendo-se pela ordem dos subtemas tratados nos inquéritos por questionário.

5. Apresentação e análise de resultados

Os dados referentes à análise dos questionários, que seguidamente se apresentam, referem-se à moda das respostas obtidas em cada questão dos inquéritos por questionário. Apresentar-se-ão sob a forma de percentagens, explicando de forma exhaustiva os resultados obtidos.

Apresentam-se também alguns gráficos, através dos quais se pretende ilustrar os resultados obtidos nas respostas a cada questão.

No entanto e, com o intuito de facilitar a leitura e interpretação dos mesmos, opta-se por elaborar um quadro alusivo a cada subtema explorado nos questionários, com a síntese dos resultados, apresentada através de tópicos considerados relevantes (numa perspetiva de segurança escolar) e cuja veracidade foi possível verificar, através de outras técnicas de recolha de dados. A opção por esta forma de apresentação de dados deve-se essencialmente ao facto de se tratar de um conjunto de dados referentes a um contexto de estudo, em função do qual se define um projeto de intervenção. Como tal, parte-se da realidade encontrada, ou seja, dos seus pontos fortes, bem como dos seus pontos fracos, numa perspetiva de definição das características do contexto em estudo e, a partir das mesmas, perspetivar soluções e/ou rentabilizar pontos fortes.

5.1. Referencial de segurança e sua pertinência em meio escolar

O primeiro grupo de questões do inquérito por questionário aborda o referencial de segurança e a sua pertinência em meio escolar. Neste âmbito, na figura que

seguidamente se apresenta (figura 2), faz-se uma síntese dos pontos fortes e dos pontos fracos da Escola X.

REFERENCIAL DE SEGURANÇA (SUA PERTINÊNCIA EM MEIO ESCOLAR) SÍNTESE	
Pontos fortes	<p>Atribuição de importância à sensibilização de todos para o desenvolvimento de comportamentos colectivos de segurança.</p> <p>Opinião de que a promoção de uma cultura de segurança escolar contribui sempre para o aumento efectivo desta última.</p>
Pontos fracos	<p>Apenas 40% dos indivíduos afirma conhecer os procedimentos a adoptar numa situação de emergência.</p> <p>Só 32% considera estar em condições de utilizar correctamente extintores e bocas de incêndio, em caso de necessidade.</p>

Figura 2 – Quadro síntese alusivo ao subtema “Referencial de segurança”.

Após o levantamento e análise de dados relativos às respostas da primeira questão do grupo sobre o referencial de segurança, verifica-se que 98% dos inquiridos considera importante a sensibilização de todos para o desenvolvimento de comportamentos coletivos de segurança em meio escolar. **(ver gráfico 1)**

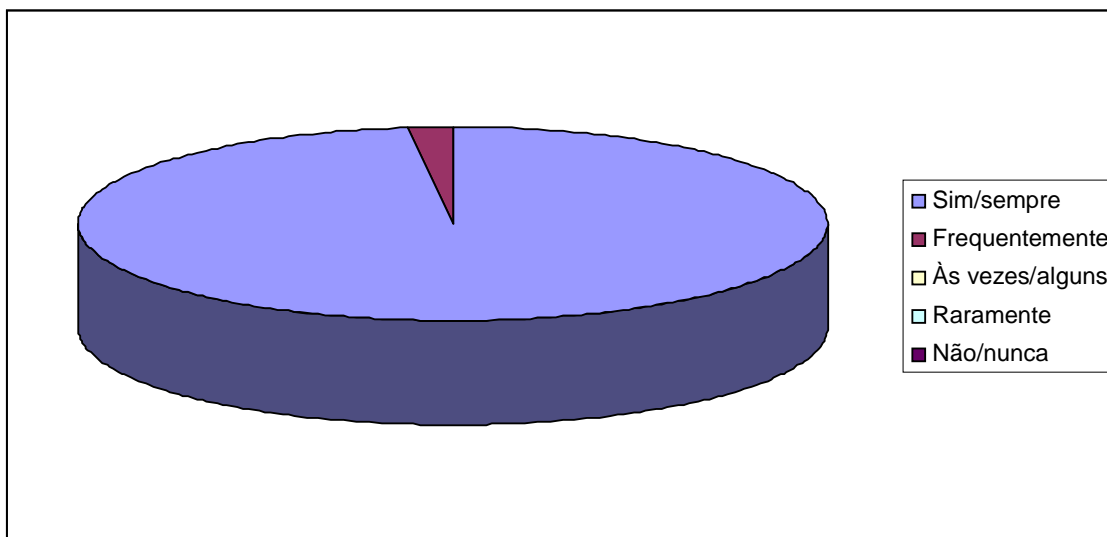


Gráfico 1 – *Considera importante a sensibilização de todos para o desenvolvimento de comportamentos coletivos de segurança?*

Na segunda questão, constatou-se que 90% dos indivíduos pensa que a promoção de uma cultura de segurança escolar contribui sempre para o aumento efetivo desta última. Curiosamente, os restantes indivíduos (10%) apenas consideraram que frequentemente, ou às vezes, a promoção da primeira se traduz no aumento da segunda. (**ver gráfico 2**)

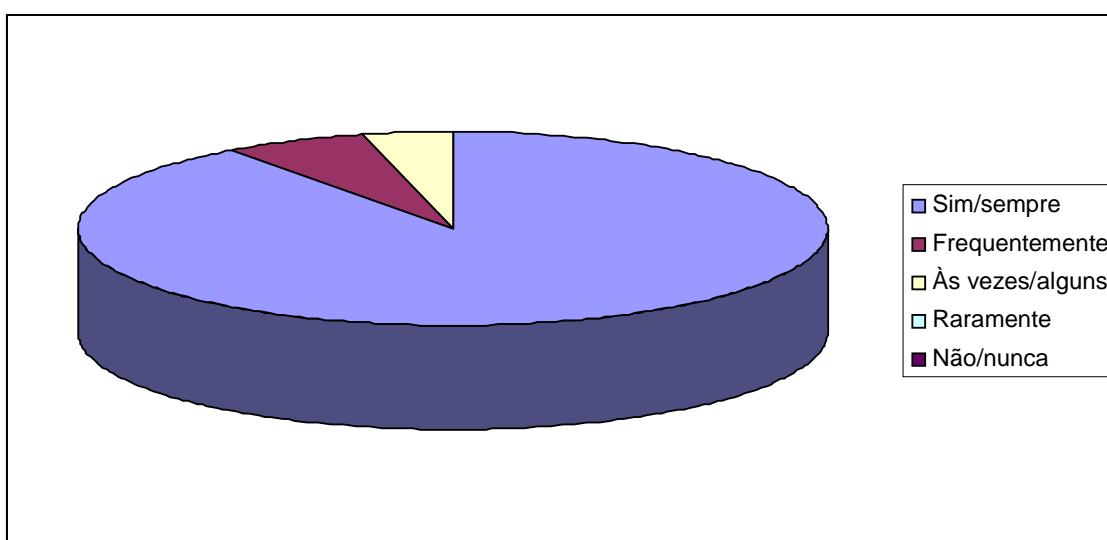


Gráfico 2 – *Considera que a promoção de uma cultura de segurança escolar contribui para o aumento efetivo desta última?*

Na terceira questão, verificou-se que, frequentemente, 40% dos indivíduos afirma conhecer os procedimentos a adoptar numa situação de emergência, em caso de inundação, sismo, incêndio... (**ver gráfico 3**)

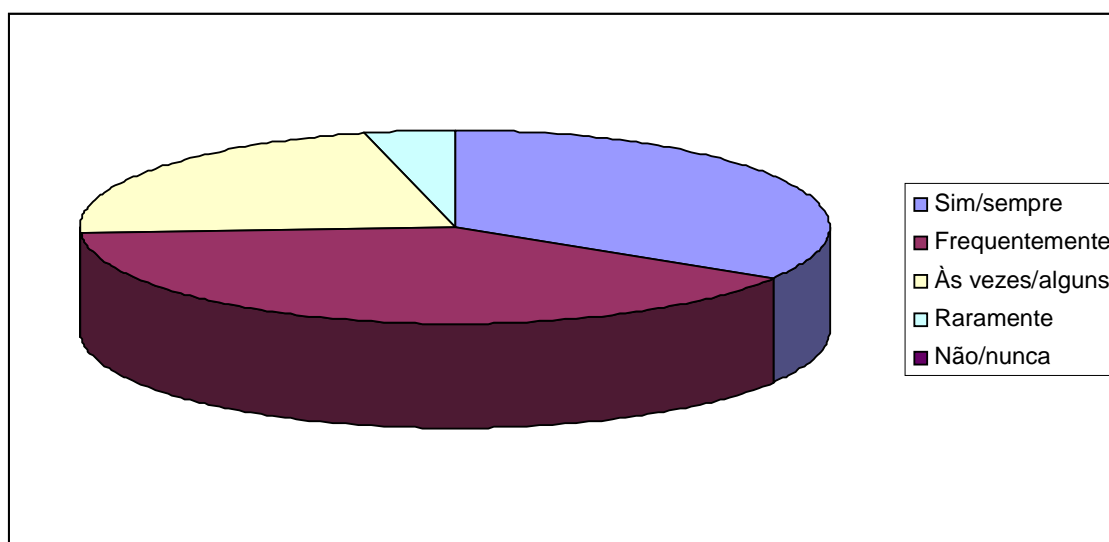


Gráfico 3 – *Conhece os procedimentos a adotar numa situação de emergência (inundação, sismo, incêndio...)?*

Este é um dado preocupante, se se tiver em conta a quantidade de vidas humanas que, numa escola, poderão estar potencialmente em risco. Salienta-se ainda o facto de nem sequer metade dos indivíduos afirmar conhecer os procedimentos a adotar numa situação de emergência.

Direcionando um pouco mais a temática abordada na questão anterior, para o manuseamento de meios de primeira intervenção, em caso de incêndio, apurou-se que 32% dos indivíduos pensa estar, frequentemente, em condições de utilizar corretamente extintores e bocas de incêndio, em caso de necessidade. (**ver gráfico 4**)

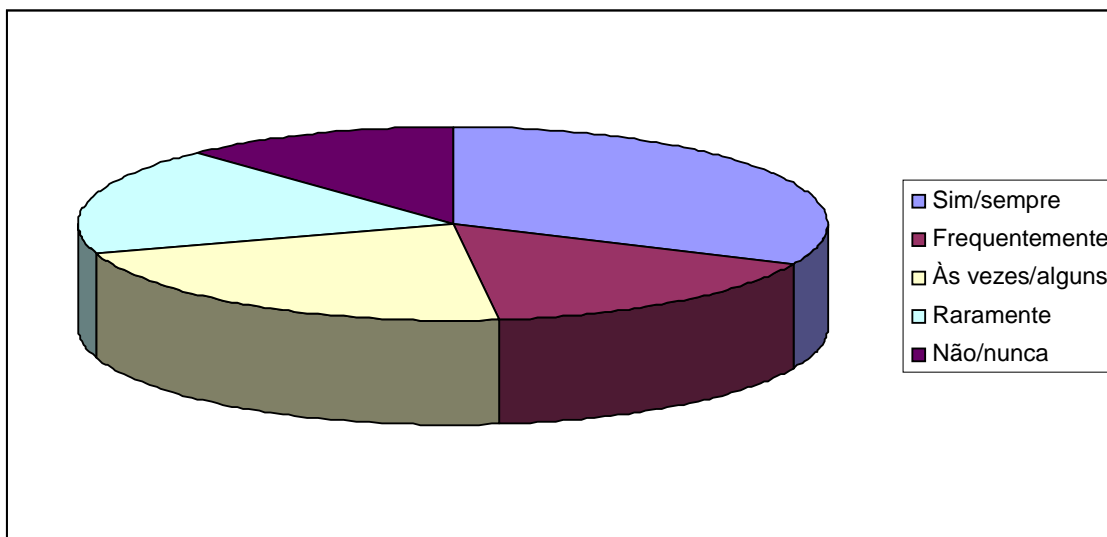


Gráfico 4 – *Em caso de necessidade, considera que está em condições de utilizar corretamente extintores e bocas de incêndio?*

Considera-se alarmante o facto de haver uma percentagem tão diminuta de indivíduos que pensa estar em condições de utilizar corretamente extintores e bocas de incêndio, sobretudo, se se pensar que ao meio escolar estão inerentes diversas possibilidades de origem de um incêndio. De acordo com as características da organização em estudo, pensa-se que um incêndio poderá ocorrer com maior probabilidade, por exemplo, a partir dos reservatórios de gás que alimentam o pavilhão polidesportivo e a cozinha, devido à especificidade do mesmo em termos de combustão; das instalações elétricas cujos fios condutores, em algumas salas, se encontram à mostra, junto das tomadas; ou de fogo posto, nas árvores e arbustos que se encontram no recinto escolar.

Finalizando o primeiro grupo de questões, verificou-se que 96% dos indivíduos afirma saber quem é o Delegado de Segurança da sua escola. (**ver gráfico 5**)

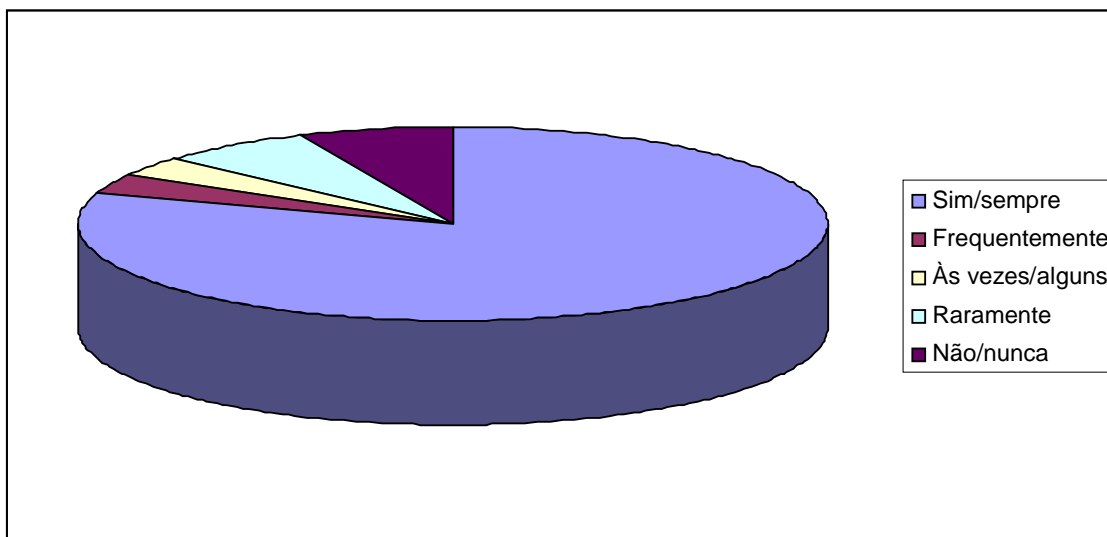


Gráfico 5 – *Sabe quem é o Delegado de Segurança da sua Escola?*

A criação do Delegado de Segurança encontra-se contemplada no artº 20º do Decreto-lei nº220/2008, do Ministério da Administração Interna, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios. No que respeita aos edifícios da organização em estudo, inserem-se nos edifícios de tipo IV, edifícios “escolares”.

Os resultados obtidos no primeiro grupo de questões levam a inferir que, apesar de existir uma ideia consensual da importância da sensibilização de todos para o desenvolvimento de comportamentos colectivos de segurança, os conhecimentos de cada indivíduo sobre esta temática são consideravelmente mais baixos do que seria desejável.

5.2. Segurança nos documentos orientadores de Escola e nas suas práticas

O segundo grupo de questões, aborda a temática da segurança nos documentos orientadores de escola e nas suas práticas.

SEGURANÇA NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES DE ESCOLA E NAS SUAS PRÁTICAS	
SÍNTESE	
Pontos fortes	Uma percentagem de 62% dos inquiridos tem conhecimento que a temática “Segurança” está contemplada no PE ou no PAA.
Pontos fracos	<p>Apenas 24% tem conhecimento do Manual de Utilização, Manutenção e Segurança das Escolas.</p> <p>Apenas 36% conhece o Plano de Prevenção da Escola.</p> <p>No último ano letivo o número de exercícios de evacuação realizados foi de “um” e nos últimos três anos foi de “três”.</p> <p>O número de simulacros realizados no último ano letivo e nos três últimos anos letivos foi, em ambos os casos, “zero”.</p> <p>A maior parte dos indivíduos (62%) não sabe ou não registou qualquer actividade organizada pela escola, no âmbito da segurança escolar.</p>

Figura 3 – Quadro síntese alusivo ao subtema “Segurança nos documentos orientadores de escola e nas suas práticas”.

Na primeira questão, 62% dos indivíduos afirma que a temática da segurança está contemplada no Projecto Educativo ou no Plano Anual de Actividades. **(ver gráfico 6)**

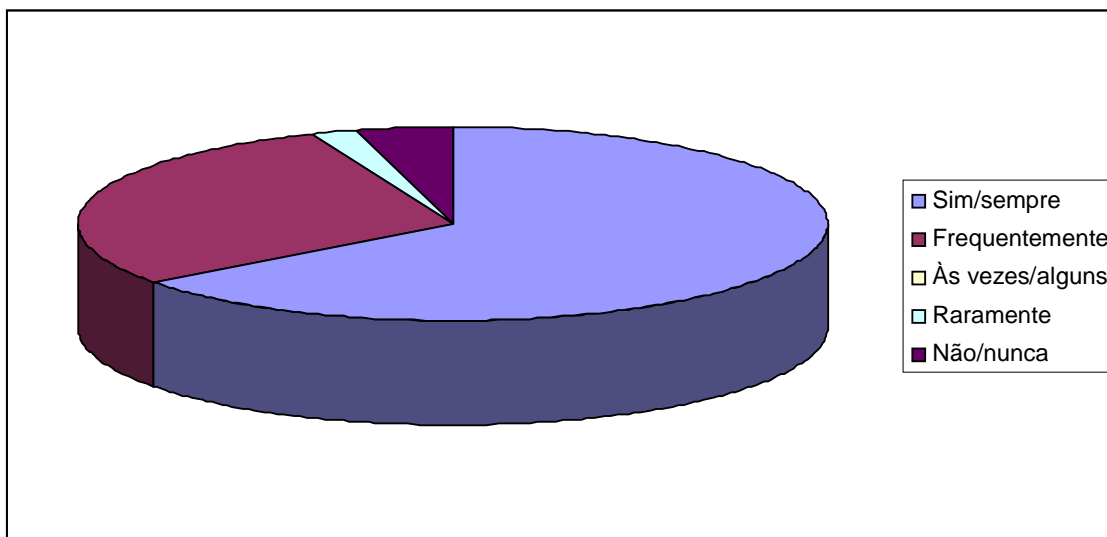


Gráfico 6 – A temática da segurança está contemplada no Projeto Educativo ou no Plano Anual de Atividades?

Da análise documental efectuada ao Projecto Educativo do Agrupamento de escolas ao qual a organização em estudo pertence, referente ao quadriénio 2005/09, foi possível verificar que a temática da segurança aparece contemplada no mesmo sobre a forma de um dos objectivos: “Fomentar na Escola uma cultura de prevenção e segurança”.

Analisado o Plano Anual de Actividades, verificou-se que não existe nenhuma atividade prevista no âmbito da segurança escolar. Curioso foi também verificar que, neste último documento, apesar da inclusão do “Plano de emergência” na lista de Clubes e projectos existentes na Escola, nenhuma actividade aparece proposta neste âmbito específico.

Relativamente à segunda questão, 32% dos indivíduos afirma não ter conhecimento do Manual de Utilização, Manutenção e Segurança das Escolas. (**ver gráfico 7**)

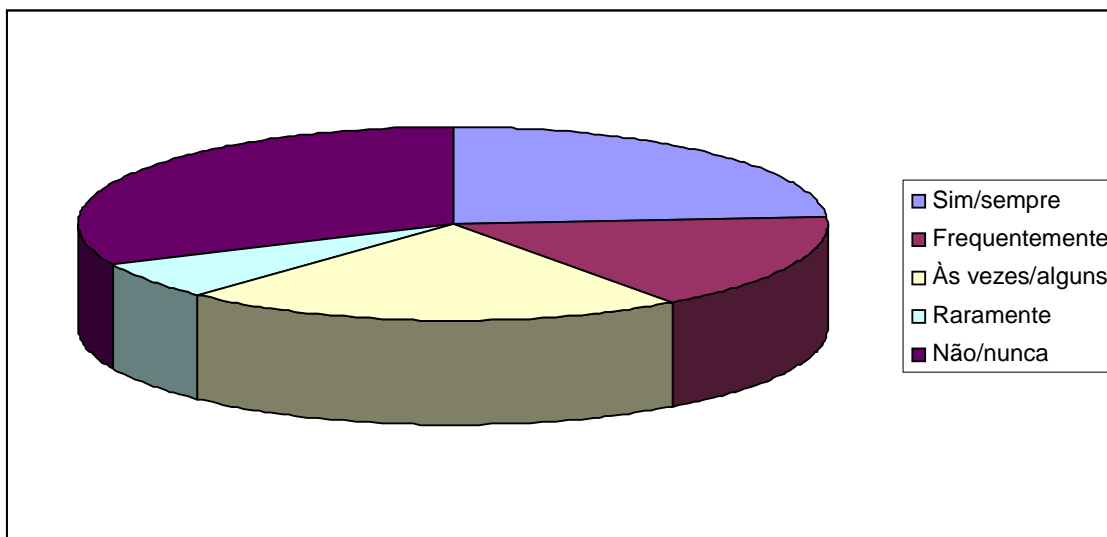


Gráfico 7 – *Tem conhecimento do Manual de Utilização, Manutenção e Segurança das Escolas?*

Tendo em conta que este documento tem por objectivo a informação dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino sobre a utilização, manutenção, higiene e segurança dos mesmos, mas também a sensibilização de todos os utentes para os riscos de acidentes nas escolas, apontando sobretudo para a prevenção destes e que, a primeira edição do Manual de Utilização, Manutenção e Segurança das Escolas data do ano 2000, infere-se uma ausência de conhecimento que poderá ter origem quer na insuficiente divulgação do mesmo, quer na falta de iniciativa, por parte dos utentes da escola, em procurar informação. Esta última hipótese porém, não é aplicável ao Delegado de segurança da organização em estudo; este na entrevista que lhe foi realizada, afirmou que, quando nomeado para o exercício do cargo, teve de “... ler toda a legislação relacionada bem como O Manual de Utilização, Manutenção e Segurança das Escolas.”

Respondendo à terceira questão, 36% dos indivíduos afirma conhecer o Plano de Prevenção da escola. (**ver gráfico 8**)

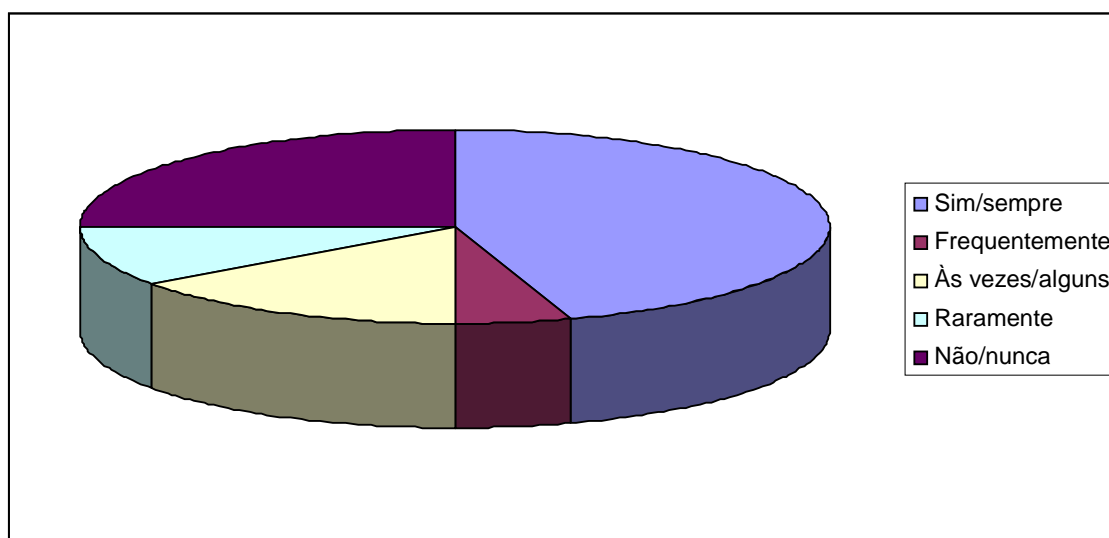


Gráfico 8 – *Conhece o Plano de Prevenção da sua Escola?*

Da análise documental efetuada a este Plano de Evacuação, verificou-se que o mesmo se encontrava elaborado de acordo com as indicações constantes no Plano de Prevenção e Emergência para Estabelecimentos de Ensino, coedição da Câmara Municipal de Lisboa-Departamento de Proteção Civil e do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.

Já na questão seguinte, 38% dos indivíduos responde que conhece o Plano de Emergência da escola. (**ver gráfico 9**)

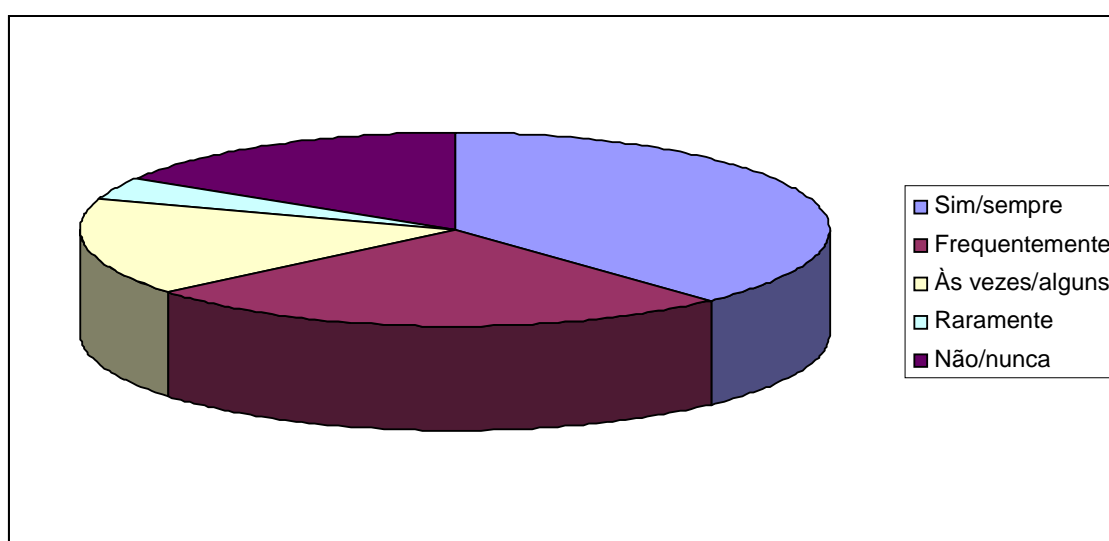


Gráfico 9 – *Conhece o Plano de Emergência da sua Escola?*

Tendo em conta que, no âmbito do Plano de Emergência, a Escola X apenas possui um Plano de Evacuação, não deixa de ser curioso verificar a diferença de dois pontos percentuais nas respostas em que se afirma conhecer o Plano de Evacuação e o Plano de Emergência.

Ainda no que diz respeito ao conhecimento destes dois planos, com percentagens de 36 e 38%, respetivamente, os dados obtidos nas respostas a estas duas últimas questões são preocupantes, já que, de uma forma resumida, os principais objectivos dos Planos de Evacuação e dos Planos de Emergência prendem-se com a sensibilização para a necessidade de introduzir rotinas nos procedimentos de auto-protecção para, em cumprimento das normas de segurança, preparar e organizar os meios adequados para garantir a salvaguarda de pessoas e bens, em caso de ocorrência de uma situação de emergência.

Na quinta questão deste grupo, 62% dos indivíduos afirma não saber onde se encontra o Caderno de Registo da Segurança da escola. (ver gráfico 10)

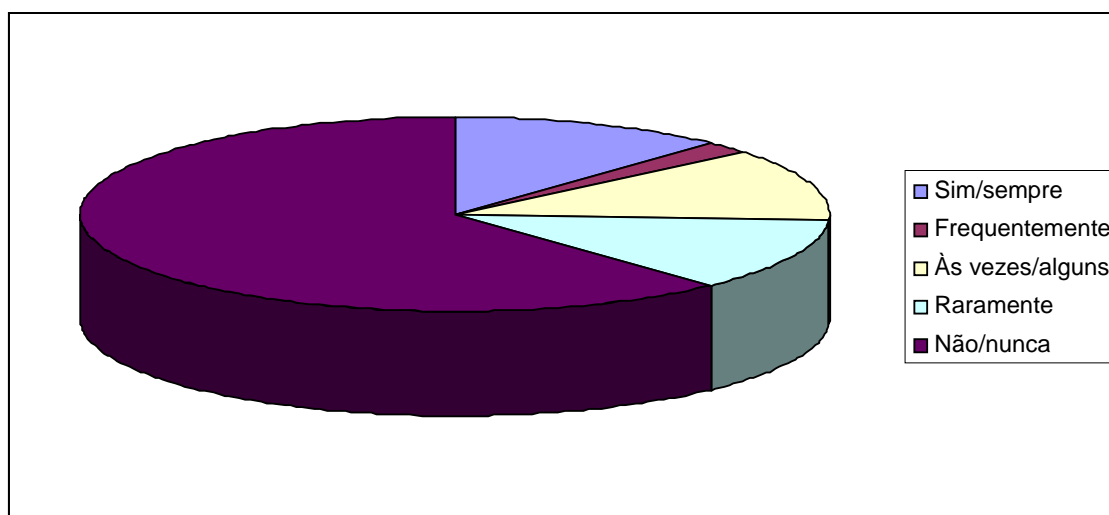


Gráfico 10 – Sabe onde se encontra o Caderno de Registo da Segurança da Escola?

Uma vez que, segundo as instruções constantes no “Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas”, o Caderno de Registo da Segurança deve ser guardado em lugar seguro, conjuntamente com o Plano de Emergência e documentos afins, não será de estranhar que uma percentagem diminuta de respondentes tenha conhecimento do local onde o mesmo se encontra.

Durante a entrevista realizada ao Delegado de Segurança, o mesmo referiu que, quando começou a exercer estas funções, não existia na organização em estudo, Caderno de Registos de Segurança.

Curioso é verificar a percentagem de respostas que, ainda assim, se dividem pelas restantes possibilidades da escala.

Na última questão fechada deste grupo, 44% dos indivíduos respondeu que os exercícios de evacuação e simulacros são práticas correntes, no historial da escola. (**ver gráfico 11**)

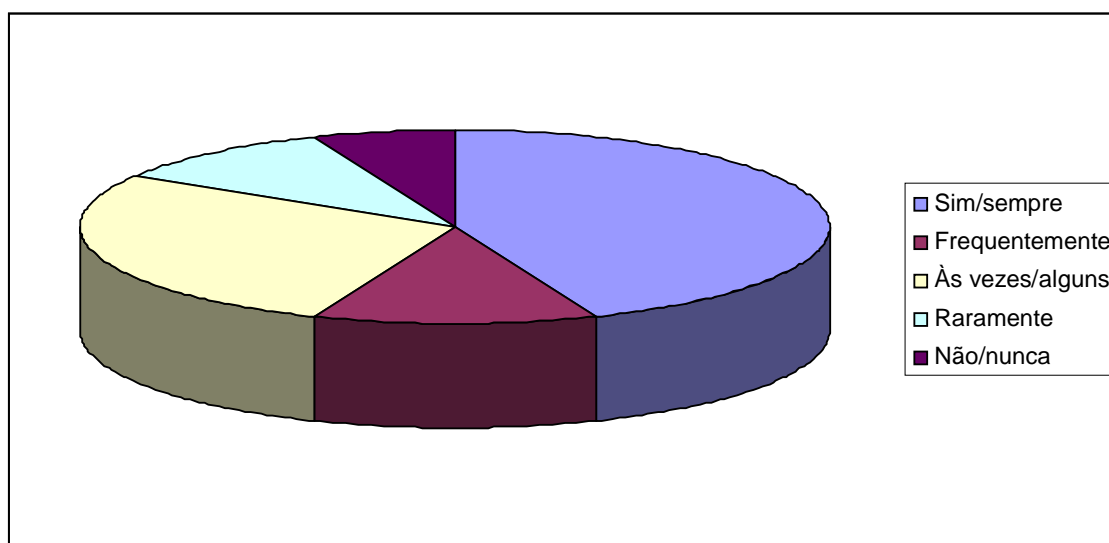


Gráfico 11 – *Os Exercícios de evacuação e Simulacros são práticas correntes, no historial da Escola?*

Para tentar especificar um pouco mais estes dados, colocou-se, nos questionários, o seguinte quadro informativo, com as definições dos conceitos de Exercício de evacuação e Simulacro:

Exercício de evacuação: Treino do(s) percursos que os ocupantes de determinado local têm de fazer, em caso de emergência.

Simulacro: Treino do(s) percursos que os ocupantes de determinado local têm de fazer, em caso de emergência, envolvendo viaturas de socorro e ainda pessoas que simulam estar feridas/isoladas e têm de ser resgatadas.

Figura 4 – Quadro informativo contendo definições de “Exercício de evacuação” e “Simulacro”.

Imediatamente a seguir a este quadro informativo, colocou-se ainda um grupo de questões abertas.

Em resposta à questão “Quantos exercícios de evacuação foram efectuados no último ano letivo?”, os dados obtidos apresentam a moda de “Um”. (**ver gráfico 12**) Na entrevista, o Delegado de Segurança, deu a mesma resposta a esta questão.

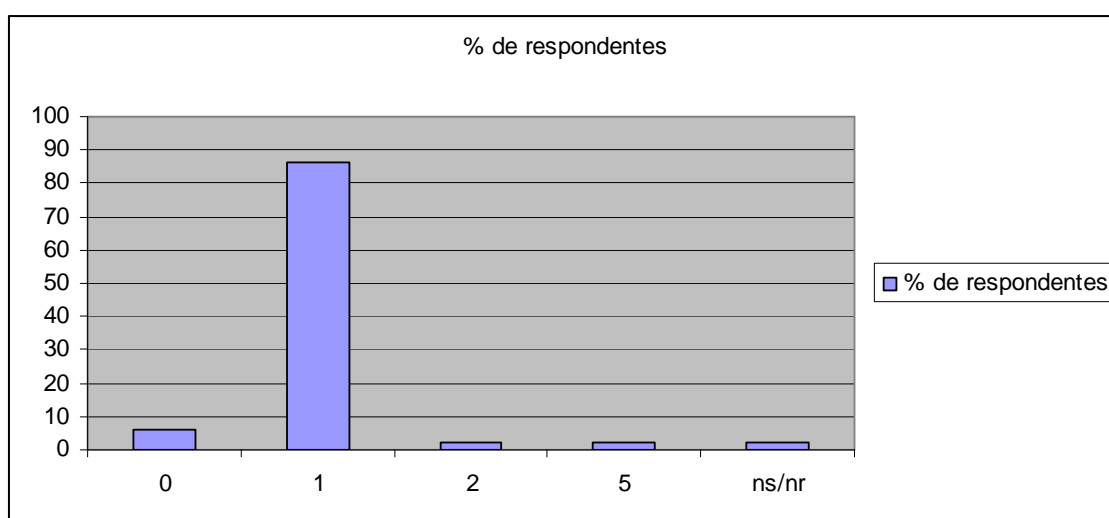


Gráfico 12 - *Quantos exercícios de evacuação foram efectuados no último ano letivo?*

À questão “Quantos exercícios de evacuação foram efetuados nos três últimos anos letivos?” a moda encontrada nos questionários foi de “Três”. (ver gráfico 13)

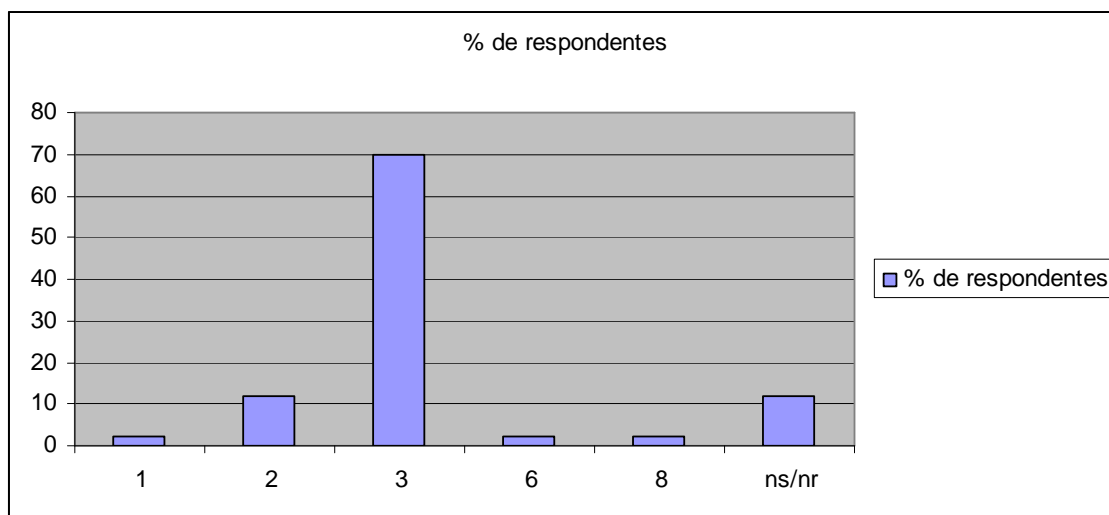


Gráfico 13 - *Quantos exercícios de evacuação foram efetuados nos três últimos anos letivos?*

As respostas a esta última questão vieram confirmar os dados obtidos nas respostas à primeira questão aberta “*Quantos exercícios de evacuação foram efetuados no último ano lectivo?*” e também permitiram verificar que o último ano letivo não foi excecional, no que ao número de exercícios de evacuação efetuados diz respeito, isto é, um por ano; três nos últimos três anos.

Os dados obtidos denunciam ainda a ocorrência de um exercício de evacuação por ano e não o cumprimento da legislação, que defende no mínimo dois por ano letivo.

Os motivos apontados pelo Delegado de Segurança para a realização de apenas um exercício de evacuação por cada ano letivo, prendem-se com três aspetos: a perturbação originada pela realização do exercício de evacuação, o facto de os alunos o repetirem nos cinco anos que geralmente permanecem na escola (do 5º ao 9º ano de escolaridade) e a maneira correta como a Escola fica evacuada, em cerca de dois minutos.

Quanto à questão que indagava o número de simulacros efetuados no último ano letivo, (ver gráfico 14) bem como aquela em que se pretendia saber o número de simulacros efectuados nos três últimos anos letivos, (ver gráfico 15) a moda encontrada para ambas as respostas foi de “Zero”.

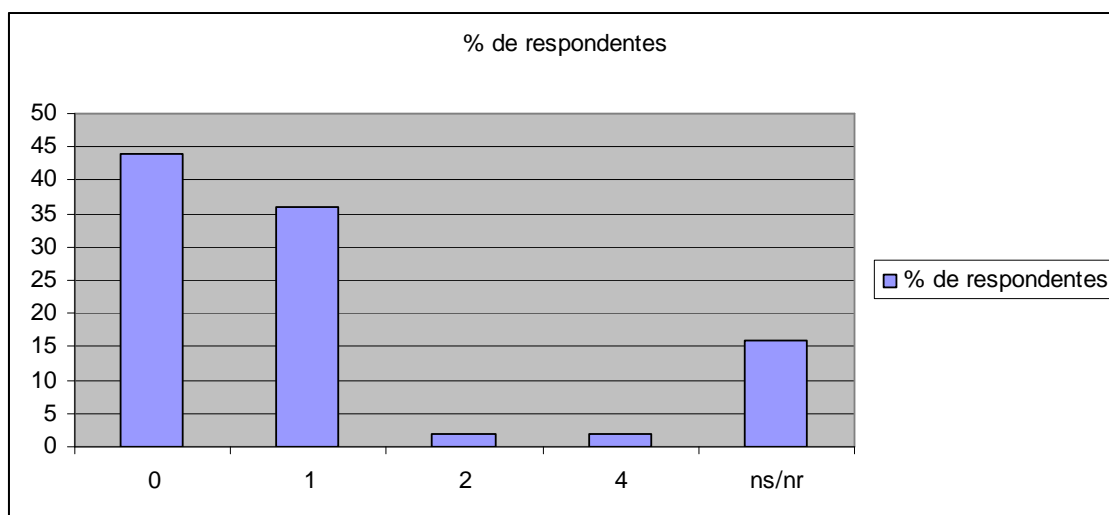


Gráfico 14 – Quantos simulacros foram efetuados no último ano letivo?

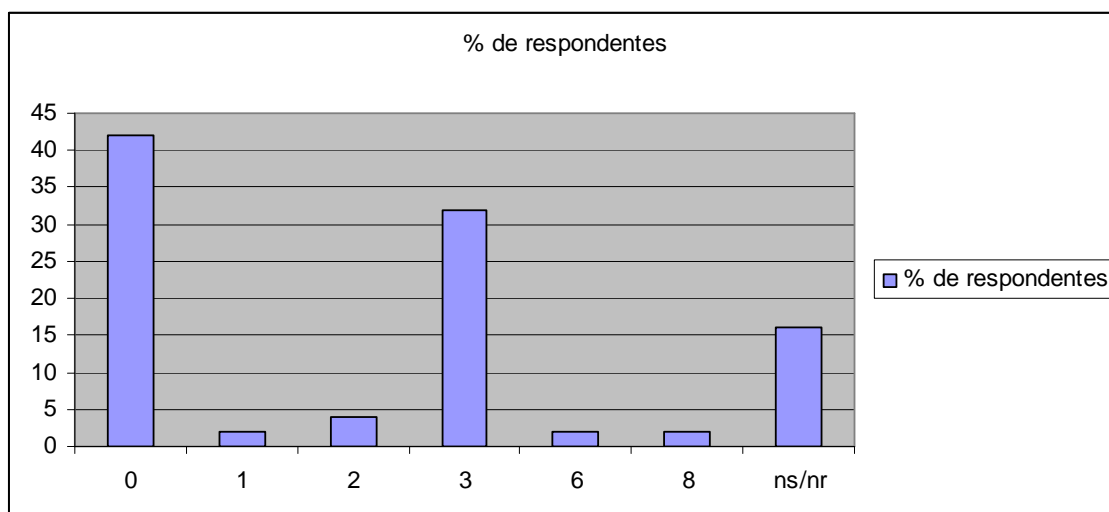


Gráfico 15 – Quantos simulacros foram efetuados nos últimos 3 anos letivos?

De facto, também durante o período de trabalho de campo se observou que não se realizaram simulacros, dado este que foi ainda confirmado pelo Delegado de Segurança, aquando da entrevista.

Na última questão aberta deste grupo, pedia-se que se indicasse uma atividade relacionada com o tema “Segurança escolar”, organizada pela escola e que fosse do conhecimento dos inquiridos. A maior parte dos indivíduos (62%) não registou qualquer atividade. **(ver gráfico 16)**

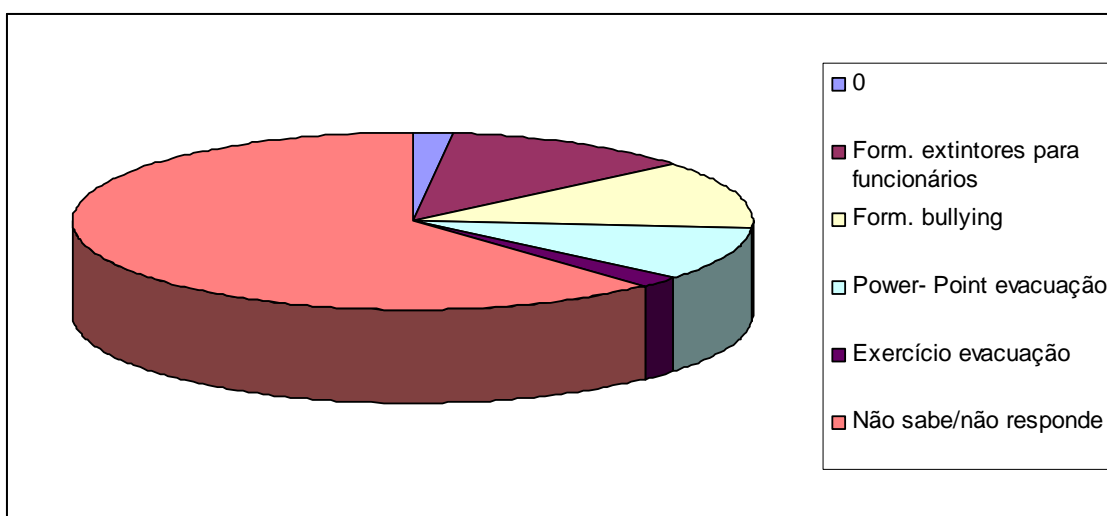


Gráfico 16 – *Indique uma atividade relacionada com o tema “Segurança escolar” organizada pela Escola e que seja do seu conhecimento.*

De entre as poucas que foram enumeradas, aparece com maior frequência uma actividade de formação sobre *bullying*, seguida de formação sobre extintores, para pessoal não docente, (designados funcionários) e, por último, a projeção de um documento em formato *PowerPoint* com a divulgação dos procedimentos de evacuação; nas aulas de Formação Cívica.

O facto de a maior parte dos indivíduos não ter mencionado qualquer actividade, (não sabendo e/ou não respondendo) abre várias possibilidades de interpretação. Desde logo, a sua quase inexistência, o facto de a maior parte dos inquiridos não se recordar da sua existência ou de não ter participado em qualquer actividade, por motivos diversos. Por

exemplo, não se encontrar ao serviço na data e/ou hora em que a atividade ocorreu; ou ainda, o facto de as atividades mencionadas não terem como intervenientes ou destinatários todos os indivíduos, já que, por exemplo, a formação sobre extintores foi dirigida exclusivamente ao pessoal não docente.

A atividade de projeção de um documento em formato *PowerPoint* sobre segurança/divulgação de procedimentos de evacuação, nas aulas de Formação Cívica, pelo facto de ter sido desenvolvida nas supra-referidas aulas, abrange apenas os docentes que exercem o cargo de Diretores de turma e os respetivos alunos.

Já no que diz respeito à actividade sobre *bullying* não é feita referência aos seus intervenientes/destinatários mas, pelo facto de apenas doze por cento dos inquiridos a ter referido, poderá talvez inferir-se que também não terá sido dirigida a toda a população escolar.

5.3. Edifícios escolares e suas imediações

O terceiro grupo de questões aborda assuntos relacionados com os edifícios escolares e suas imediações.

EDIFÍCIOS ESCOLARES E SUAS IMEDIAÇÕES	
SÍNTESE	
Pontos fortes	Os edifícios escolares encontram-se dotados de meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio.
Pontos fracos	Apenas 32% considera que os espaços interiores e exteriores aos

	<p>edifícios escolares se encontram frequentemente em condições de limpeza, segurança e devidamente conservados.</p> <p>Uma percentagem de 26% dos inquiridos afirma que não existem saídas de emergência, devidamente sinalizadas.</p> <p>Apenas 14% considera que a circulação e estacionamento de veículos nas imediações da escola são feitos em segurança.</p> <p>Apenas 30% dos inquiridos considera que a circulação e estacionamento de veículos no interior da escola se faz sempre em segurança.</p> <p>Só 32% opina que a circulação de peões, no interior da escola, é feita em segurança.</p> <p>Uma percentagem de 36% afirma que, apenas frequentemente, as vias de acesso e circulação nas imediações e no interior do recinto escolar, estão desimpedidas.</p>
--	---

Figura 5– Quadro síntese alusivo ao subtema “Edifícios escolares e suas imediações”.

Em resposta à primeira questão, (**ver gráfico 17**) 32% dos inquiridos considera que os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares se encontram frequentemente em condições de limpeza, segurança e devidamente conservados.

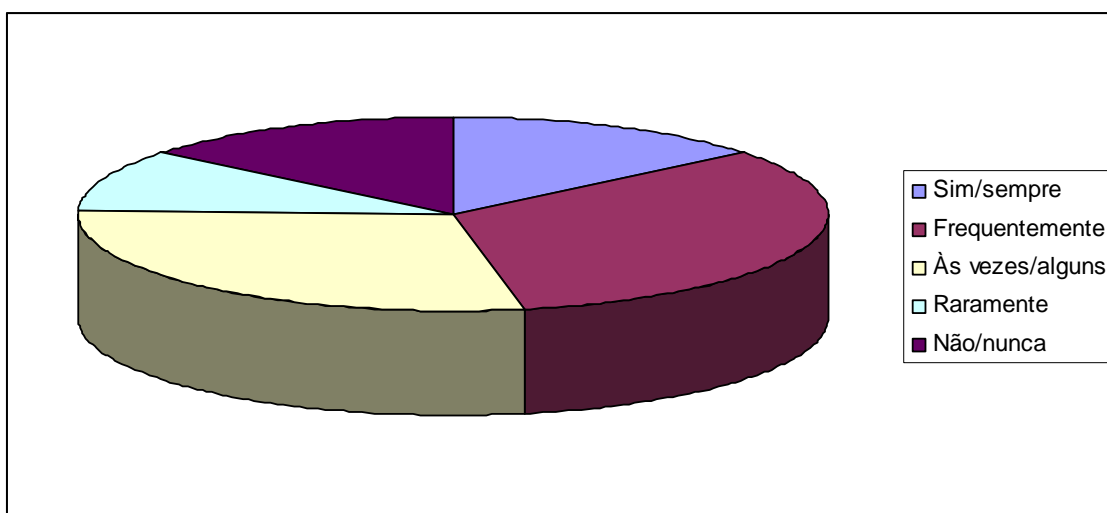


Gráfico 17 – *Considera que os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares estão devidamente conservados e em condições de limpeza e segurança?*

De referir que uma percentagem ligeiramente inferior (28%) considera que apenas às vezes, os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares se encontram em condições de limpeza, segurança e devidamente conservados.

Da observação realizada foi possível verificar que existe alguma limpeza nos espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares. No entanto, considerar-se-ia que o grau de limpeza existente é aceitável mas, não o desejável.

No que concerne à segunda questão, apenas 50% dos indivíduos considera que os edifícios estão sempre dotados de meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio (nomeadamente extintores e bocas de incêndio). (**ver gráfico 18**)

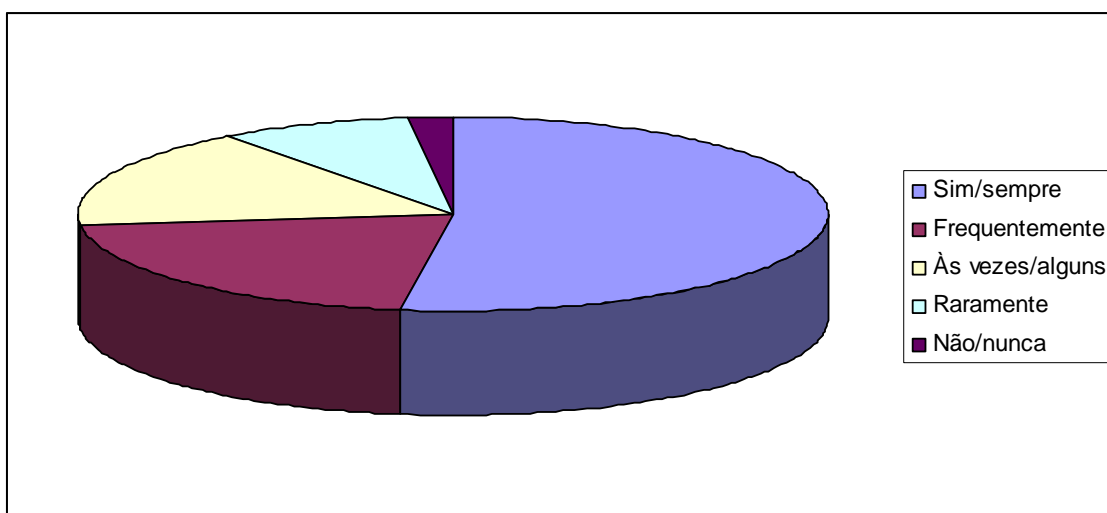


Gráfico 18 – *Os edifícios estão dotados de meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio (nomeadamente **extintores** e **bocas de incêndio**)?*

No entanto, uma simples visita à Escola permite confirmar a existência dos mesmos. Respondendo à terceira questão, sobre a existência de percursos de evacuação, devidamente sinalizados, (**ver gráfico 19**) as opiniões dos inquiridos variam pelos cinco itens da escala, destacando-se que 22% considera que frequentemente; a mesma percentagem considera que, às vezes/alguns; e ainda a mesma percentagem considera que não existem percursos de evacuação devidamente sinalizados.

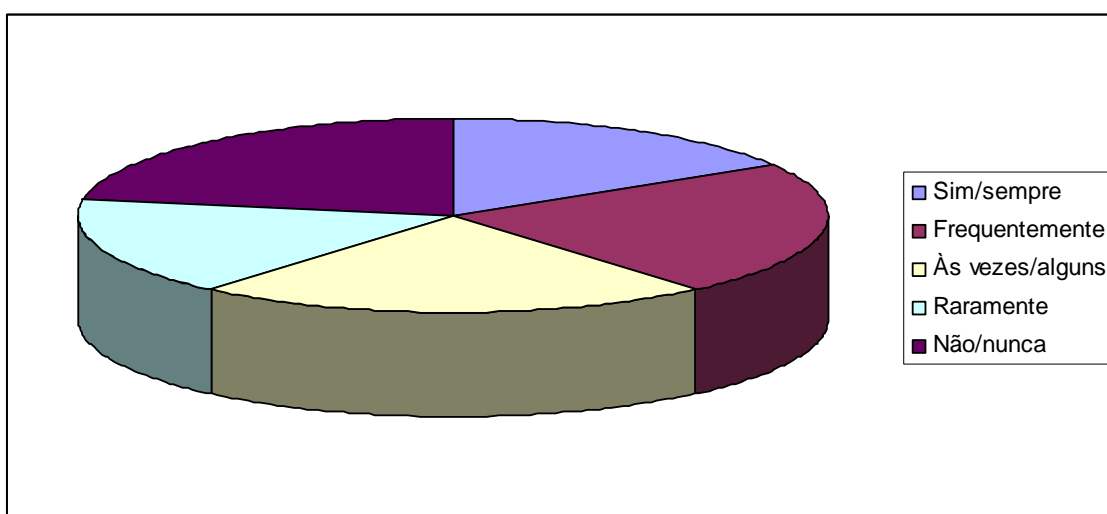


Gráfico 19 – *Existem percursos de evacuação, devidamente sinalizados?*

Durante a fase de trabalho de campo foi possível assistir à primeira vez que se colocaram setas autocolantes, no chão (no interior dos pavilhões), para sinalizar os percursos de evacuação. Contudo, o desgaste das mesmas, causado pela passagem de pessoas nessas áreas, faz com que, por vezes, mal se notem.

Na quarta questão deste grupo, a maior parte dos indivíduos (26%) afirma que não existem saídas de emergência, devidamente sinalizadas. (**ver gráfico 20**)

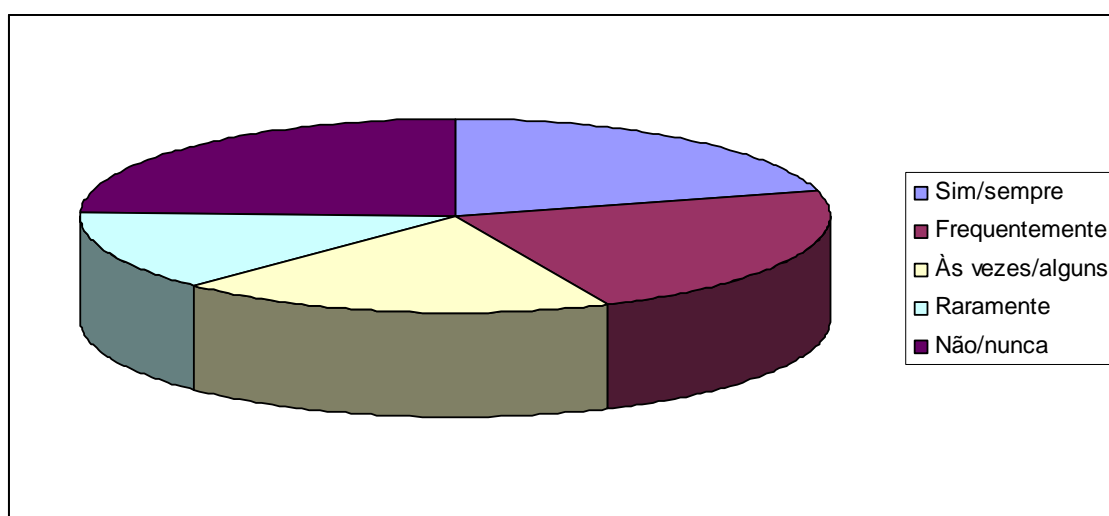


Gráfico 20 – *Existem saídas de emergência devidamente sinalizadas?*

A este respeito, foi possível verificar que os únicos edifícios escolares que possuem saídas de emergência são o pavilhão gimnodesportivo e o pavilhão do Centro de Recursos (ambos de construção mais recente). E estas encontram-se devidamente sinalizadas, de acordo com a legislação em vigor.

No que respeita à circulação e estacionamento de veículos nas imediações da escola, 24% dos questionados refere que, frequentemente, são feitos em segurança. (**ver gráfico 21**) No entanto, a mesma percentagem considera que isso só acontece às vezes.

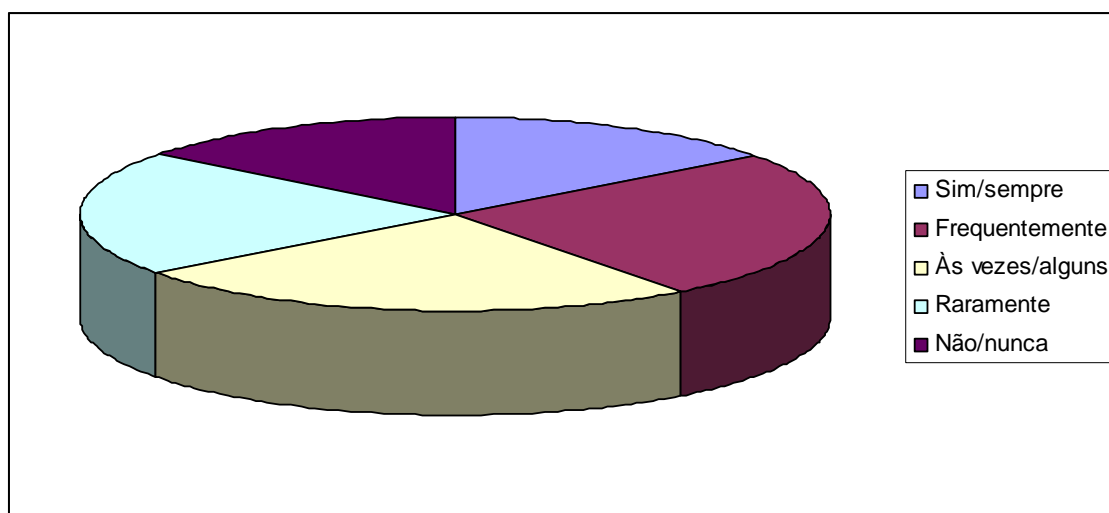


Gráfico 21 – *A circulação e o estacionamento de veículos nas imediações da Escola são feitos em segurança?*

Das observações efectuadas, foi possível verificar que, sobretudo nos horários de entrada, almoço, e saída da escola, existe um grande movimento de veículos automóveis nas imediações e junto à Portaria da escola e que as regras de trânsito nem sempre são cumpridas, o que além de causar alguns transtornos a peões e condutores, põe em causa a segurança destes.

Durante o período de observação, assistiu-se à colocação de sinalização vertical luminosa em frente à Portaria da Escola, solicitada pelos agentes da PSP - Escola Segura, o que veio melhorar a regulação de trânsito mas, a constante paragem, seguida de arranque (uns segundos depois) de Encarregados de educação, no local, continua a pôr em causa a segurança dos peões e impede a normal entrada e saída de veículos automóveis, do recinto escolar.

Quanto à circulação e estacionamento de veículos no interior da escola, 30% dos questionados considera que estes se fazem em segurança, enquanto a mesma percentagem de indivíduos considera que estes decorrem, frequentemente, em segurança. (ver gráfico 22)

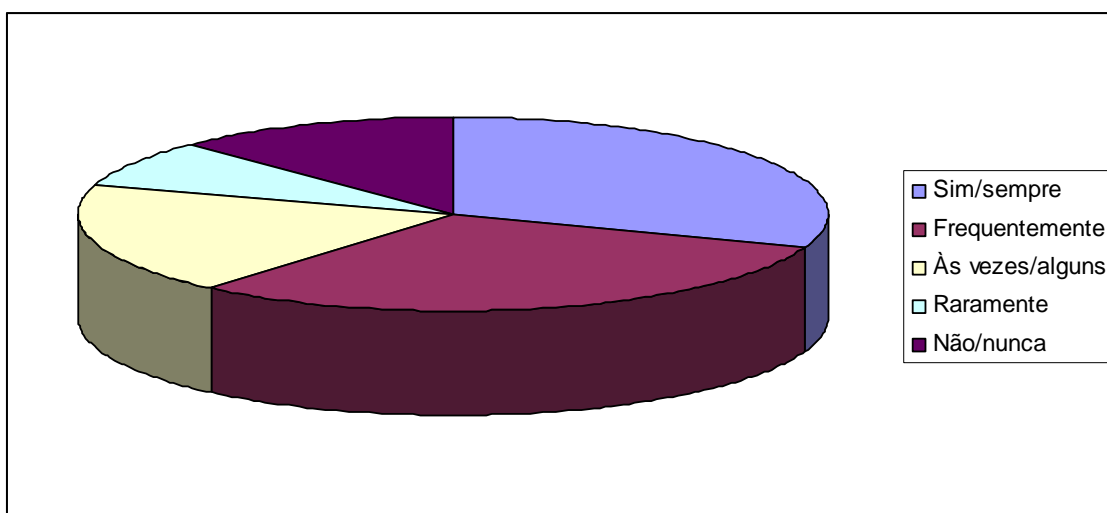


Gráfico 22 – A circulação e o estacionamento de veículos no interior da Escola são feitos em segurança?

No que concerne ao estacionamento, este aparenta ser efetuado em condições de segurança, apesar de alguns alunos elegerem a zona de estacionamento como zona de passeio, nos seus momentos de lazer.

Na questão seguinte, 32% dos inquiridos considera que a circulação de peões no interior da escola é feita em segurança. (**ver gráfico 23**)

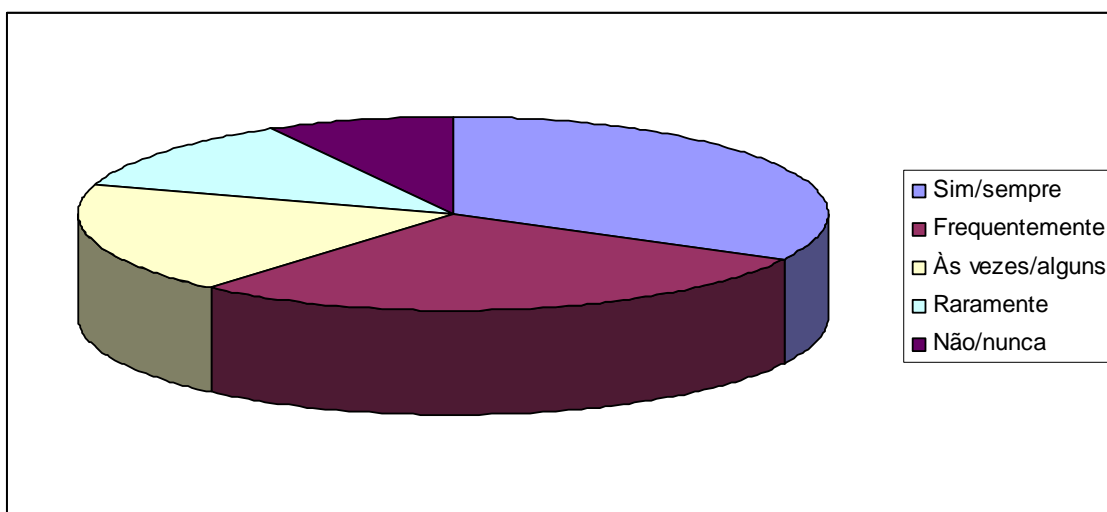


Gráfico 23 – A circulação de peões no interior da Escola é feita em segurança?

Esta questão e a anterior, que indagava sobre a circulação e o estacionamento de veículos no interior da Escola, encontram-se inteiramente relacionadas, devido aos laços bidirecionais entre a segurança dos peões e a dos condutores dos veículos automóveis. Do que foi possível observar, considera-se que a circulação de veículos no interior do recinto escolar, junto da portaria, não é efectuada em segurança já que, ao entrar para a Escola, existem no sentido ascendente, duas rampas intervaladas por cerca de um metro de piso plano, que diminuem um pouco a visibilidade dos condutores. A acrescentar a este facto, há ainda a salientar que, por norma, os alunos atravessam a pé, do lado da portaria para o lado dos restantes edifícios escolares, exactamente no local onde se encontram as rampas.

Na última questão deste grupo, 36% dos inquiridos refere que as vias de acesso e circulação nas imediações e no interior do recinto escolar estão frequentemente desimpedidas, para permitir, a qualquer momento, o acesso a viaturas de socorro. (**ver gráfico 24**)

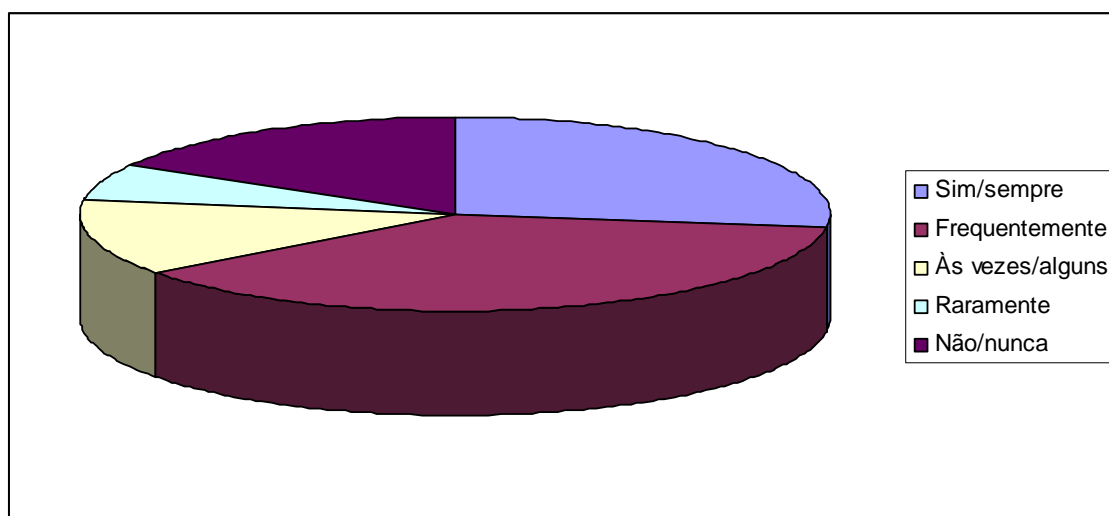


Gráfico 24 - *As vias de acesso e circulação nas imediações e no interior do recinto escolar, estão desimpedidas, para permitir, a qualquer momento, o acesso a viaturas de socorro?*

Da observação realizada durante a fase de trabalho de campo, verificou-se que, sobretudo, nas horas de maior movimento (coincidentes com os horários de entrada e

saída da maior parte dos alunos), o trânsito automóvel nas imediações da Escola é bastante congestionado, o que, consequentemente dificulta o acesso de viaturas de socorro.

No interior do recinto escolar, verificou-se que uma parte do percurso de acesso a viaturas de socorro e emergência, localizada entre os três pavilhões de salas de aula de construção mais antiga e o pavilhão do Centro de Recursos, se encontra geralmente inacessível, tendo uma corrente a atravessá-lo e um sinal de trânsito proibido. Obviamente que esta conjuntura impede ou, no mínimo, atrasa o acesso a viaturas de socorro.

Convidado a refletir no quotidiano da Escola e, com base nele, indicar um comportamento promotor de uma cultura de segurança, o Delegado de Segurança indicou precisamente um que vem ao encontro do que acima se referiu: “Não colocar obstáculos nas zonas de circulação de emergência.”

5.4. Equipamentos e instalações elétricas

O quarto bloco de questões indaga sobre os equipamentos e instalações técnicas.

EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES TÉCNICAS	
SÍNTESE	
Pontos fortes	<p>Os meios próprios de primeira intervenção que permitem a extinção de focos de incêndio (extintores e RIA) encontram-se em bom estado.</p> <p>Os sistemas de detecção e alarme de incêndio, a sinalização de segurança, bem como os extintores e RIA são regularmente</p>

	<p>verificados e mantidos.</p> <p>A escola optou pela redução de materiais potencialmente perigosos, manuseados em laboratório (sódio, potássio...).</p> <p>Os revestimentos do piso (excepto os dos degraus do pavilhão central) encontram-se em bom estado.</p> <p>As paredes de alvenaria encontram-se em perfeito estado de conservação.</p> <p>Os tetos dos edifícios de construção mais recente encontram-se em bom estado.</p> <p>Existem alguns sistemas especiais de segurança contra a intrusão e o vandalismo (janelas reforçadas com gradeamento metálico).</p> <p>A vedação do recinto escolar está bem conservada, possui altura suficiente e é de difícil transposição.</p>
Pontos fracos	<p>Apenas às vezes, os percursos de evacuação se encontram desimpedidos de obstáculos.</p> <p>Não existem saídas de emergência em todos os edifícios escolares.</p> <p>Duas das saídas de emergência encontram-se parcialmente impedidas com obstáculos.</p> <p>A implantação de máquinas, mesas de trabalho e a disposição dos espaços de circulação nas salas de expressões artísticas não são efetuadas tendo, apenas, em conta imperativos de segurança.</p> <p>Nem todas as tomadas elétricas, equipamentos informáticos e</p>

	<p>audiovisuais se encontram, sempre, em plenas condições de funcionamento e segurança.</p> <p>As “paredes” de contraplacado de madeira encontram-se em péssimo estado de conservação.</p> <p>Os tetos dos edifícios de construção mais antiga encontram-se em mau estado.</p>
--	--

Figura 6 – Quadro síntese alusivo ao subtema “Equipamentos e instalações técnicas”.

No que concerne às instalações elétricas e de gás, 28% dos inquiridos refere que são regularmente verificadas e mantidas, de forma a evitar acidentes decorrentes do uso normal. (ver gráfico 25)

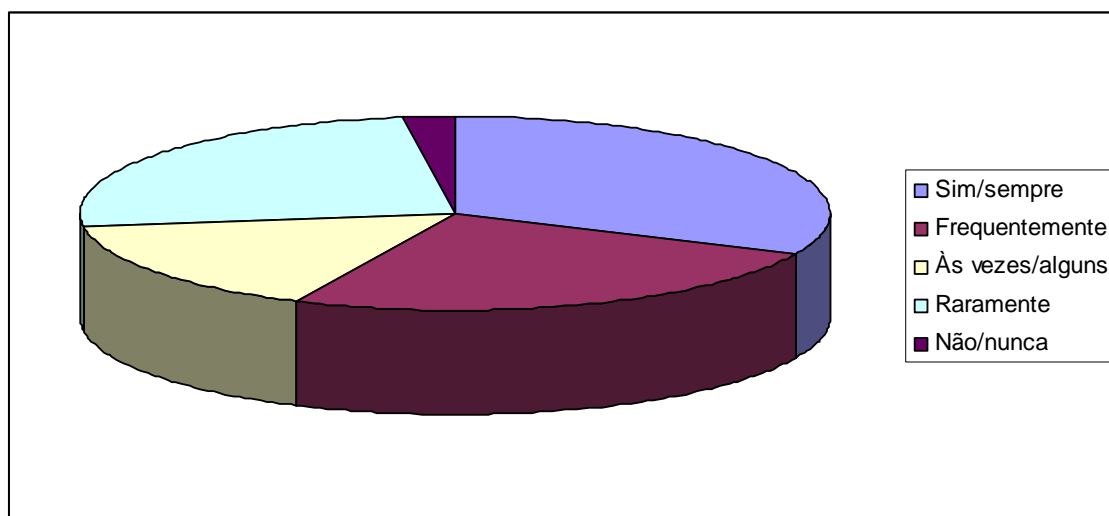


Gráfico 25 – As instalações elétricas e de gás são regularmente verificadas e mantidas, de forma a evitar acidentes decorrentes do uso normal?

Durante a fase de trabalho de campo, não se presenciou qualquer verificação.

Após a entrevista ao Delegado de Segurança, tomou-se conhecimento de que um dos obstáculos com que o mesmo se deparou, no exercício das funções inerentes ao cargo, foi o facto de os documentos relativos às inspeções de gás e eletricidade não lhe serem entregues.

Na questão seguinte, 44% dos indivíduos, refere que os meios próprios de primeira intervenção que permitem a extinção de focos de incêndio (nomeadamente extintores e bocas de incêndio) se encontram em bom estado. (ver gráfico 26)

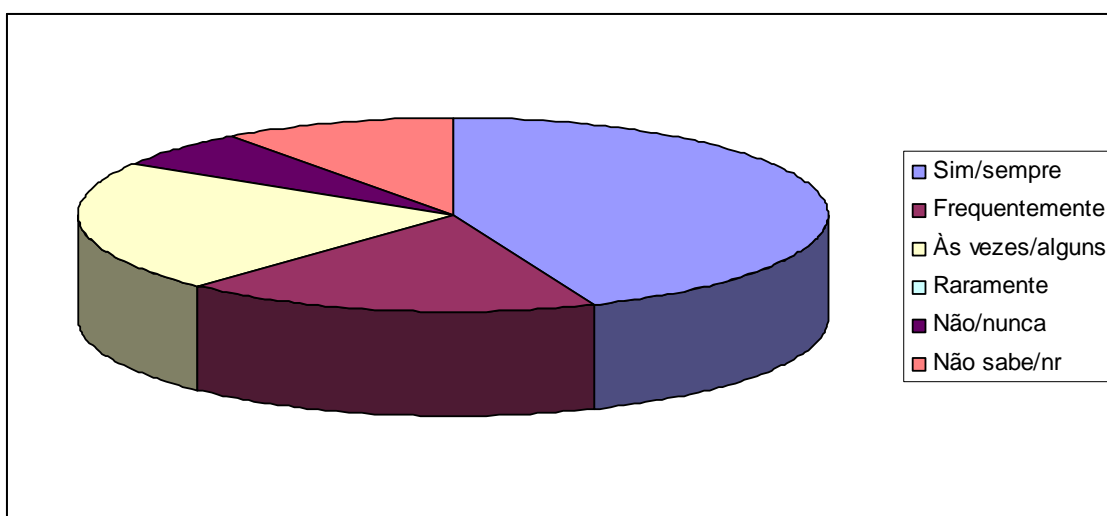


Gráfico 26 – *Os meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio (nomeadamente extintores e bocas de incêndio) encontram-se em bom estado?*

De salientar que, uma percentagem de 10% dos inquiridos não responde a esta questão. Este facto abre um leque de inferências possíveis, desde logo, a falta de conhecimento ou interesse por esta temática. Defende-se esta possibilidade, já que ao analisar estes resultados, cruzando-os com os que se obtiveram nas respostas à questão “Os edifícios estão dotados de meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio (nomeadamente extintores e bocas de incêndio)?” colocada no terceiro grupo do questionário, que se debruçava sobre os edifícios escolares e suas imediações, ilustrada através do **gráfico 18** e, cruzando-os ainda com os resultados decorrentes da observação direta, verifica-se que, apesar de apenas 50% dos

respondentes afirmar que a organização em estudo possui meios próprios de primeira intervenção que permitam a extinção de focos de incêndio, uma simples visita ao local permite confirmar a existência dos mesmos.

Já na entrevista, uma das principais vantagens apontadas pelo Delegado de Segurança, relativamente à existência deste cargo, numa escola, prende-se precisamente com o acompanhamento dos equipamentos de primeira intervenção, apontando como exemplos os extintores que fiquem fora de validade, as cavilhas que sejam arrancadas, a sinalética que caia... no sentido de não permitir que tais factos se verifiquem ou, caso aconteçam, proceder imediatamente à resolução dos mesmos.

Da observação realizada, todos os meios de primeira intervenção verificados se encontravam em aparente bom estado e dentro da validade. Verificou-se, contudo, um “estranho hábito” por parte de alguns alunos que, muito frequentemente, elegiam a caixa metálica protetora da boca de incêndio (rede de incêndios armada, do tipo carretel) fixa no exterior do primeiro pavilhão de salas de aula, como local privilegiado para se sentarem e/ou pousarem as mochilas.

Quanto à terceira questão, a 26% dos indivíduos considera que, às vezes, os percursos de evacuação se encontram desimpedidos de obstáculos. (**ver gráfico 27**)

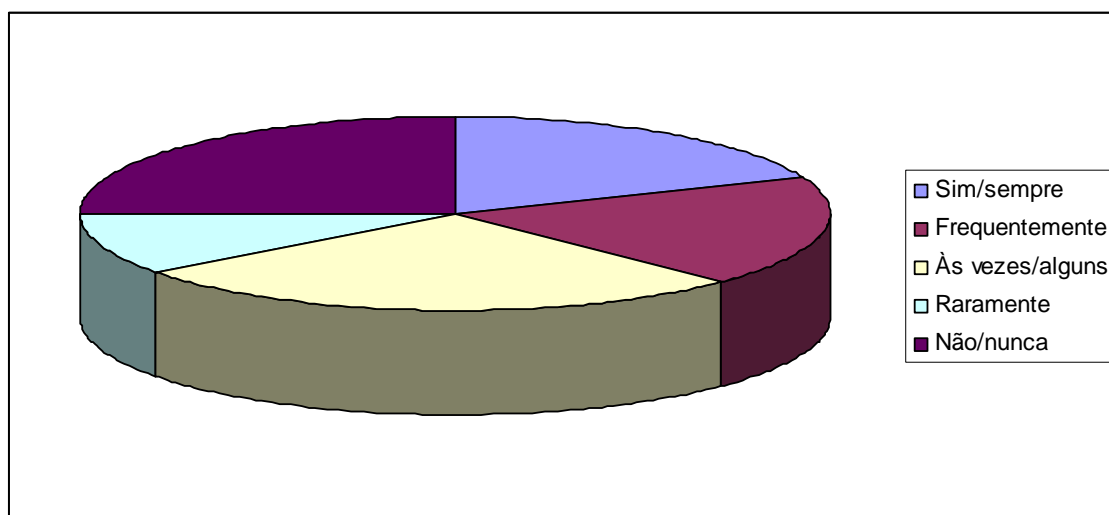


Gráfico 27 – *Os percursos de evacuação encontram-se desimpedidos de obstáculos?*

Em boa verdade, a maior parte da trajetória dos percursos de evacuação encontra-se livre, contudo, ao visitar a organização em estudo, encontram-se, frequentemente, vasos com plantas a obstruir os referidos percursos, junto às portas dos edifícios de construção mais antiga. É de salientar que estas servem para utilização dita normal e, não havendo outras para o efeito, servirão também de saída de emergência, em caso de evacuação. No pavilhão gimnodesportivo, verificou-se ainda a presença de uma tabela de basquetebol amovível, numa área que faz parte de um dos percursos de evacuação e é diariamente utilizada por pessoal docente, não docente e alunos.

No pavilhão do Centro de Recursos, é possível observar que foi colocada uma secretária junto à porta principal do pavilhão. Pela sua localização, esta impede a abertura de uma das partes da porta, obstruindo assim, parte do percurso de evacuação.

Relativamente à questão seguinte, a maioria dos inquiridos (28%) considera que as saídas de emergência não se encontram desimpedidas de obstáculos. (**ver gráfico 28**)

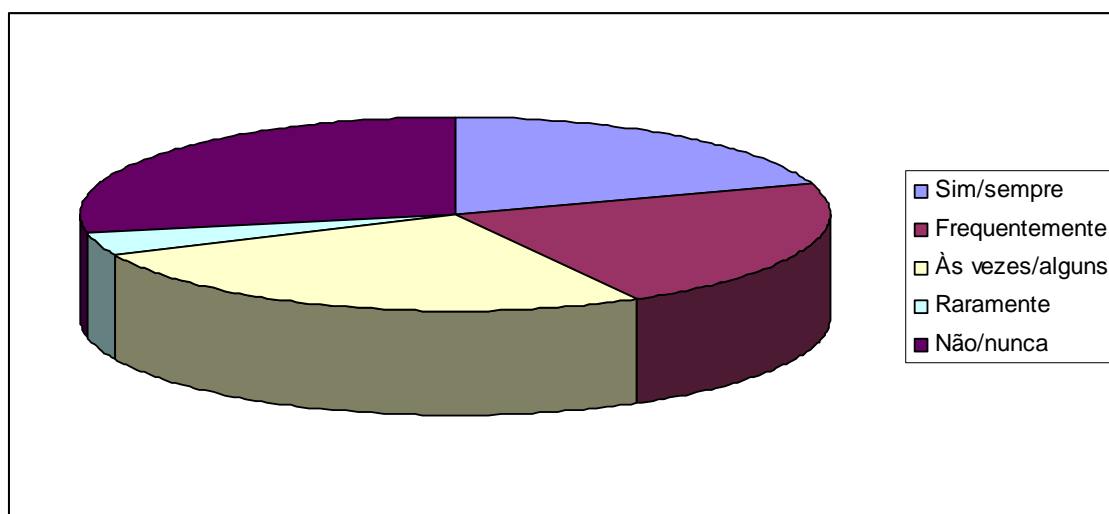


Gráfico 28 – As saídas de emergência encontram-se desimpedidas de obstáculos?

No que concerne às poucas saídas de emergência existentes na Escola X, construídas para o efeito e devidamente sinalizadas (localizadas no pavilhão do Centro de Recursos e no pavilhão gimnodesportivo), é comum encontrá-las com obstáculos. A título de

exemplo, referem-se duas situações observadas (uma com origem no interior do pavilhão gimnodesportivo e outra com origem no exterior do mesmo).

Junto da saída de emergência do ginásio do pavilhão gimnodesportivo, é frequente encontrar-se uma trave olímpica (equipamento muito utilizado na ginástica artística) colocada paralelamente à porta de saída de emergência. Tendo em conta que o comprimento da trave olímpica é, em média, três vezes superior ao da largura da porta, a saída pela mesma torna-se praticamente inviável.

Já no exterior da porta de saída de emergência virada para este (ponto cardeal), encontra-se uma rampa que serve de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, mas também de percurso para abandonar o pavilhão e as suas imediações. Tendo em conta a quantidade de veículos automóveis diariamente estacionados em frente à referida rampa, aposta à porta de saída de emergência, uma possível evacuação tornar-se-á complicada ou, no mínimo, demorada.

Relativamente à quinta questão deste grupo, 34% dos questionados responde que os sistemas de detecção e alarme de incêndio, a sinalização de segurança, bem como os extintores e bocas de incêndio são regularmente verificados e mantidos. (**ver gráfico 29**)

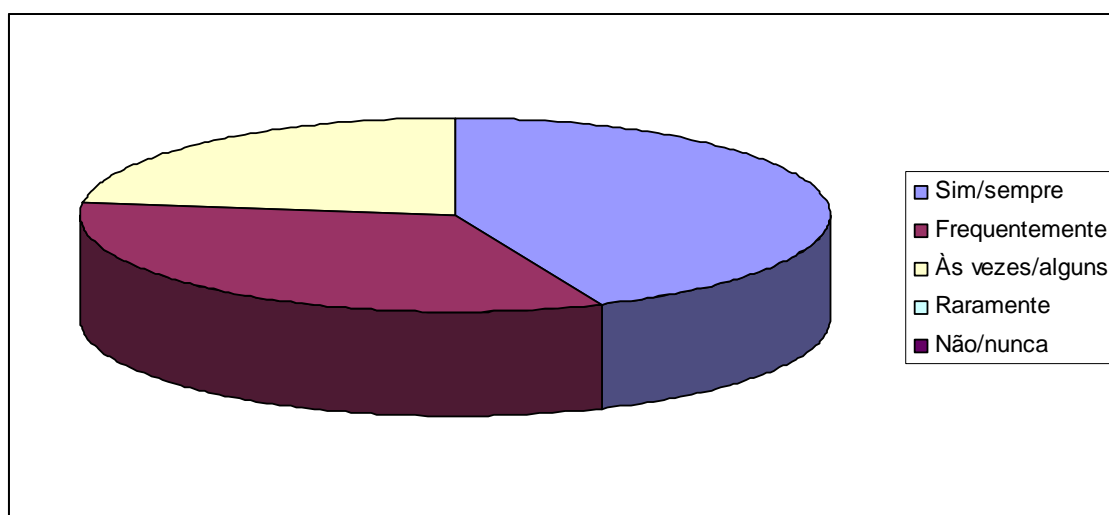


Gráfico 29 – Parece-lhe que os sistemas de detecção e alarme de incêndio, a sinalização de segurança, os extintores e bocas de incêndio são verificados e mantidos?

A este respeito, de facto, após observação direta, conclui-se que tudo parece encontrar-se em boas condições. No entanto, não se teve acesso a documentos referentes às verificações efetuadas, pois o acesso a este tipo de documentação não faz parte da autorização obtida para o estudo.

No que concerne à utilização, manuseamento e armazenamento de substâncias potencialmente perigosas, necessárias às actividades lectivas em laboratório, 40% dos respondentes considera que são feitos em segurança. (ver gráfico 30)

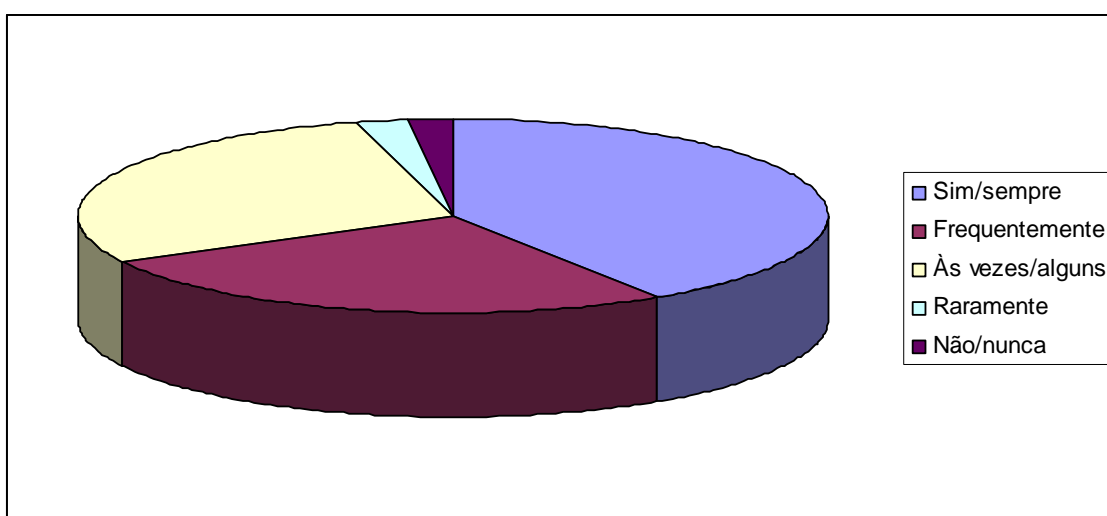


Gráfico 30 – *Considera que a utilização, manuseamento e armazenamento de substâncias potencialmente perigosas, necessárias às actividades lectivas em laboratório, são feitos em segurança?*

Durante a fase exploratória do estudo, tomou-se conhecimento, através de conversas informais com docentes de Ciências Físicas e Naturais, de que não existe qualquer registo de ocorrência de acidente laboratorial. A este facto não será certamente alheia a opção da Escola X pela redução de materiais potencialmente perigosos, manuseados em laboratório, como é o caso do sódio ou do potássio, materiais pertencentes ao grupo dos metais alcalinos, conhecidos pelas suas características de reação e corrosão, que já não se utilizam na organização em estudo.

Na questão seguinte, 34% dos inquiridos considera que, às vezes, os equipamentos desportivos salvaguardam a integridade física dos seus utilizadores. (**ver gráfico 31**)

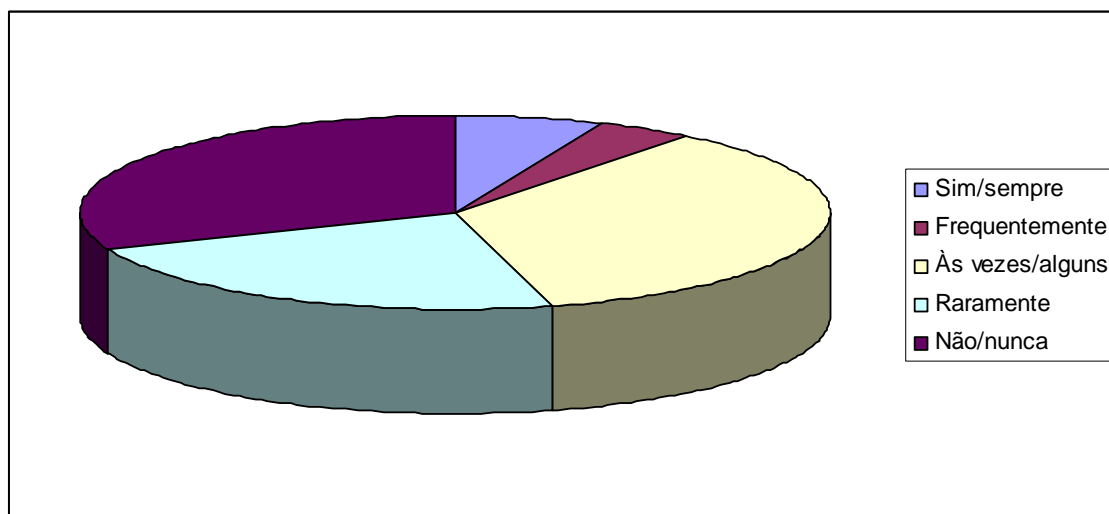


Gráfico 31 – *Considera que os equipamentos desportivos existentes na Escola salvaguardam a integridade física dos seus utilizadores?*

Verifica-se, contudo, que uma grande quantidade de respondentes (30%) considera que tal não acontece. Relativamente à manutenção dos equipamentos desportivos, 28% responde que não é efectuada uma manutenção regular e periódica dos mesmos. (**ver gráfico 32**)

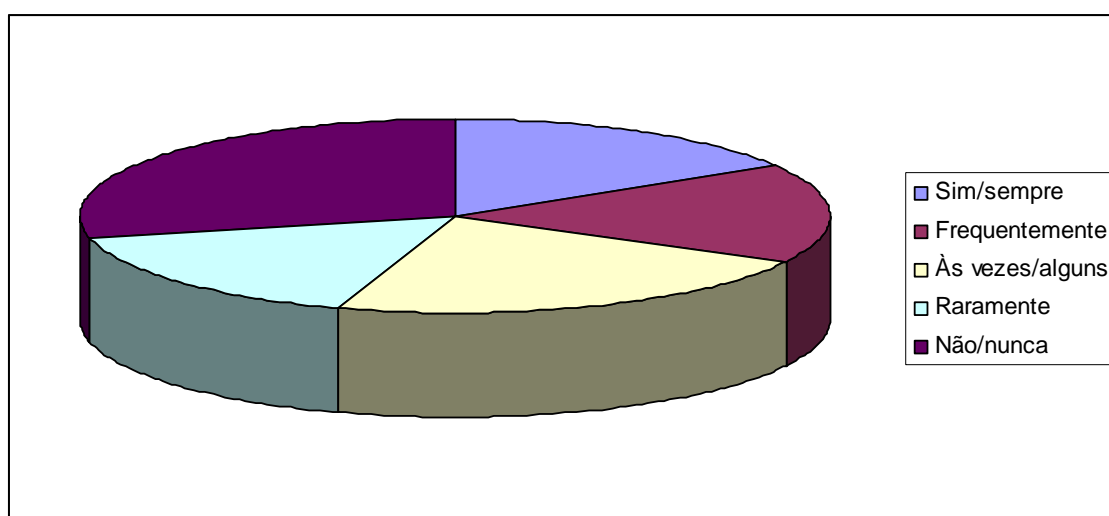


Gráfico 32 – *É efetuada uma manutenção periódica e regular dos equipamentos desportivos?*

Não se conhecem registos de ocorrências relativas a acidentes com os mesmos, havendo a salientar o cuidado por parte dos docentes de Educação Física, (observado na fase de trabalho de campo) na escolha e verificação dos mesmos, antes das aulas e após a utilização dos equipamentos desportivos.

De registar ainda que, durante a fase de trabalho de campo, não se observou qualquer trabalho de verificação/manutenção dos equipamentos desportivos, por parte das entidades responsáveis por essa área. Através de conversas informais, verificou-se que o docente coordenador do grupo disciplinar de Educação Física não tinha conhecimento de qualquer verificação efetuada desde a aquisição dos equipamentos desportivos.

Na questão seguinte, quando se aborda a temática da implantação de máquinas, mesas de trabalho e a disposição dos espaços de circulação nas salas de Educação Visual e Tecnológica, 32% refere que apenas às vezes, são organizadas tendo em conta imperativos de segurança. (**ver gráfico 33**)

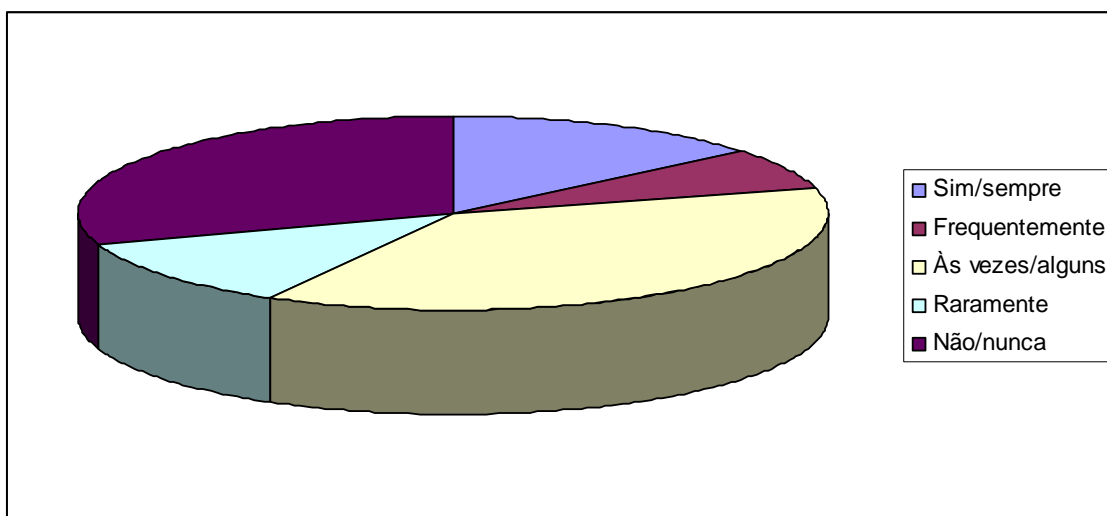


Gráfico 33 – *Na sua opinião, a implantação de máquinas, mesas de trabalho e a disposição dos espaços de circulação nas salas de Educação Visual e Tecnológica estão organizados tendo em conta imperativos de segurança?*

A percentagem de respondentes que afirma que às vezes são tidos em conta imperativos de segurança, (32%) aparece seguida de uma percentagem de 26% que responde que os imperativos de segurança não/nunca são tidos em conta, aquando da organização das salas de Educação Visual e Tecnológica, no que concerne à implantação de máquinas, mesas de trabalho e a disposição dos espaços de circulação.

Da observação realizada foi possível verificar que além dos imperativos de segurança é tido em importante linha de conta o número de alunos por turma e a capacidade de cada sala para lhes proporcionar lugares sentados; pelo que os espaços de circulação ficam aquém do desejável.

O facto de as salas específicas de Educação Visual e Tecnológica, Educação Visual e Educação Tecnológica albergarem também atividades letivas de outras áreas do saber, aumenta potencialmente o risco de acidente, já que a presença de, por exemplo, um torno mecânico numa mesa em cima da qual o aluno coloca o seu material escolar de Língua Portuguesa, constitui um forte fator de distração e uma tentação para a brincadeira e, conseqüentemente, para o acidente.

No que se refere aos equipamentos informáticos e audiovisuais, 32% dos inquiridos refere que os mesmos, bem como os respectivos cabos e fichas, apenas às vezes, se encontram em condições de funcionamento e segurança. **(ver gráfico 34)**

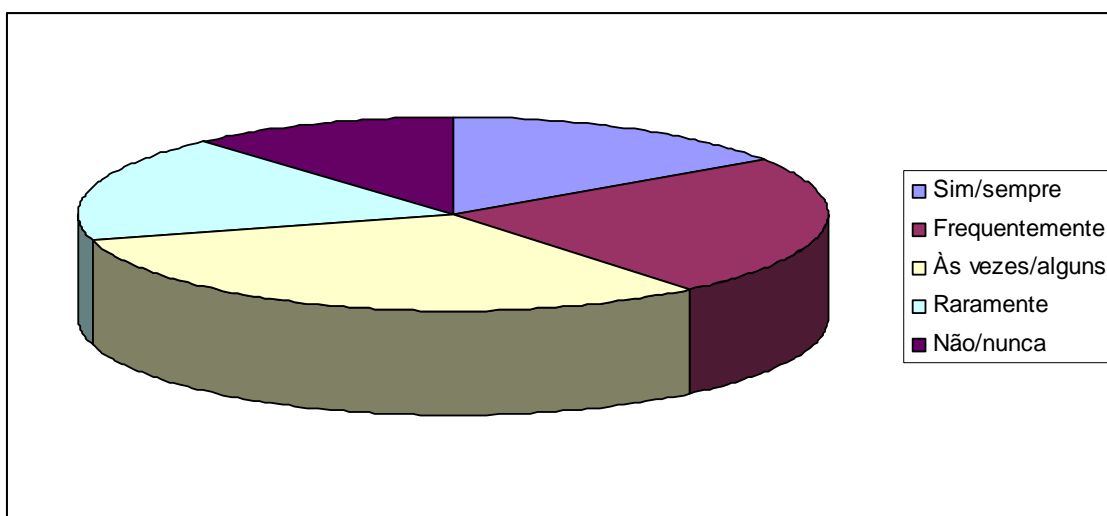


Gráfico 34 – *Os equipamentos informáticos e audiovisuais, bem como os respetivos cabos e fichas estão em plenas condições de funcionamento e segurança?*

Numa das salas de Educação Visual e Tecnológica, observou-se ainda que a tomada eléctrica mais utilizada nas atividades letivas se encontrava em péssimo estado de conservação e segurança (sem o espelho frontal de proteção, caída para o exterior da parede em que se encontrava e com os fios eléctricos à mostra) e assim permaneceu, pelo menos, por um período de onze meses.

De uma forma geral, verificou-se, através da observação direta, que as salas de aula estão apetrechadas para ligar equipamentos informáticos e audiovisuais em segurança. Os próprios equipamentos, bem como os respetivos cabos e fichas, aparentam estar em boas condições de utilização.

No entanto, com o novo plano tecnológico da educação e a distribuição de computadores portáteis às escolas, surge a necessidade de aumentar o número de tomadas eléctricas nas diversas infraestruturas, para assim se poder rentabilizar o uso dos equipamentos informáticos.

Ainda em relação à quantidade de tomadas eléctricas necessárias, atente-se no seguinte:

Aquando da utilização de uma aparelhagem áudio, nas atividades letivas do pavilhão gimnodesportivo, por não existir uma tomada eléctrica junto ao campo de jogos, é necessário ligar a referida aparelhagem a uma tomada dos vestiários; fazendo passar um fio pelo corredor que separa os vestiários, do campo de jogos. Note-se que este corredor dá acesso a quatro vestiários e respetivas instalações sanitárias, a uma arrecadação de material desportivo, ao campo de jogos e ao ginásio; pelo que é bastante movimentado, constituindo assim um fator potencial de risco.

Na questão relativa ao estado dos revestimentos do piso, das paredes e dos tetos, 40% dos inquiridos refere que alguns se encontram em bom estado, oferecendo condições de segurança para os seus utilizadores. (**ver gráfico 35**)

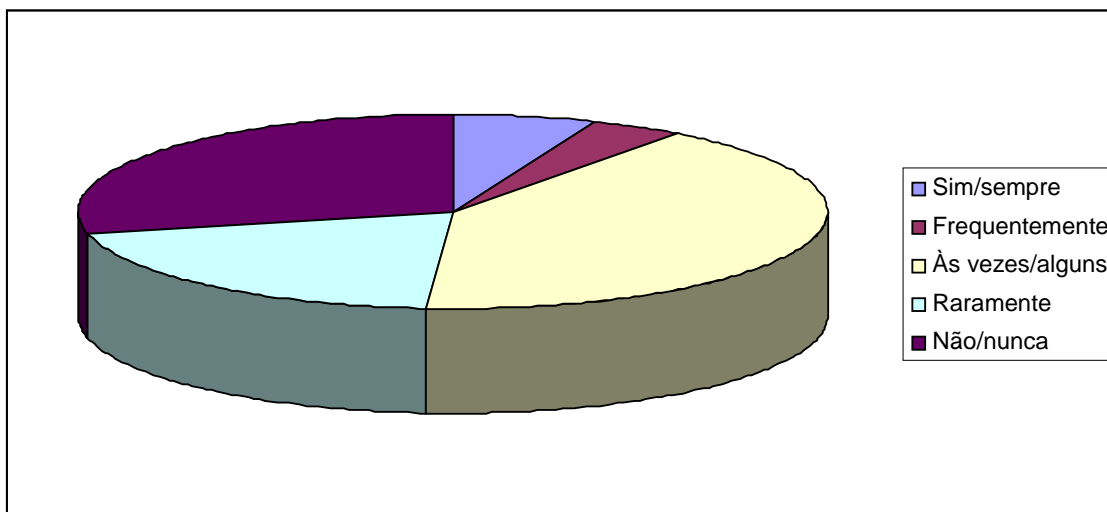


Gráfico 35 – *Os revestimentos do piso, das paredes e dos tetos encontram-se em bom estado, oferecendo condições de segurança para os seus utilizadores?*

Da observação efectuada, verificou-se que, de um modo geral, os revestimentos do piso se encontram em bom estado, exceptuando-se uma pequena parte dos degraus que unem o rés-do-chão ao primeiro andar, no pavilhão principal, cujo revestimento a tijoleira já se descolou por várias vezes. O revestimento destes degraus acusa também um certo desgaste, fruto da utilização normal, tornando-os escorregadios para os seus utilizadores.

No que diz respeito às paredes, há a referir que, nos três pavilhões de construção mais antiga, as paredes de alvenaria existentes são apenas aquelas que delimitam as suas confrontações, (separando o espaço interior do exterior) e aquelas nas quais assenta o vigamento principal da estrutura dos mesmos edifícios. Estas paredes encontram-se em perfeito estado de conservação.

As restantes divisões, no interior de cada edifício, são feitas com painéis de contraplacado de madeira, que se apresentam com riscos, buracos e falhas entre si, quebrando o isolamento visual e acústico pressuposto em cada área.

Relativamente aos tetos, também os dos pavilhões mais antigos deixam muito a desejar, já que são os chamados “tetos falsos” com cerca de trinta e cinco anos, acusando já alguma humidade e, por vezes, deixando mesmo entrar águas pluviais, vento e a

temperatura ambiente, para o interior dos edifícios, como é o caso do teto do pavilhão central, na direção das escadas.

No pavilhão gimnodesportivo e no do Centro de recursos, no que concerne ao piso, às paredes e aos tetos, nada há a apontar, em termos de conservação e segurança.

No que se refere à existência de sistemas especiais de segurança contra a intrusão e o vandalismo (portas e janelas reforçadas, chaves especiais, estores metálicos, dispositivos de detecção e alarme), 28% dos inquiridos responde que existem alguns. (ver gráfico 36)

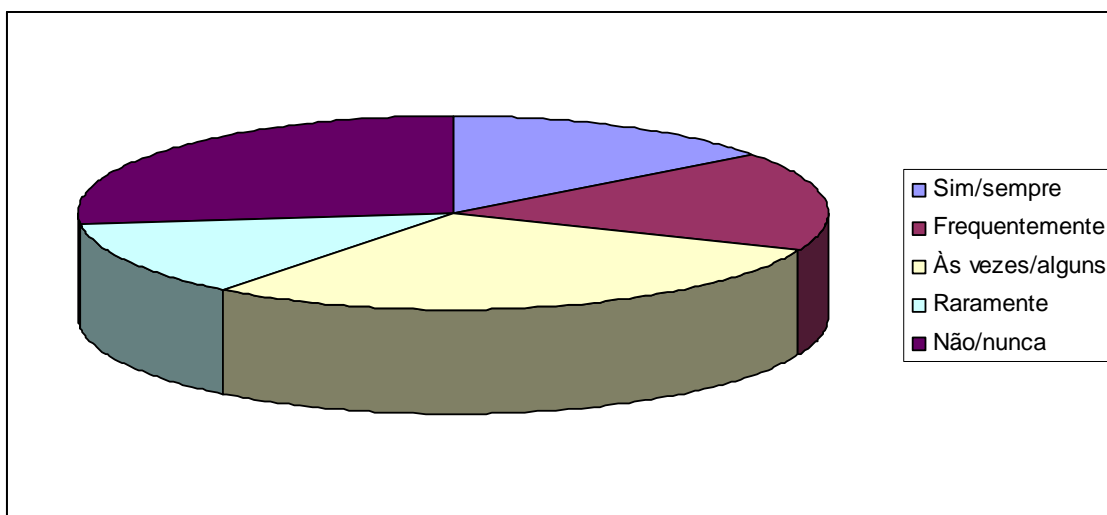


Gráfico 36 – Na escola existem sistemas especiais de segurança contra a intrusão e o vandalismo (portas e janelas reforçadas, chaves especiais, estores metálicos, dispositivos de detecção e alarme)?

Da observação efectuada, foi possível verificar que, no pavilhão principal, existem infraestruturas com grades metálicas no exterior das janelas do rés do chão, bem como uma infraestrutura metálica, de abertura em fole, colocada à frente dos balcões de atendimento do bufete. Nos outros dois pavilhões de construção mais antiga, existem igualmente infraestruturas com grades metálicas no exterior das janelas do rés do chão. Nos restantes pavilhões, de construção mais recente, não foi observado qualquer sistema especial de segurança contra a intrusão e o vandalismo.

Quanto à última questão do bloco sobre equipamentos e instalações técnicas, 44% dos inquiridos adianta que, às vezes, a vedação do recinto escolar está bem conservada, possui altura suficiente e é de difícil transposição. (ver gráfico 37)

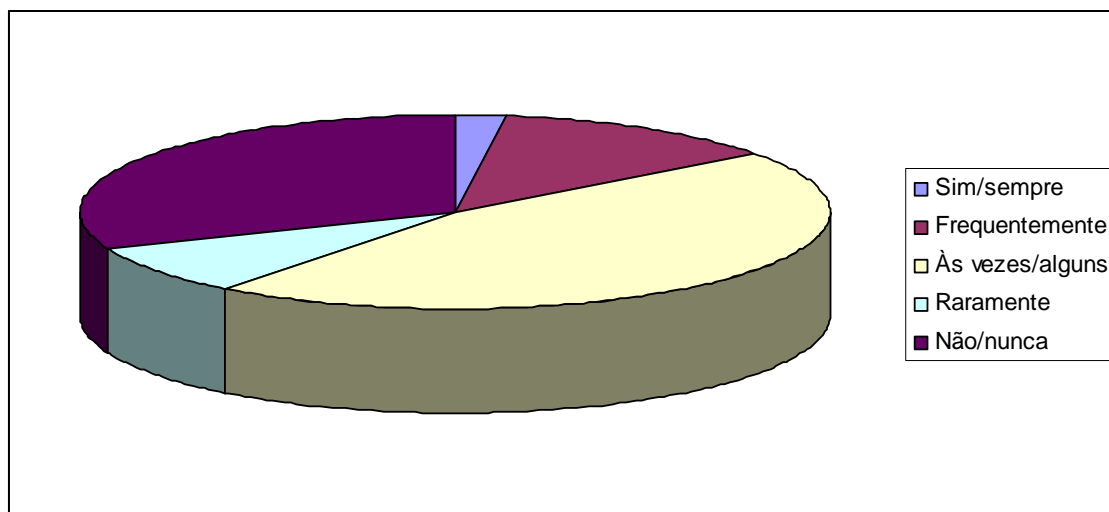


Gráfico 37 – A vedação do recinto escolar está bem conservada, possui altura suficiente e é de difícil transposição?

De referir que todo o perímetro da Escola se encontra vedado com um pequeno muro onde se encontra assente uma rede metálica de protecção, cujas altura e resistência são aparentemente adequadas. Contudo, por diversos momentos, foram registadas tentativas de transposição da vedação, para o exterior, por parte de alunos; tentando destruir, para o efeito, parte da rede metálica.

5.5. Condições de higiene, segurança e saúde

No quinto bloco de questões pretendeu-se indagar sobre as condições de higiene, segurança e saúde existentes na organização em estudo.

<p style="text-align: center;">CONDIÇÕES DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE</p> <p style="text-align: center;">SÍNTESE</p>	
Pontos fortes	<p>A maior parte dos espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares estão devidamente conservados e em condições de limpeza e segurança.</p> <p>Existe uma grande quantidade de árvores, no recinto escolar.</p> <p>A evacuação de águas residuais e pluviais é efectuada eficazmente.</p> <p>Quase todas as divisões possuem, pelo menos, uma janela.</p> <p>O armazenamento e a remoção dos lixos produzidos são efectuados em condições de salubridade (processos e frequência).</p> <p>Existem alguns dispositivos de desinfeção.</p> <p>Nas instalações sanitárias, são asseguradas boas condições de utilização, limpeza e desinfeção.</p> <p>Uma percentagem de 36% dos indivíduos considera que existem condições de higiene, segurança e qualidade alimentar no que é comercializado no bufete e uma percentagem quase igual (34%) considera que as mesmas existem frequentemente.</p> <p>Existem lavatórios que possibilitam a lavagem das mãos, antes das refeições.</p>
Pontos fracos	<p>O grau de limpeza das instalações e dos equipamentos vai diminuindo</p>

	<p>à medida que o dia escolar avança.</p> <p>Nem sempre a louça do bufete se apresenta bem lavada.</p> <p>Nem sempre as estruturas de apoio/suporte das mesas e cadeiras do bufete se encontram devidamente limpas.</p> <p>Não existe, por parte do Órgão de Gestão da Escola, o incentivo ao pessoal docente e não docente para que consulte regularmente o seu médico de família.</p>
--	---

Figura 7 – Quadro síntese alusivo ao subtema “Condições de Segurança, Higiene e Saúde”.

As respostas à primeira questão distribuíram-se com igual percentagem (26%) pelos três primeiros itens da escala. (**ver gráfico 38**)

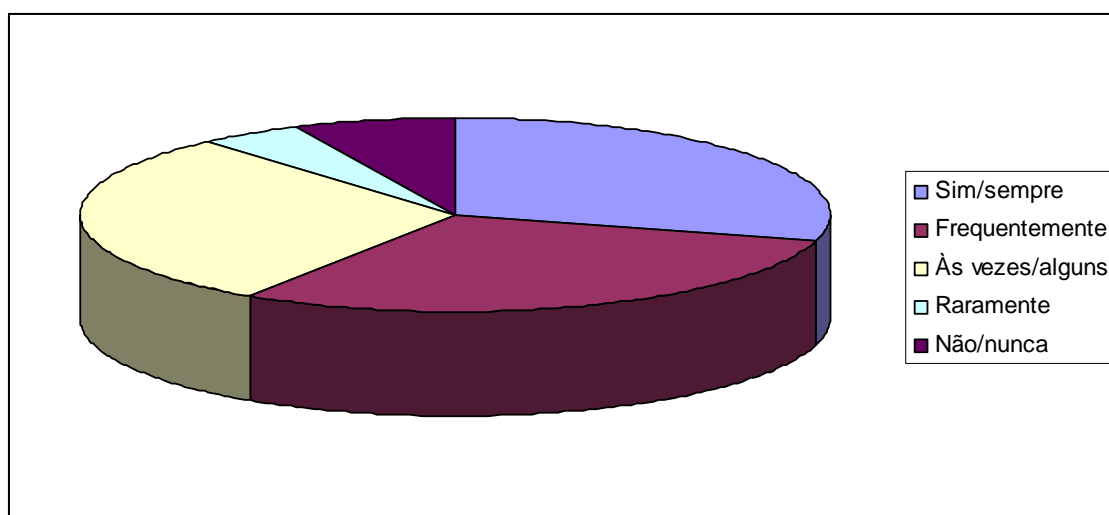


Gráfico 38 – *Considera que os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares estão devidamente conservados e em condições de limpeza e segurança?*

Assim, igual parte dos inquiridos considerou que os espaços interiores e exteriores aos edifícios escolares estão sempre, frequentemente, ou às vezes/alguns, devidamente conservados e em condições de limpeza e segurança.

No que concerne ao estado de conservação dos diversos espaços, já foram redigidas algumas linhas, decorrentes dos dados obtidos na fase de trabalho de campo. No que se refere às condições de limpeza e segurança, considera-se que, frequentemente, os espaços se encontram limpos, sendo que o seu estado de limpeza vai diminuindo gradualmente, ao longo do dia, com a utilização que lhes é dada. Por conseguinte, o seu nível de segurança vai igualmente diminuindo, pois é certo que uma escola limpa oferece maior segurança para os seus utilizadores do que uma escola que apresente, por exemplo, líquidos (provenientes de latas ou pacotes de bebida), bem como as respetivas embalagens espalhados pelo chão.

No que diz respeito à segunda questão, (**ver gráfico 39**) 32% dos inquiridos considera que o ar ambiente da Escola possui, frequentemente, a qualidade adequada à conservação da saúde das pessoas que nela trabalham.

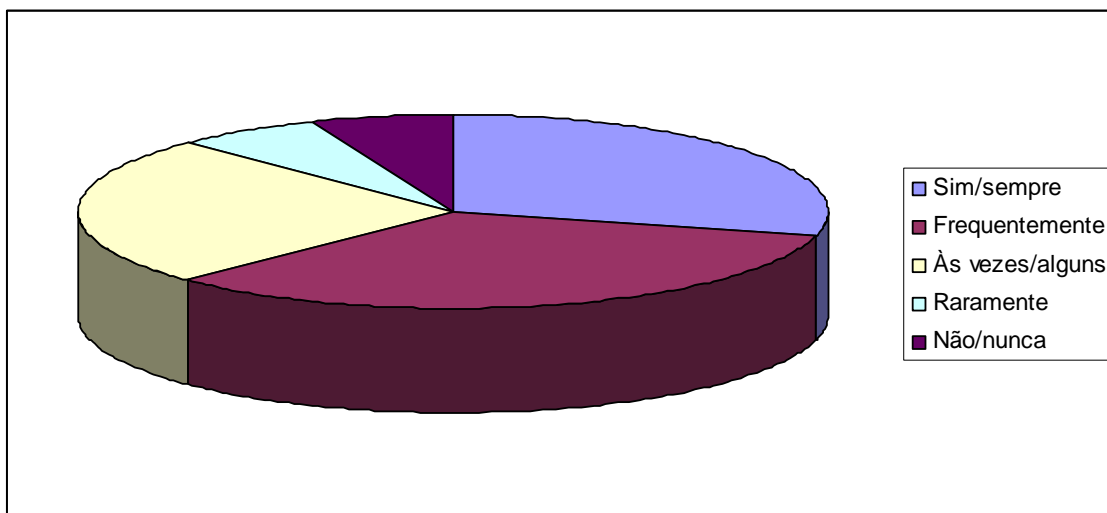


Gráfico 39 - *Considera que o ar ambiente da Escola possui a qualidade adequada à conservação da saúde das pessoas que nela trabalham?*

Na impossibilidade de confirmar se têm sido realizados testes de análise à qualidade do ar, opta-se por dar relevância a dois aspetos: a grande quantidade de árvores e plantas existentes no recinto escolar e a ausência de qualquer sinal que, durante a fase de observação, indiciasse um nível de poluição atmosférica preocupante. Logo, infere-se que o ar ambiente possuirá efetivamente a qualidade adequada à conservação da saúde da comunidade escolar.

Relativamente à questão seguinte, 82% dos respondentes não tem dúvidas em afirmar que os edifícios escolares são dotados de água potável. (ver gráfico 40)

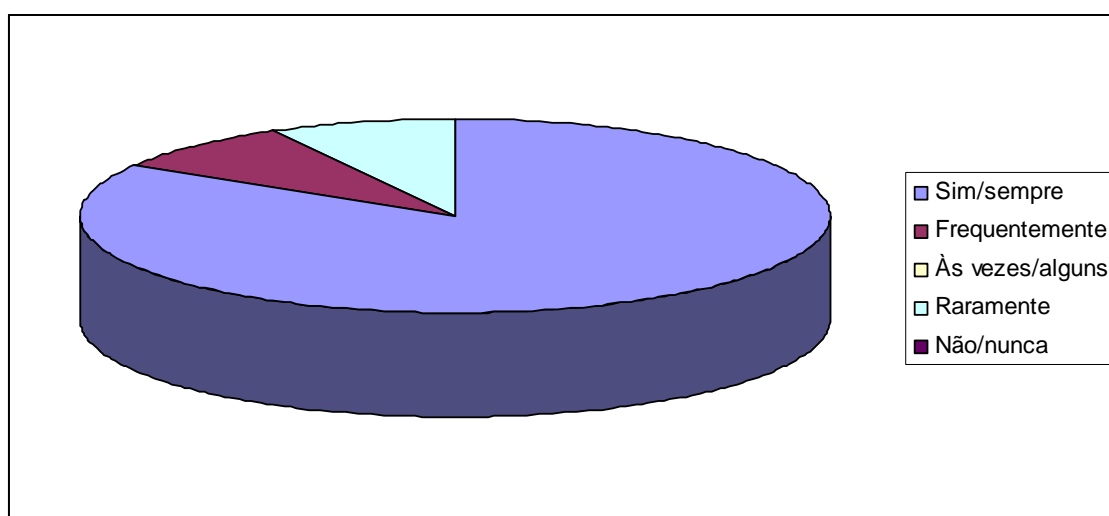


Gráfico 40 – *Os edifícios escolares estão dotados de água potável?*

Por não existir qualquer sinalização em contrário e porque a água servida no bar e no refeitório é retirada diretamente das torneiras, supõe-se que efetivamente esta será potável.

Quanto à evacuação de águas residuais e pluviais, 38% dos respondentes considera que esta é efectuada eficazmente. (ver gráfico 41)

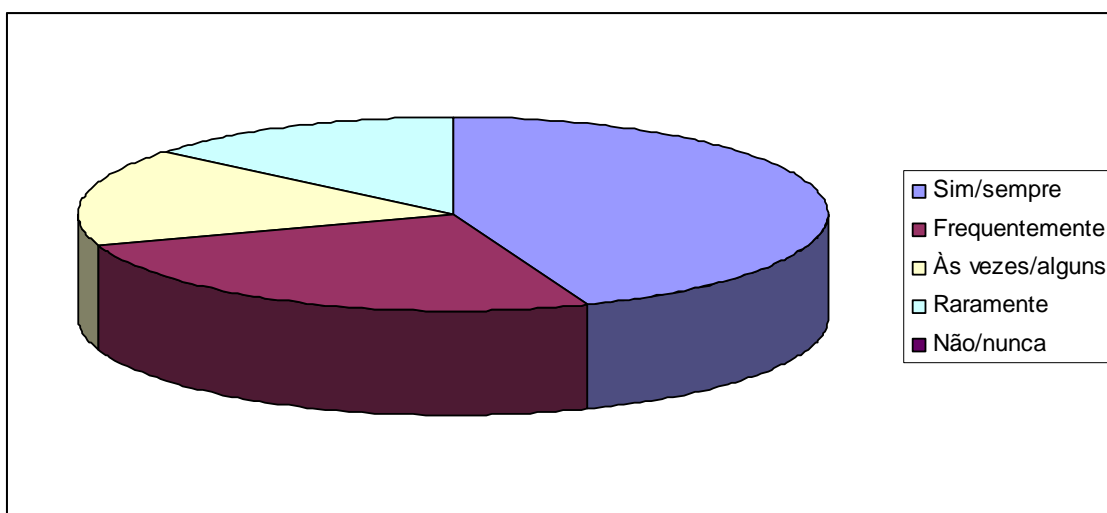


Gráfico 41 – A evacuação das águas residuais ou pluviais é efetuada eficazmente?

De todas as ocasiões que a observação incidiu sobre estes aspetos, verificou-se que tudo decorreu com normalidade e eficácia, havendo apenas a considerar a exceção do teto do pavilhão central, na direção das escadas, já anteriormente mencionada.

Note-se, no entanto que, pelo que é possível observar, apesar de interferir com a evacuação das águas pluviais, o problema não residirá certamente no sistema de escoamento, mas antes em falhas numa determinada zona do telhado e/ou teto.

No que concerne aos espaços interiores, 42% dos inquiridos afirma que estes possuem ventilação, ou natural (através de janelas) ou forçada (através de grelhas de arejamento), por exemplo. (**ver gráfico 42**)

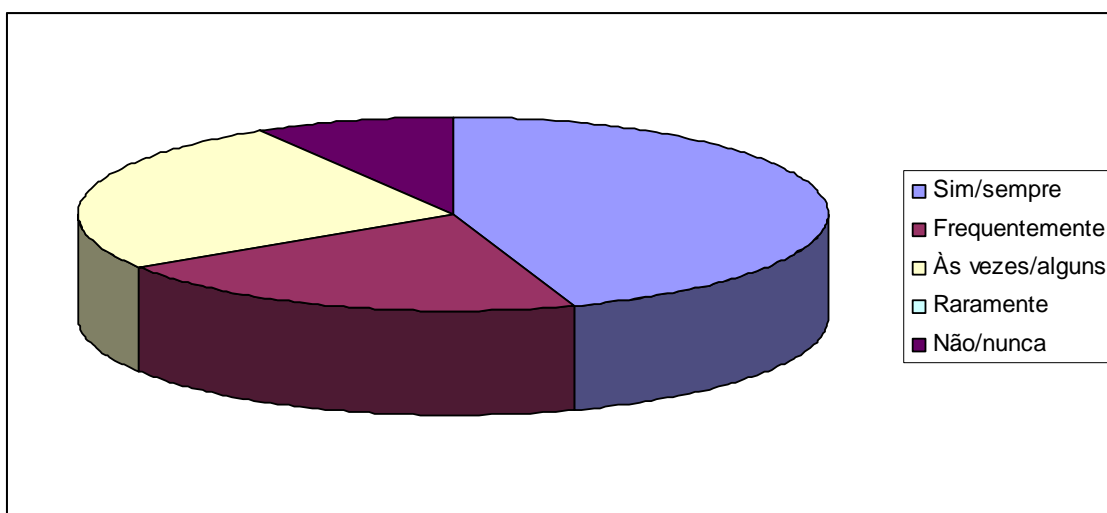


Gráfico 42 – *Os espaços interiores possuem ventilação, quer natural (através de janelas), quer forçada (através de grelhas de arejamento, por exemplo)?*

Através de observação direta, foi possível verificar que todas as divisões, à exceção da sala da equipa PTE possuem, pelo menos, uma janela; constatando-se que a maior parte possui três. Não existem grelhas de arejamento.

Relativamente às instalações e equipamentos, 50% dos inquiridos considera que, de um modo geral, estão frequentemente, limpos e arrumados. (**ver gráfico 43**)

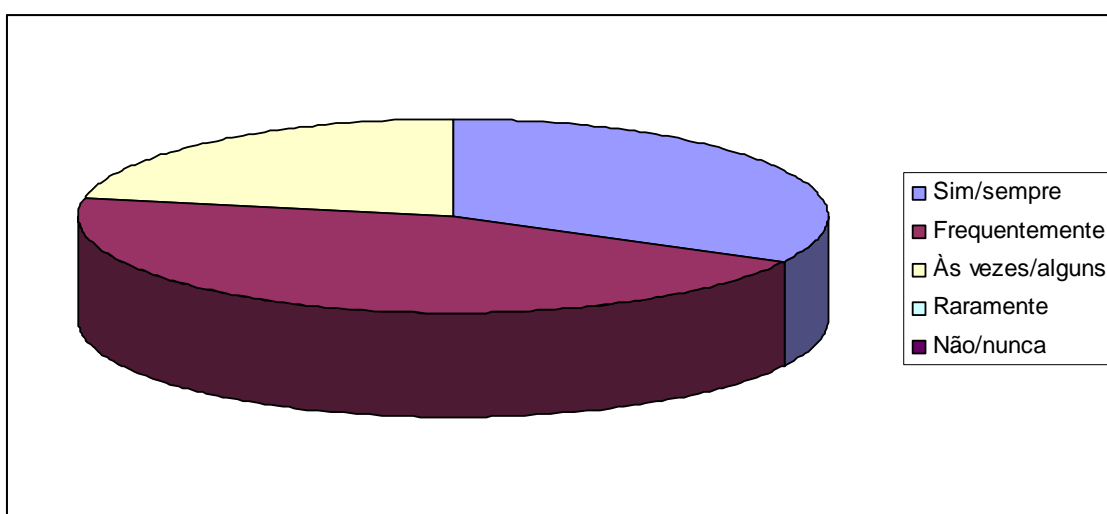


Gráfico 43 – *De um modo geral, as instalações e equipamentos estão devidamente limpos e arrumados?*

À semelhança do que foi referido anteriormente a propósito dos espaços exteriores e interiores da organização em estudo, através de observação direta, foi possível verificar que o grau de limpeza vai diminuindo, à medida que o dia escolar avança.

Na questão seguinte, 46% dos indivíduos considera que, frequentemente, o armazenamento e a remoção de lixos são efetuados em condições de salubridade. (ver gráfico 44)

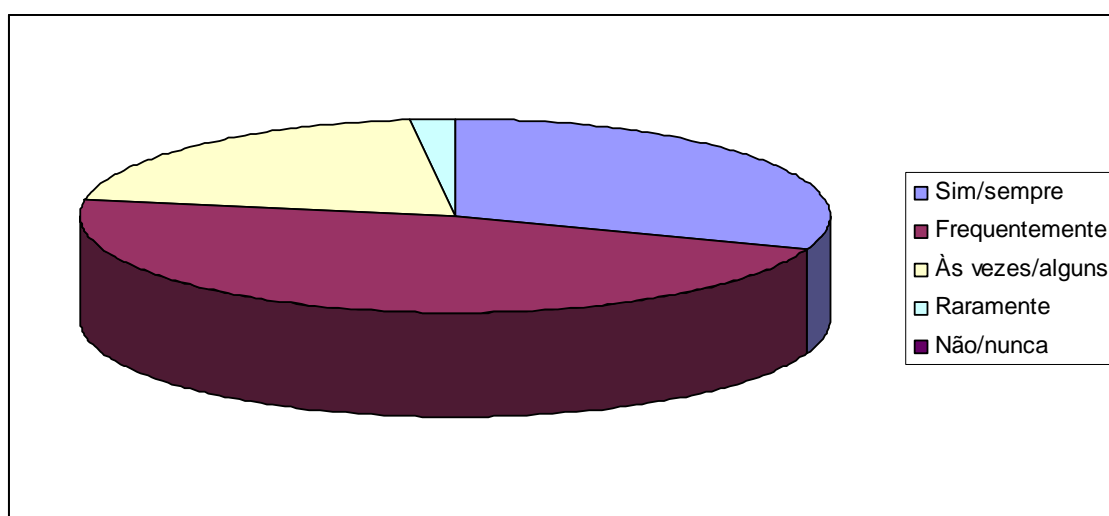


Gráfico 44 – *O armazenamento e a remoção de lixos são efetuados em condições de salubridade?*

A partir da observação direta, presenciou-se que efectivamente o armazenamento e a remoção dos lixos produzidos são efetuados em condições de salubridade, tanto no que se refere aos processos de armazenamento e remoção, como no que concerne à frequência com que são realizados.

Quanto à existência de dispositivos de desinfecção, 30% dos indivíduos refere que a Escola possui alguns dispositivos de desinfecção acessíveis a alunos, a pessoal docente e não docente. (ver gráfico 45)

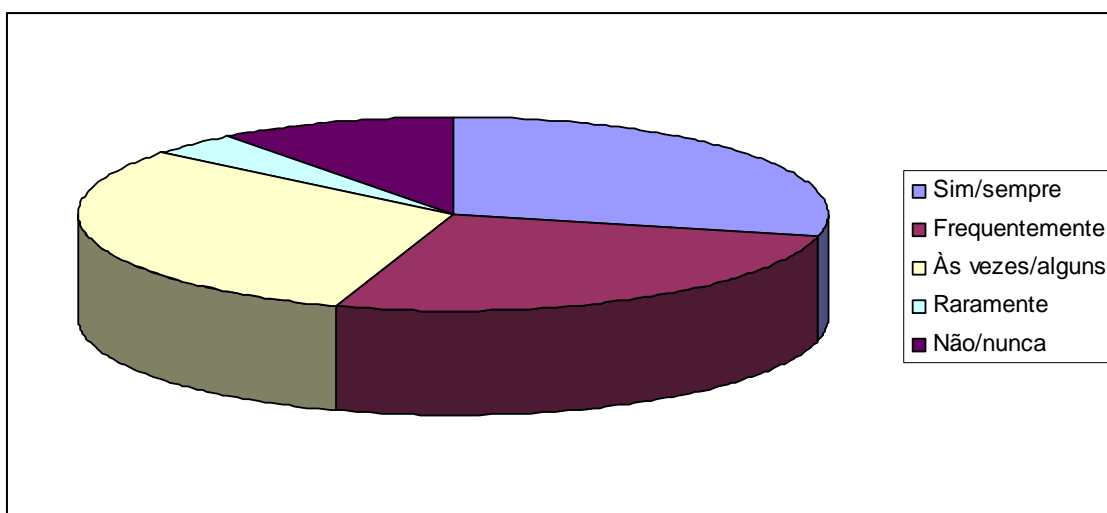


Gráfico 45 – *A escola possui dispositivos de desinfecção acessíveis a alunos, pessoal docente e não docente?*

Da observação efectuada, aquando de uma visita à organização em estudo, em fevereiro de 2011, foi possível verificar que existem alguns destes dispositivos, sobretudo em áreas mais utilizadas e facilmente vigiadas por pessoal docente e não docente.

De salientar ainda que através de conversa informal se teve conhecimento que a colocação dos referidos dispositivos data apenas do ano letivo 2009/10 quando, um pouco por todo o mundo e, numa perspectiva micro, nas Escolas de Portugal se tomaram algumas medidas preventivas para evitar a propagação do vírus H1N1, que esteve na origem da Gripe A.

Respondendo à questão seguinte, 42% dos inquiridos considera que frequentemente, nas instalações sanitárias, são asseguradas boas condições de utilização, limpeza e desinfecção. (ver gráfico 46)

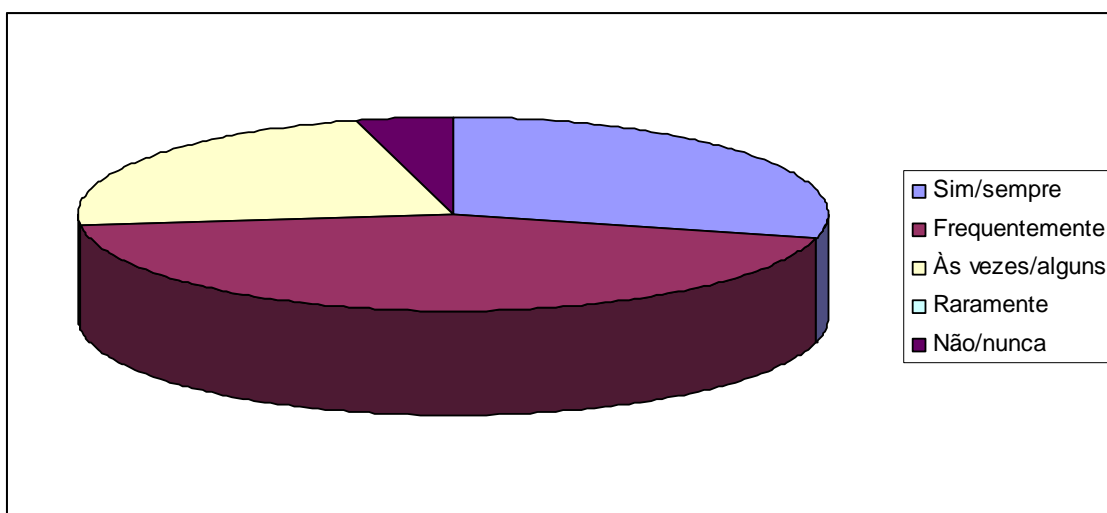


Gráfico 46 - *Nas instalações sanitárias, são asseguradas boas condições de utilização, limpeza e desinfecção?*

Apesar de uma percentagem de inquiridos (4%) ter respondido que não/nunca, nas várias observações efetuadas, encontraram-se sempre as instalações sanitárias em boas condições de utilização, limpeza e desinfecção.

Relativamente à lavagem e arrumação de louças, a mesma percentagem 32% dos questionados considera que estas são sempre, ou frequentemente, efetuadas em condições de higiene. (ver gráfico 47)

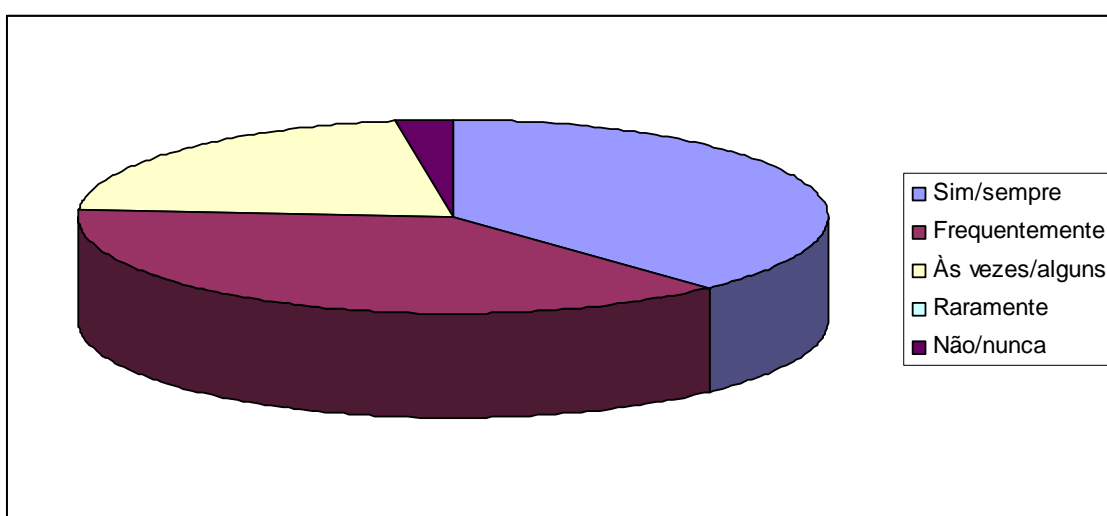


Gráfico 47 – *A lavagem e arrumação de louças são efetuadas em condições de higiene?*

Apesar de ter sido raro, o certo é que, em dezenas de idas ao bufete, se encontraram, por duas vezes, copos com resíduos não removidos durante a lavagem.

Quanto às condições de higiene, segurança e qualidade alimentar do que é comercializado no bufete, 36% dos indivíduos considera que estas existem sempre, salientando-se que uma parte quase igual, 34% opina que as mesmas existem frequentemente. (ver gráfico 48)

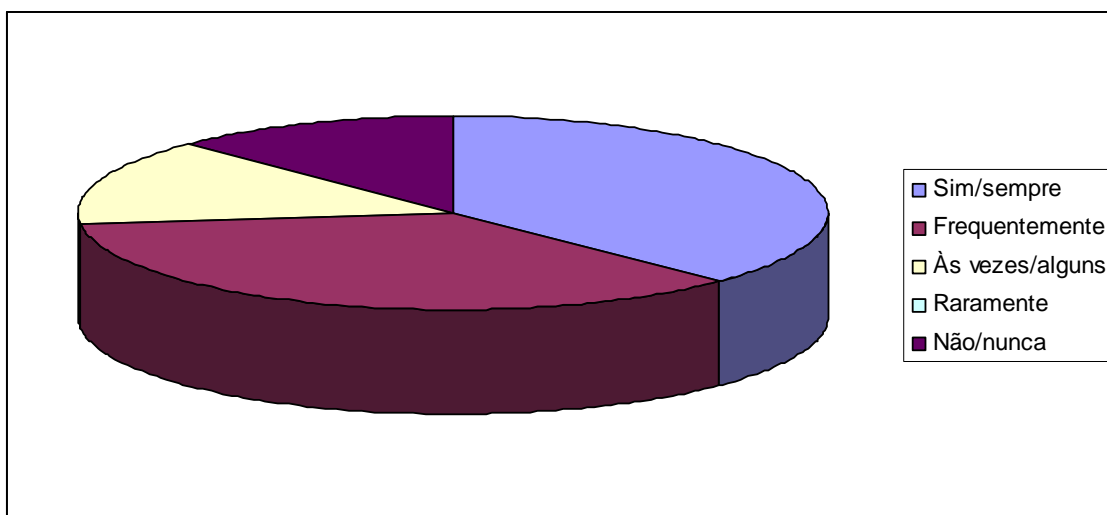


Gráfico 48 – *Considera existirem condições de higiene, segurança e qualidade alimentar no que é comercializado no bufete?*

Durante a fase de observação apenas houve uma ocasião em que se verificou que a tenaz utilizada para agarrar um bolo de pastelaria foi a mesma que, imediatamente a seguir, serviu para agarrar um pão misto, tendo este ficado com parte da cobertura do bolo anteriormente servido.

Pôde ainda observar-se que, no ano lectivo 2008/09, por ordem superior, as funcionárias do bufete deixaram de permitir a permanência de arranjos florais naquele espaço, por se tratar de um local de manuseamento de alimentos.

Não se incluiu na presente investigação a análise às condições de higiene, segurança e qualidade alimentar do que é comercializado no refeitório, por este não ser um serviço da responsabilidade direta da Escola X, ou seja, para a prestação deste serviço, a escola recorreu a *outsourcing*.

Apesar de, na questão seguinte, apenas 74% dos inquiridos referir a existência de lavatórios que possibilitem a lavagem das mãos antes das refeições, foi possível verificar a existência dos mesmos, bem como o seu estado de perfeito funcionamento. (ver gráfico 49)

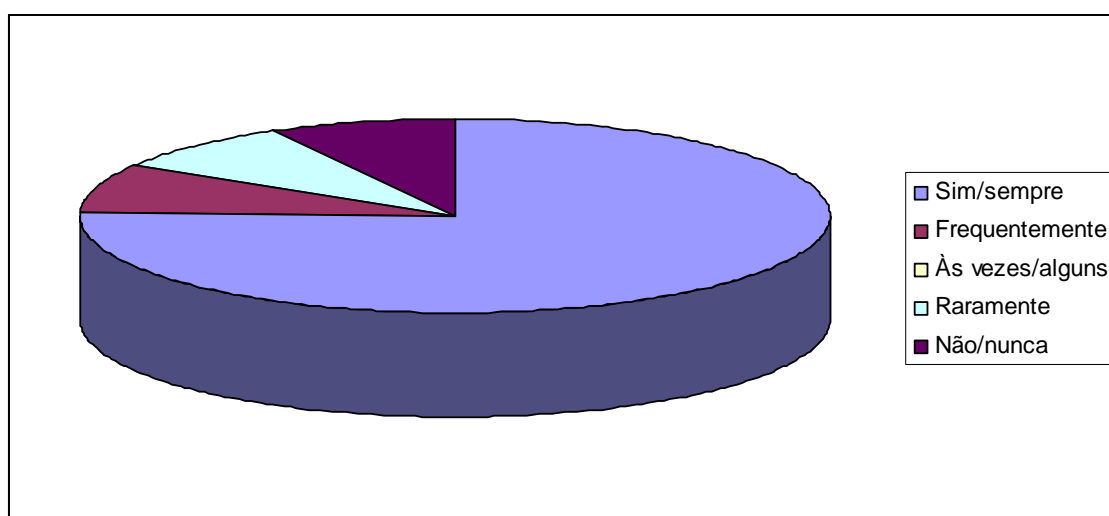


Gráfico 49 – *Junto do refeitório e do bar existem lavatórios que possibilitem a lavagem das mãos antes das refeições?*

Relativamente às mesas, cadeiras e tabuleiros do refeitório e do bufete, 40% dos inquiridos considera que frequentemente, estes se encontram limpos e desinfetados, quando são utilizados. (ver gráfico 50)

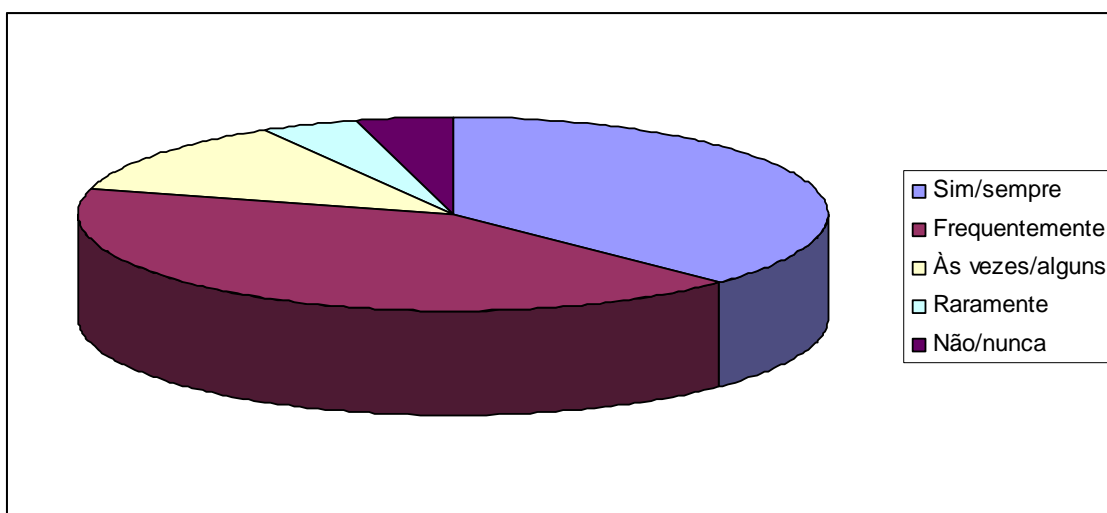


Gráfico 50 – *As mesas, cadeiras e tabuleiros do refeitório e do bufete encontram-se limpos e desinfetados quando os utiliza?*

A observação realizada permitiu verificar que os tampos das mesas se encontram geralmente limpos, bem como os tabuleiros. No entanto, a parte inferior, a estrutura de apoio/suporte, nem sempre se encontra nas melhores condições de utilização, quer no que diz respeito às mesas, quer no que respeita às cadeiras.

Não foi possível observar nenhuma desinfeção destes objetos.

Na presente questão, incluíram-se as mesas, cadeiras e tabuleiros utilizados não só no bufete, mas também no refeitório, porque apesar de o serviço do refeitório estar sob a responsabilidade direta de uma empresa (no que respeita às atividades de preparação, confeção dos alimentos, limpeza e segurança dos utensílios e equipamentos existentes na cozinha), as refeições são tomadas num espaço polivalente que serve o bufete, o refeitório e é ainda utilizado como sala de convívio; pelo que, a limpeza do referido espaço e dos seus equipamentos e utensílios é da responsabilidade da escola.

No que concerne ao último assunto abordado no questionário aplicado, (**ver gráfico 51**) 64% da população afirma que não existe, por parte do Órgão de Gestão da Escola, o incentivo ao pessoal docente e não docente para que consultem regularmente o seu médico de família.

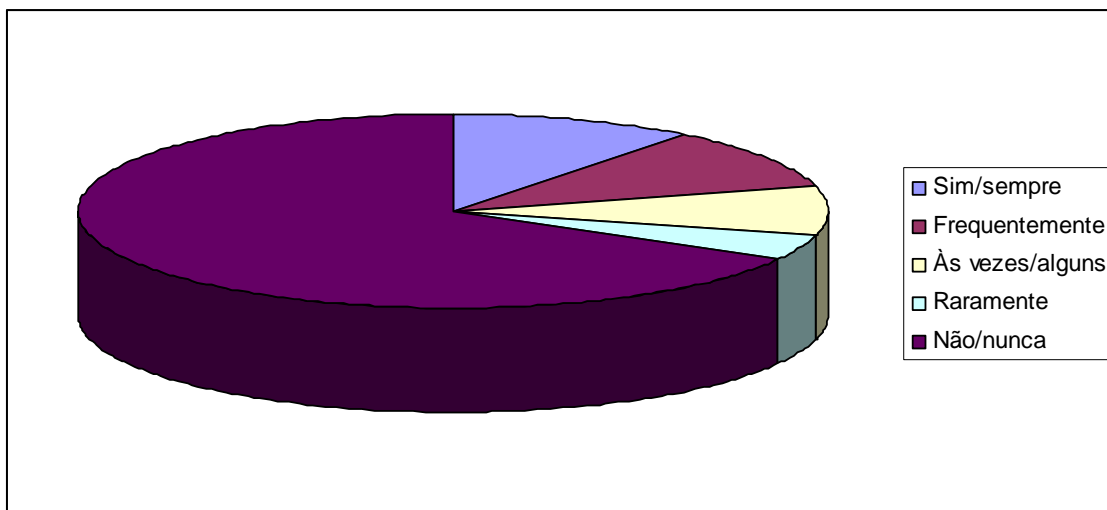


Gráfico 51 – *Existe, por parte do Órgão de Gestão da Escola, o incentivo ao pessoal docente e não docente para que consultem regularmente o seu médico de família?*

Durante os três anos de permanência no contexto em estudo, foi possível testemunhar que aquando da abertura de inscrições para a frequência de um clube destinado à prática de exercício físico por parte dos docentes, o Órgão de Gestão aconselhou os eventuais interessados a consultar o seu médico.

CAPÍTULO IV – PLANO DE SEGURANÇA: proposta para a Escola X

No presente capítulo apresentam-se os aspetos relacionados com a segunda fase da investigação. Explanam-se as características do caso em estudo e apresentam-se as

propostas de intervenção delineadas para solucionar o problema de falta de segurança diagnosticado num contexto específico: a Escola X.

6. O caso

Seguidamente, passar-se-á à apresentação da segunda fase do presente trabalho de projeto, denominada de projeto de intervenção. Para tal, partir-se-á de uma breve caracterização do estabelecimento de educação em estudo, o caso, de forma a poder elucidar sobre as suas principais características, não colocando contudo, em risco a preservação do seu anonimato.

A organização em estudo é composta pelos seguintes edifícios e recintos escolares:

- uma portaria;
- um parque de estacionamento;
- três pavilhões cuja construção data do ano de 1976 (um pavilhão onde se concentram bufete, refeitório, serviços administrativos, enfermaria, direção, salas de diretores de turma e de atendimento a encarregados de educação, sala de professores, sala da equipa PTE, instalações sanitárias e salas de aula; um pavilhão que inclui essencialmente salas de aula e ainda a reprografia e as instalações sanitárias; um outro pavilhão onde além da papelaria e das instalações sanitárias se encontram inúmeras salas de aula);
- um pavilhão com salas de aula, Centro de Recursos e instalações sanitárias;
- um pavilhão gimnodesportivo;
- um pátio central;

- um campo de jogos;
- toda a área envolvente, devidamente delimitada por um muro no qual apoia uma vedação metálica.

O pavilhão gimnodesportivo e o pavilhão que contém o Centro de Recursos foram construídos duas décadas depois dos primeiros três.

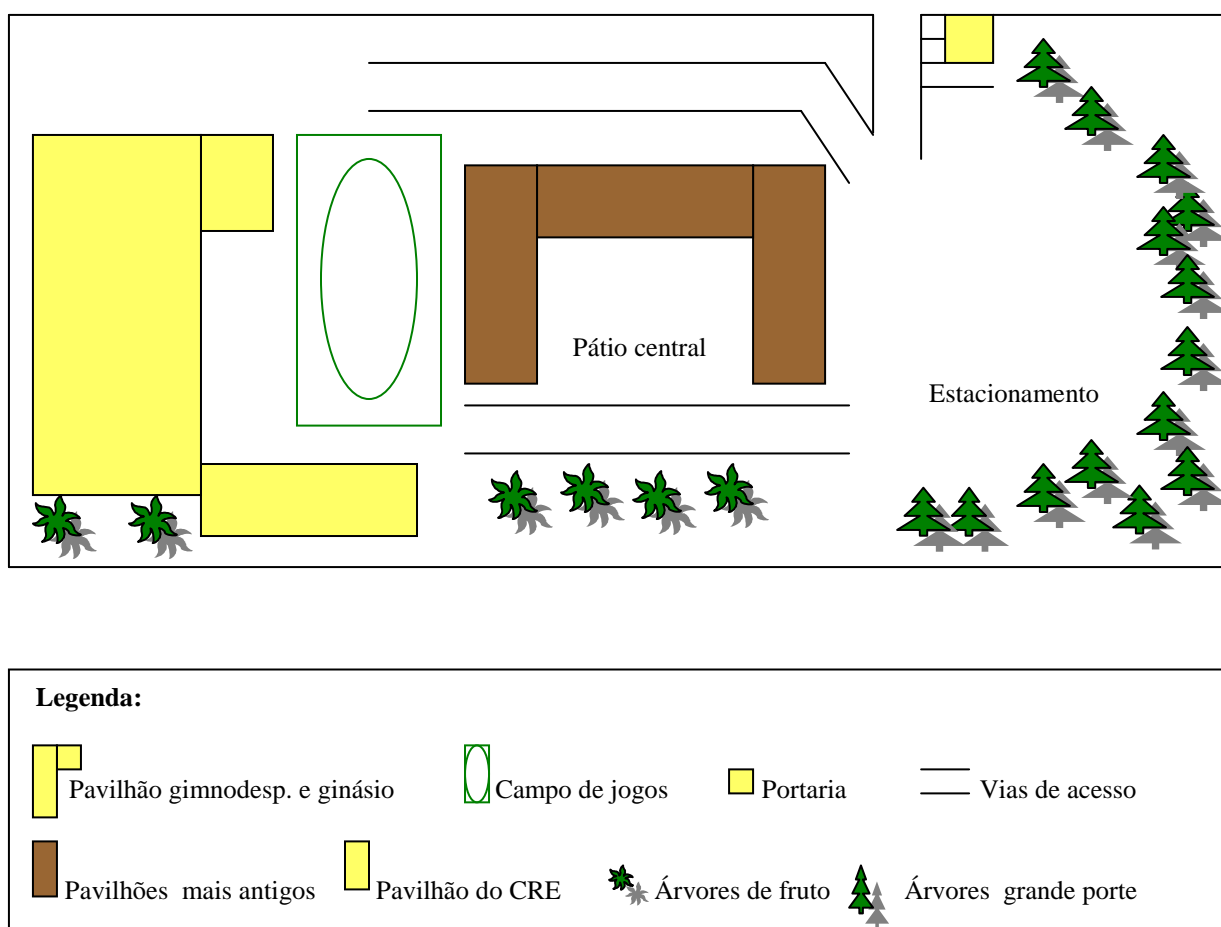


Figura 8 - Figura representativa da Escola X (edifícios e recintos escolares) e respectiva legenda.

A arquitectura dos edifícios (à exceção da portaria que tem apenas um piso) está organizada por pavilhões, com rés do chão e primeiro andar; todos com saída direta para o exterior.

Os três pavilhões de construção mais antiga possuem, no seu interior, alguma carga térmica, já que a divisão dos espaços de salas de aula é efetuada em material facilmente combustível. Possuem sinalética de segurança e meios de primeira intervenção adequados.

Apenas o pavilhão gimnodesportivo e o outro pavilhão de construção mais recente possuem saídas de emergência e a respetiva sinalização luminosa, além da restante sinalética de segurança e dos meios de primeira intervenção.

Todos os pavilhões possuem, no exterior, rampas de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, embora no seu interior não tenham qualquer equipamento para dar acesso ao primeiro piso.

No que se refere à estabilidade face à ocorrência de sismo, os edifícios têm uma estrutura assente em lajes fungiformes de betão armado e paredes de betão armado, nas zonas de vigamento central e nas delimitações exteriores, características associadas a uma grande rigidez a acções horizontais.

Existem vias de acesso a viaturas de socorro, alcatroadas, que, no interior do recinto escolar, circundam parte dos pavilhões de salas de aula.

O estacionamento tem piso de terra batida e apresenta algumas árvores, na área envolvente. Contornando parte do recinto escolar, desde o estacionamento ao pavilhão gimnodesportivo, estão plantadas algumas árvores de fruto.

No que respeita aos recursos humanos, na organização em estudo trabalham mais de cem pessoas (entre pessoal docente e pessoal não docente) e estudam, em média, setecentos alunos, distribuídos por 33 turmas. Alguns dos docentes e dos não docentes têm o seu horário de trabalho repartido pela Escola X e por outra(s) do mesmo agrupamento escolar.

Comunidade Escolar da Escola X	Total
Pessoal docente	88
Pessoal não docente	36
Número de turmas	33

Figura 9 - Quadro informativo: Comunidade escolar

6.1. Propostas de intervenção

Seguidamente, apresentar-se-ão as propostas de intervenção consideradas necessárias para a consecução da grande meta/finalidade delineada no trabalho de projeto do qual este projeto de intervenção é parte integrante: promover uma cultura de segurança escolar nos atores educativos e mobilizá-los para fazer com que a Escola X atinja um grau de segurança eficaz.

As sugestões apresentadas pretendem apenas servir de matriz, de linha orientadora, no sentido de prestar um humilde contributo no que concerne à solução da situação problemática detetada inicialmente: a aparente inexistência de um Plano de segurança, na organização em estudo; bem como dos respetivos problemas parcelares que, resumidamente, se refletem na aparente falta de dedicação à área da segurança/reconhecimento da pertinência do tema, por parte do órgão de gestão da escola em estudo; no incumprimento e na divulgação insuficiente da legislação aprovada, sobre a temática (nomeadamente no que concerne à figura do Delegado de Segurança da escola, à sinalética de segurança, à realização de Exercícios de Evacuação e Simulacros, à elaboração e atualização do Caderno de Registo da

Segurança); na falta de formação que permita à comunidade escolar a adoção de critérios de actuação que promovam comportamentos de autoprotecção, mas também no que diz respeito à aquisição de conhecimentos que possibilitem uma intervenção rápida e eficaz, em caso de sinistro e, ainda, na insuficiente colaboração entre a escola e as entidades com legitimidade para intervir na área da prevenção e segurança, quer a nível formal, quer a nível do voluntariado.

Após a recolha, análise e triangulação de dados obtidos através da observação direta, da aplicação de uma entrevista, da aplicação de questionários e da análise documental do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades, foi possível apurar os pontos fortes e os pontos fracos da organização em estudo. É com base neles que se desenha a proposta de intervenção que se segue, com vista a alcançar um nível de segurança eficaz na referida organização. A partir dos pontos fracos detetados, sugerem-se atividades de remediação, enriquecidas com a rentabilização dos pontos fortes.

Por questões que se prendem com a necessidade de seguir uma linha de orientação textual, ter-se-ão por referencial os subtemas presentes nos questionários. Para facilitar a leitura da informação, apresentar-se-ão algumas grelhas com o resumo das planificações definidas para cada área/subtema.

GRELHA 1 - REFERENCIAL DE SEGURANÇA E SUA PERTINÊNCIA EM MEIO ESCOLAR

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Atividades a desenvolver	Público-alvo	Dinamizadores da atividade	Recursos materiais	Calendarização aproximada	Avaliação
<p>Aumentar o grau de segurança na Escola X, através das elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança.</p> <p>Envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança.</p>	<p>Sensibilizar a comunidade educativa para a importância de contemplar a área da segurança nos documentos orientadores de escola.</p> <p>Informar a comunidade escolar sobre os riscos coletivos.</p> <p>Educar para a prevenção e minimização de riscos.</p> <p>Proporcionar a tomada de consciência do alcance dos atos de cada um e</p>	<p>Elaboração e projeção de um documento de apresentação/resumo sobre o Plano de Segurança da Escola X (em formato <i>PowerPoint</i>) contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - características físicas do recinto escolar; - medidas de autoproteção e procedimentos preventivos; - percurso de circulação de viaturas de socorro; - percursos de evacuação; - planta do ponto de encontro; - plantas de emergência dos diferentes edifícios escolares; - instruções de emergência em caso de incêndio, ameaça de bomba ou sismo, para turmas em aula e para utentes desenquadrados (ver esboço no anexo g). 	<p>Pessoal docente, não docente e alunos.</p>	<p>Delegado de Segurança em colaboração com os elementos da Direção.</p>	<p>Computador; Videoprojetor</p>	<p>Início do ano letivo</p>	<p>(Informal) Opinião dos envolvidos sobre a utilidade da atividade desenvolvida</p> <p>(Formal) Relatório de desempenho do pessoal docente e do pessoal não docente nas atividades desenvolvi</p>

	<p>das responsabilidades que lhe advêm do exercício dos seus direitos.</p> <p>Salientar o papel do Plano de Evacuação em situações de emergência.</p> <p>Reforçar a intervenção da Escola X na formação para a proteção civil e para o desenvolvimento de uma cultura de segurança.</p> <p>Promover uma cidadania ativa e participante.</p>	<p>Visita guiada à Escola X;</p> <p>Definição dos responsáveis por funções específicas em situação de emergência (ex: corte de eletricidade, alerta...)</p> <p>Entrega do documento “Plano de Segurança da Escola X” impresso às seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Corporação local de Bombeiros Voluntários; - Esquadra de Polícia local; - Serviço Municipal de Proteção Civil; <p>Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.</p> <p>Proposta de um plano curricular para a criação</p>	<p>Pessoal docente e não docente</p> <p>Pessoal não docente</p> <p>Entidades</p> <p>Alunos a</p>	<p>Elementos da Direção em colaboração com o pessoal docente e com o pessoal não docente.</p> <p>Delegado de Segurança.</p> <p>Conselho</p>	<p>Caderno de registos da segurança; Caneta</p> <p>Impressora; Papel; Tinteiros</p> <p>Computador;</p>	<p>Data da primeira Reunião Geral do ano letivo</p> <p>Primeiras semanas do ano letivo</p> <p>Data do primeiro</p>	<p>das no âmbito da segurança escolar. Exemplo: Exercícios de evacuação</p> <p>Aprovação</p>
--	---	--	--	---	--	--	--

		de um Curso de Educação e Formação de jovens soldados da paz.	frequentar o 9º ano de escolaridade	Pedagógico	Impressora; Papel; Tinteiros	Conselho Pedagógico	/não aprovação pelas entidades competentes; Inclusão/não inclusão do curso no Plano Curricular da Escola X
--	--	---	-------------------------------------	------------	------------------------------	---------------------	---

Figura 10 - Grelha resumo – REFERENCIAL DE SEGURANÇA E SUA PERTINÊNCIA EM MEIO ESCOLAR

GRELHA 2 - SEGURANÇA NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES DE ESCOLA E NAS SUAS PRÁTICAS

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Atividades a desenvolver	Público-alvo	Dinamizadores da atividade	Recursos materiais	Calendarização aproximada	Avaliação
<p>Aumentar o grau de segurança na Escola X, através das elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança.</p> <p>Envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança.</p>	Sensibilizar a comunidade educativa para a importância de contemplar a área da segurança nos documentos orientadores de escola.	Inclusão de atividades desenvolvidas no âmbito da segurança escolar nos Projetos Curriculares de Turma (nas planificações de Formação Cívica). Exemplos: Treino dos percursos de evacuação; exploração do significado da sinalética de segurança; interpretação de folhetos informativos emanados pelas diversas autoridades com competência no âmbito da segurança...	Comunidade escolar	Docentes de cada Conselho de Turma	Computador; Projetos Curriculares de Turma	Data da primeira Reunião de Conselho de Turma para planificação do Projeto Curricular de Turma	Avaliação do Projeto Curricular de Turma
	Informar a comunidade escolar sobre os riscos coletivos.						
	Educar para a prevenção e minimização de riscos.	Reformulação dos documentos orientadores de escola	Comunidade educativa	Grupo de trabalho definido para o efeito	PAA; PE; Regulamento Interno; Computador; Impressora; Papel; Tinteiros	Ao longo do primeiro período letivo	Aprovação dos documentos orientadores de escola pelos
	Proporcionar a tomada de consciência do alcance dos atos de cada um e	Inclusão da temática “segurança escolar” nas					

	<p>das responsabilidades que lhe advêm do exercício dos seus direitos.</p> <p>Elaborar, divulgar e implementar o Plano de Segurança da Escola X.</p> <p>Salientar o papel do Plano de Evacuação em situações de emergência.</p> <p>Dar a conhecer as normas de segurança contra incêndios em estabelecimentos de ensino.</p> <p>Informar sobre as práticas a adotar em caso de sismo.</p> <p>Reforçar a intervenção da</p>	<p>prioridades do Projeto Educativo</p> <p>Elaboração e entrega de um documento orientador no âmbito da segurança escolar, com sugestões de actividades a desenvolver (anexo h).</p> <p>Criação do Clube de Proteção Civil da Escola / sua inclusão no PE</p> <p>Comemoração do Dia da Proteção Civil, com a realização de um simulacro / sua inclusão no PAA</p>	<p>Docentes a exercer funções de Diretor de turma.</p> <p>Alunos (mediante inscrição voluntária) / Comunidade educativa</p> <p>Comunidade educativa / comunidade escolar</p>	<p>Delegado de Segurança.</p> <p>Delegado de Segurança / Grupo de trabalho definido para o efeito</p> <p>Delegado de Segurança / Grupo de trabalho definido para o efeito</p>	<p>Computador; Impressora; Papel; Tinteiros</p> <p>Sala; Computador com acesso à internet</p> <p>Viaturas de socorro; Viaturas de segurança; Material para intervenção no simulacro;</p>	<p>Data da primeira Reunião de Conselho de Diretores de turma</p> <p>Nas primeiras semanas do ano letivo</p> <p>Dia 1 de março ou data próxima entendida por conveniente</p>	<p>órgãos competentes e sua posterior avaliação.</p> <p>Relatório anual do Clube de Proteção Civil</p> <p>Relatórios de avaliação das diversas atividades do simulacro; Avaliação</p>
--	--	---	--	---	--	--	---

	Escola X na formação para a proteção civil e para o desenvolvimento de uma cultura de segurança.				Instalações escolares; Computador; Impressora; Papel; Tinteiros		anual do PAA
	Promover uma cidadania ativa e participante.	Implementação do número de simulacros e exercícios de evacuação definido por lei (um e dois por ano letivo, respetivamente).	Comunidade Educativa	Delegado de Segurança	Instalações escolares	Simulacro: 1 de março ou data próxima entendida por conveniente. Exercícios de evacuação: um no 1º e outro no 2º período letivo.	Avaliação anual do PAA
	Adquirir hábitos de segurança.						
	Desenvolver relações de confiança e solidariedade, no seio da comunidade escolar.	Ação de sensibilização sobre Prevenção e Segurança Rodoviária / sua inclusão no PAA	Alunos e Encarregados de Educação	Delegado de Segurança e Agentes Policiais do Programa Escola Segura / Grupo de trabalho definido para o efeito	Sala; Computador	Data a definir tendo em conta a disponibilidade dos agentes	Avaliação anual do PAA
	Incrementar a abertura da Instituição Escola à comunidade local.						(Informal) Opinião dos intervenientes
	Desenvolver atitudes de						

	cooperação com diferentes entidades locais.	Ação de formação teórico-prática sobre as classes dos materiais combustíveis e a utilização dos meios de primeira intervenção	Pessoal docente e pessoal não docente	Corporação local de Bombeiros Voluntários; Empresa responsável pela recarga dos extintores; Delegado de Segurança	Sala; Computador; Material combustível (para provocação de um pequeno foco de incêndio); Extintores	Data próxima do final da validade do conteúdo dos extintores	Avaliação da Ação de formação; Avaliação do desempenho de cada formando no manuseamento dos extintores
		Afixação das plantas dos pisos de cada pavilhão, das normas gerais de evacuação e da planta do ponto de encontro em todos os pavilhões e na portaria.	Utilizadores dos diferentes espaços	Delegado de Segurança	Computador; Impressora; Papel; Tinteiros; Material de afixação	No início do ano letivo	Observação direta do cumprimento das diferentes normas de segurança
		Afixação das normas gerais de evacuação no canto superior direito do quadro de cada sala de aula.	Docentes e alunos	Delegado de Segurança	Documento; Material de afixação	No início do ano letivo	Observação direta do cumprimento das diferentes

		Elaboração e afixação das normas de segurança específicas em laboratórios, serviços administrativos, centro de recursos, pavilhão gimnodesportivo e cozinha.	Docentes de disciplinas com normas de segurança específicas, alunos, professor bibliotecário, assistentes administrativos e de cozinha...	Docentes de disciplinas com normas de segurança específicas, alunos, professor bibliotecário, assistentes administrativos e de cozinha...	Documento; Material de afixação	No início do ano letivo	normas de segurança Observação direta do cumprimento das diferentes normas de segurança
--	--	--	---	---	---------------------------------	-------------------------	--

Figura 11 - Grelha resumo - SEGURANÇA NOS DOCUMENTOS ORIENTADORES DE ESCOLA E NAS SUAS PRÁTICAS

GRELHA 3 – EDIFÍCIOS ESCOLARES E SUAS IMEDIAÇÕES

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Atividades a desenvolver	Público-alvo	Dinamizadores da atividade	Recursos materiais	Calendarização aproximada	Avaliação
<p>Aumentar o grau de segurança na Escola X, através da elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança.</p> <p>Envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança.</p>	<p>Aumentar as condições de higiene e segurança dos edifícios escolares e suas imediações.</p>	<p>Implementação de uma limpeza diária suplementar nas instalações sanitárias e nos espaços comuns de passagem, em cada pavilhão.</p>	Comunidade escolar	Assistentes operacionais	Material de desinfecção e limpeza	Todos os dias úteis (entre o período da manhã e o período da tarde)	Relatório anual de autoavaliação da Escola X
	<p>Informar a comunidade escolar sobre os riscos coletivos.</p>	<p>Sensibilização para a importância da manutenção dos pátios (e espaços contíguos aos pavilhões) limpos.</p>	Alunos	Docentes de Formação Cívica	Material didático adequado	Na primeira semana de cada período letivo	Observação direta
	<p>Educar para a prevenção e minimização de riscos.</p>	<p>Recolha e separação do lixo encontrado nos pátios (e espaços contíguos).</p>	Alunos	Docentes de Formação Cívica	Sacos de lixo e luvas descartáveis	Conforme a planificação da área curricular não disciplinar de Formação Cívica	Avaliação do empenho dos alunos
	<p>Divulgar os 3P's para a segurança (Prever, Prevenir e Proteger).</p> <p>Proporcionar a tomada de</p>	<p>Renovação da sinalização dos percursos de evacuação, através da colocação de novas setas indicadoras de percurso, no piso do interior dos</p>	Comunidade escolar	Delegado de Segurança	Setas de plástico autocolante	Após a limpeza geral, no final do ano letivo	Observação direta da visibilidade dos percursos

	consciência do alcance dos atos de cada um e das responsabilidades que lhe advêm do exercício dos seus direitos.	pavilhões. Sinalização dos percursos de evacuação exteriores, através da pintura de setas indicadoras de percurso, nos pisos cimentados.	Comunidade escolar	Clube de Proteção Civil	Tinta e material de pintura	De acordo com a planificação das atividades do clube	Observação direta da visibilidade dos percursos
	Salientar o papel do Plano de Evacuação em situações de emergência.	Proposta de alteração do local definido como ponto de encontro. Novo local: campo de jogos exterior.	Comunidade educativa	Conselho Pedagógico	Documento fundamentador da proposta	Início do ano letivo	Aprovação /não aprovação da proposta
	Reforçar a intervenção da Escola X na formação para a proteção civil e para o desenvolvimento de uma cultura de segurança.	Pintura de uma planta do ponto de encontro, no chão do próprio local (com os números e letras indicadores de cada turma indicando o seu local de concentração e com um espaço destinado aos utentes desenquadrados).	Comunidade educativa	Clube de Proteção Civil	Tinta e material de pintura	Início do ano letivo	Observação da eficácia da organização do espaço, aquando da realização de exercícios de evacuação
	Promover uma cidadania ativa e participante.	Pedido de autorização para a abertura de uma porta de saída de emergência em cada pavilhão de construção mais antiga.	Comunidade escolar	Conselho Geral	Documento com o pedido de autorização	Início do ano letivo	Deferimento/indeferimento

		<p>Pedido de autorização para a realização de pequenas obras junto à portaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - transformação das duas rampas de entrada para veículos automóveis numa rampa única; - aumento da altura do muro que separa a entrada pedonal da entrada para automóveis; - marcação de uma passadeira para atravessamento de peões, localizada após a rampa única idealizada. 	Comunidade educativa	Conselho Geral	<p>e a respetiva fundamentação</p> <p>Documento com o pedido de autorização e a respetiva fundamentação</p>	Início do ano letivo	<p>mento do pedido</p> <p>Deferimento/indeferimento do pedido</p>
		Desobstrução da via de acesso a viaturas de socorro, localizada no centro da Escola X (retirando os vasos florais, a corrente metálica e o sinal de trânsito proibido que lá se encontram).	Comunidade educativa	Chefe do pessoal não docente		Início do ano letivo	Observação direta das condições de acesso à via
		Sensibilização para a importância da manutenção da via de acesso a viaturas de	Comunidade educativa	Direção	Ordem de serviço	Início do ano letivo	Observação direta das

		socorro desobstruída.			escrita		condições de acesso à via
		Pedido de retirada imediata de qualquer veículo estacionado inadvertidamente na via de acesso a viaturas de socorro.	Comunidade educativa	Chefe do pessoal não docente	Ordem de serviço escrita	Ao longo do ano letivo (sempre que se revele necessário)	Observação direta das condições de acesso à via
		Pedido de colocação de sinais verticais de proibição de paragem e estacionamento de veículos, junto à portaria e junto à rampa aposta à saída de emergência, no exterior do pavilhão gimnodesportivo.	Comunidade educativa	Conselho Geral	Documento com o pedido de autorização e a respetiva fundamentação	Início do ano letivo	Deferimento/indeferimento do pedido e verificação da colocação/não colocação dos sinais de trânsito

Figura 12 - Grelha resumo - EDIFÍCIOS ESCOLARES E SUAS IMEDIAÇÕES

GRELHA 4 – EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS							
Objetivos gerais	Objetivos específicos	Atividades a desenvolver	Público-alvo	Dinamizadores da atividade	Recursos materiais	Calendarização aproximada	Avaliação
<p>Aumentar o grau de segurança na Escola X, através das elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança.</p> <p>Envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança.</p>	Aumentar as condições de higiene e segurança dos equipamentos e das instalações elétricas.	Aquisição e instalação de uma sirene (sinal sonoro de alarme para exercícios de evacuação, simulacros e situações de emergência).	Comunidade escolar	Elementos da Direção	Valor monetário a determinar	Início do ano letivo	Eficácia da divulgação do sinal sonoro de alarme (inquirida através de um questionário)
	Informar a comunidade escolar sobre os riscos coletivos.	Pedido de verificações técnicas (vistorias, inspeções, fiscalizações...) às instalações elétricas, de gás, aos sistemas de deteção e alarme de incêndio, à sinalética de segurança, aos meios de primeira intervenção e aos equipamentos desportivos.	Comunidade escolar	Elementos da Direção	Documentos com os pedidos formais escritos; Computador Impressora Tinteiros Papel	Início do ano letivo	Realização /não Realização das verificações
	Educar para a prevenção e minimização de riscos.	Divulgação dos relatórios das verificações técnicas à comunidade escolar.	Comunidade escolar	Elementos da Direção	Documento interno de divulgação; Computador Impressora Tinteiros	Após a realização das verificações	Conhecimento/não Conhecimento dos resultados, pela
	Divulgar os 3P's para a segurança (Prever, Prevenir e Proteger).	Registo das principais	Comunidade	Delegado de			

	segurança específicas de laboratórios, cozinha e salas de aula com implantação de máquinas.	conclusões das verificações técnicas no Caderno de Registos da Segurança.	escolar e autoridades competentes na área da segurança escolar	Segurança	Papel	das verificações	comunidade escolar
	Salientar o papel do Plano de Evacuação em situações de emergência.	Organização das salas de expressões artísticas e tecnológicas (mesas de trabalho, implantação de máquinas, espaços de circulação) tendo em conta imperativos de segurança.	Comunidade escolar	Elementos da Direção	Caderno de Registos da Segurança; Material de escrita	Início do ano letivo	Verificação do Caderno de Registos da Segurança
	Promover o treino de atitudes e comportamentos adequados em situações de emergência.	Sensibilização dos alunos para as vantagens do uso de equipamentos de proteção adequados, aquando da utilização das diferentes máquinas.	Alunos	Docentes das disciplinas de expressões artísticas e tecnológicas	Salas; Mesas; Máquinas	Primeiras aulas do ano letivo	Observação direta (do uso/não utilização dos equipamentos de proteção)
	Reforçar a intervenção da Escola X na formação para a proteção civil e para o desenvolvimento de uma cultura de segurança.	Substituição do revestimento de todos os degraus das escadas do pavilhão principal.	Comunidade educativa	Elementos da Direção	Material didático adequado	No final do ano letivo	Observação direta do piso
		Substituição dos painéis de contraplacado de madeira que dividem as salas dos pavilhões de construção	Comunidade escolar	Elementos da Direção	Revestimen- to a definir (por exemplo ladrilho); Material para a sua aplicação	No final do ano letivo	Observação direta (do

	Promover uma cidadania ativa e participante.	mais antiga.			Painéis Contraplacados de madeira; Material para a sua aplicação		isolamento visual e acústico)
	Desenvolver relações de confiança e solidariedade, no seio da comunidade escolar.	Organização de iniciativas destinadas à angariação de fundos para a aquisição do material necessário para a substituição do revestimento dos degraus das escadas do pavilhão principal e dos painéis de contraplacado de madeira dos três pavilhões de construção mais antiga (por exemplo venda de bolos caseiros).	Comunidade educativa (essencialmente para os familiares dos alunos)	Elementos da Direção Clube de Proteção Civil	Bolos confeccionados pela comunidade educativa; Guardanapos de papel	Durante o ano letivo	Adesão dos familiares dos alunos
		Divulgação das iniciativas, via caderneta escolar, e apelo à adesão dos Encarregados de educação.	Encarregados de educação	Diretores de turma	Caderneta escolar; Material de escrita	Durante o ano letivo	Verificação dos registos na caderneta escolar
		Aumento da vigilância junto à vedação da Escola X.	Alunos	Assistentes operacionais		Durante o ano letivo	Observação direta
		Abertura de grelhas de arejamento na sala da Equipa PTE.	Comunidade escolar	Elementos da Direção	Grelhas de arejamento; Material de aplicação.	No final do ano letivo	Observação direta

Figura 13 -Grelha resumo - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

GRELHA 5 – CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA

Objetivos gerais	Objetivos específicos	Atividades a desenvolver	Público-alvo	Dinamizadores da atividade	Recursos materiais	Calendarização aproximada	Avaliação
<p>Aumentar o grau de segurança na Escola X, através da elaboração, divulgação e implementação de um Plano de Segurança.</p> <p>Envolver a comunidade educativa na construção de uma cultura de segurança.</p>	Aumentar as condições de higiene e segurança na Escola X.	Implementação de uma limpeza diária suplementar, no interior dos pavilhões.	Comunidade escolar	Assistentes operacionais	Material de desinfeção e limpeza	Ao longo do ano letivo	Observação direta (das condições de limpeza)
	Informar a comunidade escolar sobre os riscos coletivos.	Colocação de dispositivos de desinfeção em locais frequentados, com regularidade, pelos alunos.	Alunos	Delegado de Segurança	Dispositivos de desinfeção; Solução alcoólica	Início do ano letivo	Observação direta (dos locais com dispositivos)
	Educar para a prevenção e minimização de riscos.	Sensibilização para o uso parcimonioso dos dispositivos de desinfeção.	Alunos	Diretores de turma	Material didático adequado	Ao longo do ano letivo	Observação direta (do uso dos dispositivos)
	Divulgar os 3P's para a segurança (Prever, Prevenir e Proteger).	Ação de formação sobre "Higiene e Segurança Alimentar".	Assistentes operacionais	Delegado de Segurança e elementos da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.	Sala Material (a requisitar pelos formadores)	Início do ano letivo	Avaliação da ação
	Proporcionar a tomada de consciência do	Realização de análises à qualidade do ar e da água.	Comunidade escolar			Início do ano letivo	

	alcance dos atos de cada um e das responsabilidades que lhe advêm do exercício dos seus direitos.	Divulgação dos resultados das análises à qualidade do ar e da água, à comunidade escolar.	Comunidade escolar	Delegado de Segurança e laboratórios a definir	A definir pelo laboratório de análises	Após a receção dos resultados	Observação dos resultados
	Divulgar as normas de segurança específicas da “Sala de Isolamento”.	Registo dos resultados da análise à qualidade do ar e da água, no Caderno de Registos da Segurança.	Comunidade escolar	Delegado de Segurança e laboratórios a definir	Documento interno Caderno de Registos da Segurança	Após a receção dos resultados	Observação direta do Caderno de Registos da Segurança
	Prevenir a transmissão de doenças e a propagação de possíveis pandemias.	Elaboração de um Plano de Contingência (de base) com normas de segurança e intervenção, a ser difundido em caso de pandemia.	Comunidade escolar	Delegado de Segurança e docentes de Ciências Físicas, Naturais e Físico-químicas	Computador Impressora Tinteiros Papel	Início do ano letivo	Aprovação /não aprovação do documento
	Promover o treino de atitudes e comportamentos adequados em situações de emergência.	Definição do espaço a utilizar como “Sala de Isolamento”.	Comunidade escolar	Delegado de Segurança	Espaço a definir	Início do ano letivo	Aprovação /não aprovação do espaço
	Reforçar a intervenção da Escola X na	Elaboração de um documento com as regras de acesso e de utilização da “Sala de Isolamento” (anexo i).	Comunidade escolar	Delegado de Segurança	Computador Impressora Tinteiros Papel Material	Início do ano letivo	Aprovação /não aprovação do documento

	formação para a proteção civil e para o desenvolvimento de uma cultura de segurança.	Verificação da existência/inclusão de cláusulas contratuais relacionadas com a higiene e segurança nos serviços de <i>outsourcing</i> recrutados pela Escola X.	Empresas prestadoras de serviços de <i>outsourcing</i> à Escola X.	Elementos da Direção	para afixação do documento	Aquando da celebração de novos contratos	Apreciação dos contratos
	Promover uma cidadania ativa e participante.	Incentivo à realização de consultas médicas de rotina/exposição de material proveniente do Ministério da Saúde sobre a importância do “Médico de família”.	Pessoal docente e não docente.	Elementos da Direção	Contratos existentes Material informativo proveniente do Ministério da Saúde	Ao longo do ano letivo	(Avaliação informal) Observação direta
	Desenvolver relações de confiança e solidariedade, no seio da comunidade escolar.	Contemplação de um dia sem componente letivo nos horários do pessoal docente.	Pessoal docente.	Elementos da Direção	Horários dos docentes	Início do ano letivo	Observação direta dos horários
		Contemplação de permutas de serviço e compensações de serviço para o pessoal não docente.	Pessoal não docente.	Elementos da Direção	Documento para permuta/Compensação de serviço	Início do ano letivo	Aprovação/não aprovação do documento

Figura 14 - Grelha resumo - CONDIÇÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA

7. Avaliação

Como em qualquer atividade destinada a atingir determinada meta ou finalidade e, para a qual se mobilizem recursos humanos e materiais, também neste projeto de intervenção se considera que a avaliação da implementação do mesmo constitui, não só, um fator de aferição mas ainda de regulação das políticas públicas em educação.

À medida que se apresentam as propostas de intervenção, prevêem-se as mais diversas formas de avaliação das mesmas, observáveis nas grelhas resumo da planificação das propostas de intervenção para as diferentes áreas. Por vezes trata-se uma avaliação formal mas, em alguns casos contemplam-se também formas de avaliação informal,

Pretende-se que os resultados obtidos nas diferentes avaliações abram caminho a micro projetos de intervenção na organização em estudo e/ou junto das entidades que com ela cooperam.

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, tecem-se algumas considerações finais. Finais porque todo o documento tem que ter um limite e portanto, um fim. Contudo, o final desta investigação não é, de todo, sinónimo de que se encerrou a temática da segurança escolar e, mais concretamente, do Plano de Segurança das escolas dos 2º e 3º ciclos.

8. Considerações finais

Durante a realização da investigação surgiram alguns constrangimentos que, necessariamente prolongaram o prazo inicialmente previsto mas que, no entanto, não criaram desmotivação ou alteração radical do plano de trabalho.

A título de exemplo referem-se os sucessivos pedidos de autorização para a realização do estudo na Escola X, cuja especificação e negociação durou uma média de um ano e meio, situado entre o mês de julho do ano de dois mil e nove e o mês de janeiro de dois mil e onze. Também o facto de não se ter tido acesso a documentos solicitados, nomeadamente a planta de implantação da organização em estudo; ou a indisponibilidade para confirmação da existência de vistorias de eletricidade e gás e da realização de testes de qualidade ao ar e à água, impediram que a investigação fosse melhor rentabilizada.

Contribuiu, no entanto, para a persistência investigativa, a motivação inicial, decorrente da expectativa sobre as benesses que o presente trabalho de projeto traria à organização em estudo.

Num tema tão vasto e complexo como é a segurança, centrar uma investigação no Plano de Segurança de uma determinada escola, não representa mais do que uma gota no oceano mas, a importância da vida humana não se mede por estatísticas. Ainda mais quando estão em jogo centenas de pessoas. Cada uma com uma história, um percurso, uma identidade...

Tendo-se confirmado a situação problemática inicialmente detetada, foi tempo de deitar mãos à obra. Ajudar a proteger, informando, foi sem dúvida alguma, o mote do trabalho desenvolvido.

A noção de que se deve responsabilizar, cada vez mais, cada cidadão e cada organização pela adoção de hábitos de segurança, contrariando a passividade individual que teima em comodamente delegar nas macro-estruturas todas as responsabilidades e iniciativas nesta área, foi a linha orientadora. Não deve descurar-se, contudo, o sentido

de hierarquia e de pertença a uma sociedade que se pauta por regras e orientações específicas.

Atendendo à atual conjuntura, a nível nacional, caracterizada por um período de graves contingências orçamentais, optou-se por desenhar no projeto de intervenção, um conjunto de sugestões que se pautou essencialmente por encontrar a harmonia possível entre as seguintes variáveis: eficácia na solução do problema detetado, preço e morosidade da implementação da solução.

Assim, as sugestões apresentadas foram baseadas na identificação dos grupos-alvo mais afetados e nas prioridades de resolução, nunca ignorando imperativos orçamentais. Um exemplo flagrante são as propostas apresentadas no que concerne às obras de requalificação dos pisos, tetos e paredes dos pavilhões de construção mais antiga, tendo-se consciência que, em edifícios com três décadas e meia de utilização e com as fracas condições de trabalho que lhe são inerentes, a solução ideal talvez passasse por uma intervenção profunda a nível da sua demolição e posterior reconstrução.

Mas porque as medidas de autoproteção não se relacionam apenas com o que às infraestruturas diz respeito, é na cultura de segurança que se aposta. Isto porque ao prevenir, criam-se condições para que os acidentes diminuam ou nem aconteçam e é certo afirmar que prevenir é mais proveitoso do que salvar. Assim o confirma a sabedoria popular, no ensinamento expresso através do provérbio “Mais vale prevenir do que remediar”.

Numa perspetiva global, fomentando uma cultura de segurança, considerou-se útil incluir na planificação do projeto de intervenção algumas sugestões deixadas numa perspetiva proativa, relativamente ao recurso a *outsourcing* (cada vez mais uma realidade das escolas) e à gestão e inovação curricular, fundamentais à educação.

Por fim, um esclarecimento: optou-se pela apresentação do Plano de Segurança para a organização em estudo, sob a forma de propostas relacionadas com os diversos problemas parcelares detetados e outras que se entenderam por convenientes, em detrimento da apresentação sob a forma de um documento único, para salvaguardar o anonimato da Escola X. Pois para o completo preenchimento do documento “Plano de Segurança”, segundo as normas regulamentares (desde os pormenores da caracterização

e localização da organização em estudo, aos nomes dos responsáveis pelas diversas atividades) expor-se-iam a instituição e os seus atores educativos.

E porque ao terminar uma investigação, há sempre algo que se gostaria de ter investigado também, aqui se deixa uma missiva para futura investigação: A influência da promoção de uma cultura de segurança escolar na capacidade de resposta, em caso de emergência. Isto, porque se acredita que comportamentos treinados, levam a uma maior eficácia de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia consultada

Referências bibliográficas referentes à Administração Educacional

Chorão, F. (2000) “Cultura Organizacional-um paradigma de análise da realidade escolar”, *Administração Educacional*, Revista do Fórum Português da Administração Educacional nº6, pp. 120/135

Costa, J. A. (1996) *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto : Edições ASA

Lima, L. (1995) “A Administração Escolar, Reflexões em Confronto”, in *Administração Escolar, Inovação* (revista), vol.8, nº1 e 2, IIE, pp. 7/40

Miranda, M. P. (1999) *Uma Escola Responsável?*, *Cadernos Correio Pedagógico*, nº39, Porto: Edições ASA

Neves, José G. (2000) *Clima Organizacional, Cultura Organizacional e Gestão de Recursos Humanos*, Lisboa: Editora RH

Nóvoa, A. (1995) *As Organizações Escolares em Análise* , Lisboa: Publicações Dom Quixote

Sarmiento, M. J. (1993) *A Escola e as Autonomias*, *Cadernos Correio Pedagógico*, nº9, Porto: Edições ASA

Referências bibliográficas referentes às Metodologias

Barbier, J. (1993) *Elaboração de Projectos de Acção e Planificação*. Porto: Porto Editora

Bogdan, R. e Biklen, S. (2006) *Investigação Qualitativa em Educação-uma introdução à teoria e aos métodos*. Col. Ciências da Educação. Porto: Porto Editora

Boutinet, J. (1996) *Antropologia do Projecto*, Lisboa: Instituto Piaget

Castro, L. B. e Ricardo, M. M. (1992) *Gerir o Trabalho de Projecto, um manual para Professores e Formadores*. Lisboa: Texto Editora

Castro, L. B. e Ricardo, M. M. (2003) *Gerir o Trabalho de Projecto, Guia para a flexibilização e revisão curriculares*. Col. Educação Hoje. Lisboa: Texto Editora

Cortesão, L. *et al.* (2002) *Trabalhar por Projectos em Educação – uma inovação interessante?*, nº18, Porto: Porto Editora

Costa, J. A. (1991) *Gestão Escola - Participação. Autonomia. Projecto Educativo da Escola*. Col. Educação Hoje. Lisboa: Texto Editora

Felizardo, D. (2001) *Área de Projecto-propostas de actividades 2º e 3º ciclos do Ensino Básico*. Porto: Porto Editora

Guedes, M. *et al* (2007) *Bolonha, Ensino e Aprendizagem por Projecto*. Col. Sociedade da Informação. Lisboa: Centro Atlântico, Lda.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (1992) *O Inquérito, teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora

Guerra, I. (2006) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncípa Editora

Guerra, I. (2007) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção*. Estoril: Príncípia Editora

Hill, M. (2008) *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo

Leite, E. M. M. e Santos, M. R. (1989) *Trabalho de Projecto – 1. Aprender por Projectos Centrados em Problemas*. Lisboa: Edições Afrontamento

Leite, E. M. M. e Santos, M. R. (1989) *Trabalho de Projecto – 2. Leituras Comentadas*. Lisboa: Edições Afrontamento

Lessard-Hébert, M. *et al.* (2005) *Investigação Qualitativa, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget

Many, E. e Guimarães, S. (2006) *Como abordar... A Metodologia do Trabalho de Projecto*. Maia: Areal Editores

Moreira, J. (2004) *Questionários: Teoria e Prática*. Coimbra: Livraria Almedina

Ponte, J. P. *et al.* (1998) *Projectos Educativos*. Departamento do Ensino Secundário. Lisboa: Ministério da Educação.

Porfírio, M. (1992) *Metodologia do Projecto Tecnológico*. Lisboa: Universidade Aberta

Quivy, R. e Van Campenhoudt, L. (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Robalo, F. (2004) *Do Projecto Curricular de Escola ao Projecto Curricular de Turma*. Col. Educação Hoje. Lisboa: Texto Editora

Vasconcelos, F. N. (1999) *Projecto Educativo, Teoria e Prática nas Escolas*. Col. Educação Hoje. Lisboa: Texto Editora

Referências bibliográficas referentes à Segurança

Andrade, N. (2011) *100 Anos - Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*. Lisboa: Guerra e Paz , Editores S.A.

Lencastre, A. e Pimentel, I. (1999) *Plano de Emergência para Estabelecimentos de Ensino*. Lisboa: Serviço Nacional de Protecção Civil

Vila-Nova, E. (1996) *Educar para a Protecção Civil*. Lisboa: Texto Editora

Miguel, M. e Silvano, P. (2010) *Regulamento de Segurança em Tabelas*. Lisboa: Atípicos

Lopes, N. (2008) *Gestão de emergência: Processos de evacuação*. Lisboa: Verlag Dashöfer

(2003) *Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas*. Mem Martins: Editorial do Ministério da Educação

Plano de Prevenção e Emergência para Estabelecimentos de Ensino, coedição da Câmara Municipal de Lisboa-Departamento de Protecção Civil e do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. (Documento digital)

Legislação

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, de 17 de Abril, que define as regras do transporte colectivo de crianças.

Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, Lei de Bases da Protecção Civil.

Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro, primeira alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário.

Lei n.º 51/2012, de 5 de Setembro, que aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, que define o voluntariado enquanto exercício de cidadania.

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, que cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna.

Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de Julho, que define a conta de emergência que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade.

Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Decreto-Lei n.º 117/2009, que cria o gabinete do Coordenador de Segurança Escolar.

Despacho normativo nº 55/2008, de 23 de Outubro de 2008, que define normas orientadoras para a constituição de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, de segunda geração.

Despacho nº 105-A/2005, de 02 de Fevereiro de 2005, que avalia o Projecto Escola Segura.

Despacho nº 25649/2006, de 29 de Novembro de 2006, que reavalia o Projecto Escola Segura.

Despacho n.º 25650/2006, de 19 de Dezembro de 2006, que aprova o regulamento do Programa Escola Segura.

Despacho nº 222/2007, de 05 de Janeiro de 2007, que cria a Equipa de Missão para a Segurança Escolar.

Despacho n.º 30265/2008, de 24 de Novembro, que visa clarificar os termos de aplicação do disposto no Estatuto do Aluno.

Despacho nº 23340/2009, de 23 de Outubro de 2009, que constitui as zonas de vigilância das escolas.

Portaria 1444/02 de 07 de Novembro e

Ofício Circular nº 58, de 29 de Outubro de 2003, do Gabinete de Direcção/Segurança do Ministério da Educação, que definem a realização de exercícios e simulacros.

Portaria n.º 1532/2008, de 29 de Dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Portaria nº 1018/2009, que regula o procedimento concursal de recrutamento dos chefes de equipa de zona e dos vigilantes das escolas.

Resolução nº 25/2008, que define os Critérios e Normas técnicas para a Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil.

Circular n.º 18/DSIE/2007, de 11 de Dezembro de 2007 define a implementação do Módulo "Cidadania e Segurança" na área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica, no 5º ano de escolaridade.

ANEXOS

Anexo a – Grelha de registos diversos (fase de diagnóstico)

Anexo b – Protocolo de colaboração

Anexo c – Guião de entrevista

Anexo d – Grelha de análise de conteúdo da entrevista

Anexo e – Questionário

Anexo f – Grelhas de análise do questionário

Anexo g – Apresentação/resumo do Plano de Segurança da Escola X

Anexo h – Documento orientador no âmbito da segurança escolar

Anexo i – Regras de acesso e utilização da Sala de Isolamento